

Jorge Luiz Buerger

**OS MUNICÍPIOS PEQUENOS NAS CONFERÊNCIAS DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS:  
UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DE QUATRO  
MUNICÍPIOS CATARINENSES EM ETAPAS ESTADUAIS E  
NACIONAIS.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre junto ao programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lúgia Helena Hahn Lüchmann.

Florianópolis

2012

Buerger, Jorge Luiz

Os municípios pequenos nas conferências de políticas públicas. [dissertação] : Um estudo sobre a representação de quatro municípios catarinenses em etapas estaduais e nacionais. / Jorge Luiz Buerger ; orientadora, Lígia Helena Hahn Lúchmann - Florianópolis, SC, 2012.

140 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Representação Política. 3. Conferências de Políticas Públicas. 4. Municípios pequenos. I. Lúchmann, Lígia Helena Hahn. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.





*“Vi a conferência como a elaboração de uma constituição  
que vai se adequando dentro da realidade de cada um.”  
(Delegado de Município Pequeno entrevistado nas  
Conferências)*



*A todos os homens e mulheres que ao participarem dos espaços da política, sejam em conselhos gestores, conferências de política pública, associações e movimentos sociais acreditam construir um mundo mais justo e igual, especialmente quando o fazem representando aqueles que não se mobilizam para isso.*



## AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus, Senhor do Universo, que me fortalece a participar na construção de um mundo melhor. Faz-me co-criador e construtor da vida com Ele. Gratidão a minha família, pai, que já não está mais conosco, mãe, irmão, irmãs, cunhados, cunhadas, sobrinhos e sobrinhas. Estar com vocês sempre fortalece meu viver. Desculpe a ausência durante este tempo, obrigado pela paciência.

Gratidão a Neuzi Schotten, competente profissional, inesquecível amiga que sempre me valorizou e incentivou além de ajudar para que muitas portas se abrissem em minha vida. Gratidão a Iracema Gruetzmacher pelo exemplo de amor a causa educacional e pelo exemplo de competência, estar com você é encontrar incentivo para ir em frente.

A todos os meus inúmeros alunos da EMEF Antônio Ayroso, do SENAI-Jaraguá do Sul e das turmas da UNIASSELVI. Obrigado pela paciência em me aceitar algumas vezes não tão bem humorado, ou cansado. Desculpem os atrasos. Gratidão a diretora Marcilene, a coordenadora Gilmara e as articuladoras Glau, Luciane, Magda e Sandra pela paciência e soluções encontradas em minhas ausências.

Gratidão ao Fernando Mezdri que se fez meu amigo, companheiro de tantas idas e vindas a Florianópolis. Gratidão aos colegas de mestrado, de modo especial a Marcília Fagundes de Souza pela oportunidade de leituras e trocas de ideias. Gratidão também a Domitila Costa Cayres pelo exemplo de simplicidade, dedicação e estudo.

Gratidão aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, especialmente aos Professores Julian Borba e Yan de Souza Carreirão pelas importantes observações por ocasião da banca de qualificação. Agradeço a atenção e competência recebida da Albertina e da Fátima quando precisei da secretaria do programa. Gratidão especial a Professora Lígia Helena Hann Lüchmann pela forma competente, inteligente e desafiadora que muito me orientou. O seu entusiasmo me ajudou a ser melhor. Aos componentes da Banca Examinadora, Professora Doutora Débora Cristina Rezende de Almeida e Professor Doutor Julian Borba agradeço a leitura atenta do texto desta dissertação e pelas importantes observações apresentadas.

Gratidão aos Municípios de Corupá, Massaranduba, São João do Itaperú e Schroeder que me receberam nas conferências municipais e por terem me enviado os relatos destes eventos. Agradeço aos delegados destes municípios que pacientemente se dispuseram a responder as entrevistas deste trabalho nas Conferências Estaduais e Nacionais de Saúde e de Assistência Social. Gratidão também aos delegados dos outros municípios que estiveram disponíveis nas Conferências Nacionais.

Sou agradecido as comissões organizadoras das Conferências Estaduais e Nacionais que permitiram ou não permitiram minha participação nos eventos. Aprendi muito com o que observei e pude participar. Agradeço também pelo material disponibilizado.

Por fim, de forma especial, minha gratidão ao Beto, companheiro de longa jornada. Por me aceitar como sou, pela paciência, incentivo, compreensão e carinho. É muito bom tê-lo ao meu lado.

## RESUMO

Diferentes formas de representação política que ocorrem fora dos espaços tradicionais da política eleitoral e da democracia parlamentar representativa têm sido objeto de estudos nas áreas de ciência social e política. Quais são as experiências e os possíveis conceitos a serem pensados para traduzir estes novos espaços estão em pauta entre os teóricos da representação política, especialmente no caso brasileiro. O objetivo desta dissertação é identificar e analisar de que maneira a presença e atuação dos delegados dos municípios pequenos conseguem garantir a representação dos seus municípios nas etapas das conferências posteriores e com isso defender as demandas de suas realidades. A questão perseguida é como esta representação ocorre na esfera estadual e nacional e se esta representação mantém a capacidade de inclusão de novos sujeitos e demandas. Conceitos como o de democracia, participação e representação política de teóricos contemporâneos são considerados bem como o conceito de conferências públicas, comumente vinculadas aos conselhos gestores. Para a realização desta pesquisa foram acompanhadas as Conferências de Saúde e Assistência Social realizadas ao longo do ano de 2011 nos municípios de Corupá, Massaranduba, São João do Itaperiú e Schroeder, todos os municípios situados no Nordeste do Estado de Santa Catarina e com população inferior a vinte mil habitantes, e por isso considerados municípios de pequeno porte. Algumas características e indicadores de saúde e de assistência social destes municípios são destacados para ajudar na análise. A presença e atuação nas Conferências Estaduais e Nacionais de Saúde e Assistência Social dos delegados eleitos nas conferências municipais destes municípios foram analisadas, indicando que a presença e a representação política dos Municípios de Pequeno Porte nas Conferências de Políticas Públicas, embora indiquem positivamente para questões sobre a legitimidade da representação política nestes espaços, também aponta problemas que precisam ser considerados e devidamente aprofundados, o que motiva a construção de mais estratégias metodológicas e teóricas para lidar com essas e outras questões.

**Palavras-Chave:** Representação Política. Municípios Pequenos. Conferências de Políticas Públicas.



## ABSTRACT

Different forms of political representation occur outside of the traditional spaces of the electoral politics, and of the representative parliamentary democracy, have been object of studies in the political and social areas. Which are the experiences and the likely concepts to be analyzed in order to translate these new spaces are in the agenda of the theoreticians of the political representation, especially in the Brazilian case. The objective of this work is to identify and analyze in which way the presence and actions the delegates of the small counties can achieve in the representation of their municipalities in the consequent conferences stages and thus defend the demands of their reality. The question followed is how this representation happen in the national and state spheres and if this representation maintains the inclusion capacity or if the new subjects and demands. Concepts as democracy, participation, and political representation from contemporary theoreticians are considered, as well as the concept of public conferences, commonly linked to management councils. In order to carry out this research, the Conferences in Health and Social Assistance were followed, which took place along the year 2011, in the cities of Corupá, Massaranduba, São João do Itaperiú and Schroeder, all those municipalities in the Northeastern Region of the state of Santa Catarina and all having a population of less than twenty thousand inhabitants therefore being considered medium sized municipalities. Some features and indicators for health and social assistance in these municipalities are highlighted to help in the analysis. The presence and action in the National and State Conferences in Health and Social Assistance of the delegates elected in the county conferences in these municipalities were analyzed, indicating that the presence and political representation of the Medium Size Municipalities in the Public Policies Conferences, while indicating positively to questions about the legitimacy of the political representation in these spaces, also points out problems that need to be considered and seriously studied, which motivates the construction of more theoretic and methodological strategies to deal with these and other questions.

**Key words:** Political Representation. Small Municipalities. Public Policies Conferences.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Mapa das mesorregiões do Estado de Santa Catarina .....	41
<b>Figura 2</b> - Mapa da região nordeste do Estado de Santa Catarina – Destaque para os municípios de Corupá (amarelo), Massaranduba (verde), São João do Itaperiú (azul) e Schroeder (vermelho). .....	42
<b>Figura 3</b> - Logomarca da 6ª Conferência Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina .....	54
<b>Figura 4</b> - Logomarca da 14ª Conferência Nacional de Saúde .....	58
<b>Figura 5</b> - Logomarca da VIII Conferência Nacional de Assistência Social .....	72

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Delegados titulares eleitos para representar o Estado de Santa Catarina na 14ª Conferência Nacional de Saúde, por porte de município. ....	56
<b>Gráfico 2</b> - Segmentos dos conselheiros dos municípios pesquisados presentes na VI Conferência Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina. ....	57
<b>Gráfico 3</b> - Delegados titulares eleitos para representar o Estado de Santa Catarina na VIII Conferência Nacional de Assistência Social por porte de município. ....	70
<b>Gráfico 4</b> - Delegados suplentes eleitos para representar o Estado de Santa Catarina na VIII Conferência Nacional de Assistência Social por porte de município. ....	70
<b>Gráfico 5</b> - Segmentos dos conselheiros dos municípios pesquisados presentes na VIII Conferência Estadual de Assistência Social do Estado de Santa Catarina. ....	71
<b>Gráfico 6</b> – O que levou os delegados entrevistados a participar das Conferências Municipais .....	80
<b>Gráfico 7</b> – Entidades que os delegados entrevistados representaram nas Conferências Municipais.....	83
<b>Gráfico 8</b> – Como os delegados repassaram o que aconteceu na Conferência Municipal.....	92
<b>Gráfico 9</b> - Como os delegados repassaram o que aconteceu na Conferência Estadual.....	95
<b>Gráfico 10</b> – Municípios do Estado de Santa Catarina de acordo com porte (número de habitantes), em número e porcentagem.....	109
<b>Gráfico 11</b> – Municípios do Estado de Santa Catarina de acordo com porte e de acordo com a quantidade de habitantes no Estado, em porcentagem.....	111

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Indicadores de Assistência Social dos municípios pesquisados e de municípios maiores, da mesma região, em porcentagem. ....	45
<b>Tabela 2</b> - Indicadores de Saúde dos municípios pesquisados e de municípios maiores, da mesma região, em porcentagem. ....	47
<b>Tabela 3</b> - Indicadores de Desenvolvimento Humano dos municípios pesquisados e de municípios maiores, da mesma região. ....	48
<b>Tabela 4</b> - Delegados eleitos nos municípios para a 6ª Conferência Estadual de Saúde de Santa Catarina.....	53
<b>Tabela 5</b> - Total de delegados previstos para a 14ª Conferência Nacional de Saúde.....	59
<b>Tabela 6</b> - Delegados entrevistados na 14ª Conferência Nacional de Saúde por região e segmento de representação. ....	62
<b>Tabela 7</b> - Delegados eleitos nos municípios para a VIII Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina .....	66
<b>Tabela 8</b> - Quantificação dos participantes nas Conferências Municipais de Assistência Social no Estado de Santa Catarina. ....	67
<b>Tabela 9</b> - Quantificação dos delegados que participaram da VIII Conferência Estadual de Assistência Social no Estado de Santa Catarina.....	68
<b>Tabela 10</b> - Quantificação dos convidados que participaram da VIII Conferência Estadual de Assistência Social no Estado de Santa Catarina.....	68
<b>Tabela 11</b> - Delegados entrevistados na VIII Conferência Nacional de Assistência Social por região e segmento de representação. ....	74

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO 1 - NOVOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA</b> .....	<b>27</b>
1.1. DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA .....	27
1.2. CONSELHOS GESTORES E CONFERÊNCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.....	33
1.3 CONFERÊNCIAS E REPRESENTAÇÃO COMO POLÍTICA DE PRESENÇA E/OU VIRTUAL/PERSPECTIVAS .....	36
<b>CAPÍTULO 2 – MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE 1 E AS CONFERÊNCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NAS ÁREAS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL</b> .....	<b>41</b>
2.1 CARACTERÍSTICAS E INDICADORES .....	41
2.1.1 <i>Características Gerais</i> .....	42
2.1.2 <i>Indicadores Sociais</i> .....	44
2.1.2.1. Indicadores de Assistência Social.....	45
2.1.2.2 Indicadores de Saúde .....	47
2.1.2.3 Indicadores de Desenvolvimento Humano – Ranking 2000 .....	48
2.2 CONFERÊNCIAS DE SAÚDE .....	48
2.2.1 <i>Conferências Municipais de Saúde</i> .....	48
2.2.2 <i>6ª Conferência Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina</i> .....	53
2.2.3 <i>14ª Conferência Nacional de Saúde</i> .....	58
2.3 CONFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	62
2.3.1 <i>Conferências Municipais de Assistência Social</i> .....	62
2.3.2 <i>VIII Conferência Estadual de Assistência Social do Estado de Santa Catarina</i> .....	66
2.3.3 <i>VIII Conferência Nacional de Assistência Social</i> .....	72
<b>CAPÍTULO 3 - ENTREVISTAS NAS CONFERÊNCIAS</b> .....	<b>77</b>
<b>4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>121</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>129</b>



## INTRODUÇÃO

Historicamente considerada, a prática da representação política e os diferentes sentidos por ela assumidos ao longo dos tempos foram retomados pela moderna teoria da representação. Diferentes formas de representação política que ocorrem fora dos espaços tradicionais da política eleitoral e da democracia parlamentar representativa têm sido objeto de estudo de diferentes teóricos nas áreas das ciências sociais e políticas, sob a ótica da participação. Especialmente no Brasil, essa temática é mais frequente entre os teóricos que estudam a representação nos novos formatos e desenhos de organização política, considerando-os arranjos institucionais inéditos. A representação política se dá através de novas experiências de participação que trazem na sua prática novos modelos de democracia, com um número maior de pessoas e maiores espaços na política.

A Constituição de 1988, no Brasil, garantiu o estabelecimento dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas como um desses espaços públicos institucionalizados. Ligadas aos Conselhos Gestores, as Conferências de Políticas Públicas também têm sido consideradas como um desses novos modelos que vêm acontecendo no Brasil há mais de três décadas e cujos números se acentuaram, especialmente, na década passada. São experiências democráticas participativas onde em número maior de pessoas, a sociedade civil organizada e o governo estão representados para impulsionar, avaliar, propor, fortalecer, avançar, definir<sup>1</sup> políticas públicas para diferentes áreas.

As Conferências de Políticas Públicas, de modo geral, acontecem em diferentes níveis de organização: municipal, estadual e nacional<sup>2</sup>. As dinâmicas das conferências normalmente preveem que as propostas de políticas públicas vindas de instâncias anteriores sejam consideradas nas etapas seguintes, sendo que estas propostas são garantidas ou alteradas no documento final do evento. Em nível estadual e nacional, as conferências tornam-se então eventos de grande porte, reunindo um

---

<sup>1</sup> Verbos utilizados na redação dos objetivos das Conferências Nacionais de Saúde e Assistência Social – 2011.

<sup>2</sup> Algumas conferências também preveem a realização de conferências regionais como foi o caso da CONAE (Conferência Nacional de Educação) que aconteceu em 2010.

número plural de representantes de municípios de pequeno, médio e grande porte, além de metrópoles<sup>3</sup>.

Os debates da atuação política enquanto participação e representação, antes vistos com olhares teóricos diferentes, começam cada vez mais a serem redimensionados. Por um lado percebem-se alguns teóricos que sempre olharam para esses espaços pelo viés da teoria participativa sem absorver o debate da representação política e, por outro lado, teóricos da representação política eleitoral começam a perceber a importância da representação nestes novos espaços. Nádya Urbinatti (2006), Anne Philips (2001), Iris M. Young (2006), Dryzek e Niemeyer (2008), entre outros, tem inspirado novos teóricos na realidade brasileira para pensar os novos espaços de participação e representação. A inclusão é um dos principais elementos que justifica, dentro da teoria democrática, as preocupações com relação a esses novos formatos de representação política. Trata-se de incluir atores tradicionalmente excluídos nos debates e nos processos de decisão política. O modelo tradicional eleitoral que está ancorado em uma visão territorial nem sempre contempla demandas como as de mulheres, de gênero, étnicas, entre outras que não cabem na divisão territorial, o que fez com que outras formas de representação política fossem pensadas. Mesmo assim a questão territorial continua importante nas conferências, só que pensada de maneira complementar ao voto ou divisão de distritos/deputados. As conferências e seu processo escalonado são um caminho distinto de lidar com a questão territorial.

As Conferências de Políticas Públicas e os Conselhos Gestores foram criados como uma forma de inclusão das pessoas. A inclusão enquanto participação direta de todos os indivíduos é impossível tendo em vista a complexidade das escalas. Então, a inclusão se dá, em grande parte, a partir da representação. Daí a definição clássica de representação como “tornar presente aqueles que estão ausentes” (PITKIN, 1967). Não significando necessariamente garantir a presença, porque a presença direta das pessoas não é representação, mas participação. É necessário, portanto, identificar quais são as experiências

---

<sup>3</sup> Neste trabalho será considerada a terminologia utilizada pelo Conselho Nacional de Assistência Social para organizar a representação dos delegados nas conferências: Município de Pequeno Porte I, até 20.000 habitantes; Município de Pequeno Porte II, de 20.001 a 50.000 habitantes; Município de Médio Porte, de 50.001 a 100.000 habitantes; Município de Grande Porte, de 100.001 a 900.000 habitantes; Metrópole, mais de 900.001 habitantes.

e os possíveis conceitos a serem pensados para traduzir estes novos espaços que não são eleitorais.

Novas propostas e modelos de representação e participação têm sido significativamente consideradas na produção bibliográfica brasileira, especialmente na última década<sup>4</sup>. Neste sentido, as conferências fazem parte do sistema participativo no Brasil e também são consideradas espaços que incorporam novas práticas de representação política no seu interior, assim como os Conselhos Gestores também o são. No entanto, ainda é pequena a produção acadêmica voltada para análises sobre como a representação e a democracia participativa ocorrem nas conferências de políticas públicas.

A produção teórica sobre conferências de políticas públicas é quase toda voltada às conferências maiores, ou seja, as realizadas em nível nacional ou em grandes centros urbanos<sup>5</sup>. Existe pouca produção teórica sobre as conferências estaduais, regionais e especialmente as conferências que acontecem nos municípios. Ao se realizarem as conferências nacionais são supostas a realização das conferências nos outros níveis e, portanto, é importante entender de que maneira a

---

<sup>4</sup> Sobre a temática citada podemos destacar os estudos de Adrián Gurza Lavalle (2006), Evelina Dagnino (2006), Leonardo Avritzer (2007), Ligia Helena Hahn Lüchmann (2007), Luciana Tatagiba (2002), entre outros.

<sup>5</sup> Há alguns estudos sobre Conferências de Políticas Públicas como o feito por Thamy Pogrebinski (2010) que pretende mostrar como as Conferências Nacionais de Políticas Públicas impulsionaram a representação política de grupos que historicamente não estavam representados no Poder Executivo, através de formulação de políticas públicas, e no Poder Legislativo, através de proposição de leis que a consolidam. Outra pesquisa foi realizada por Enid Rocha de Andrade da Silva sobre Participação Social e as Conferências Nacionais de Políticas Públicas: Reflexões sobre os avanços e desafios no período de 2003-2006 (2010). Este estudo procura fazer um balanço do processo de participação social em torno das conferências nacionais realizadas neste período, destacando os avanços e desafios ocorridos. Há também estudos das Conferências de Políticas Públicas específicas, como o feito por Guizarde, et al (2011) e Lacaz e Flório (2011) que analisam as Conferências Nacionais de Saúde; por Cardoso (2011) e Lyra (2011) que analisam a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública; por Pastor e Marino (2011) fazendo análise dos Conselhos Gestores de Assistência Social a partir das Conferências de Assistência Social; por Aguiar et al (2011) que pesquisa a Conferência Nacional de Comunicação Social; ou por Faria (2012) que pesquisa sobre as dinâmicas participativa e deliberativa nas Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais de Políticas Públicas.

representação dos municípios, os quais são os primeiros a realizar as conferências, se dá nos níveis subsequentes. Considerar as conferências municipais é atentar para a possibilidade original de uma proposta de política pública. Além disso, é verificar como se dá a representação política deste município, avaliando como a proposta levada para outra conferência se mantém, é ampliada, alterada ou suprimida, e como se aproxima das propostas de outros municípios para se tornar regional, estadual e ou nacional.

Sendo as conferências nacionais, estaduais e regionais fóruns ampliados, corre-se o risco de instâncias menores, especialmente de municípios de pequeno porte, encontrarem dificuldades de ver suas propostas não sendo consideradas nas discussões de elaboração e deliberação das propostas nos níveis subsequentes. Uma vez que para aprofundar a reflexão democrática é preciso incluir as realidades dos pequenos municípios, o presente trabalho se propõe a analisar de que maneira os delegados dos municípios pequenos conseguem garantir a representação dos seus municípios nas etapas das conferências posteriores e com isso defender as demandas de suas realidades. A problemática a ser considerada versará sobre a dimensão de representação dos municípios pequenos no processo de elaboração e definição de políticas por meio de conferências.

A reflexão sobre a representação nesses espaços contribuirá para ampliar a produção de conhecimentos que possam orientar as práticas e políticas públicas valorizando as peculiaridades dos municípios de pequeno porte, as quais necessitam ser consideradas em particular. Adicionalmente, será trazida à tona a discussão da representação territorial, porém com novas bases com relação à representação eleitoral.

A presente pesquisa teve como foco, além do aprofundamento teórico, a observação das Conferências de Assistência Social e de Saúde nos municípios de Corupá, Massaranduba, São João do Itaperiú e Schroeder<sup>6</sup>, todos municípios de Pequeno Porte I – conforme nota de rodapé nº 3. Também procedeu-se ao acompanhamento das propostas destas conferências municipais e de seus delegados eleitos nas

---

<sup>6</sup> As Conferências Municipais de Assistência Social foram realizadas até o dia 07 de agosto de 2011 e as Conferências Municipais de Saúde até o dia 15 de julho de 2011.

Conferências Estaduais de Assistência Social e Saúde<sup>7</sup> e nas Conferências Nacionais de Assistência Social e Saúde<sup>8</sup>.

A escolha da Conferência de Saúde deve-se ao fato desta ter uma reflexão e prática de representação e participação política mais evoluída, especialmente com a implantação do SUS (Sistema Único de Saúde), tanto que foi realizada no ano de 2011, a décima quarta edição. As Conferências Nacionais de Saúde acontecem a cada quatro anos. A Conferência de Assistência Social, por sua vez, realizada em sua oitava edição, procura efetivar o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) o qual propõe redimensionar a concepção de assistência social no país. As Conferências Nacionais de Assistência Social acontecem a cada dois anos. Acompanhar a representação dos municípios pequenos nessas diferentes conferências contribui para o entendimento dos processos de representação política nesses espaços.

Para a realização deste trabalho, as conferências Municipais de Saúde e de Assistência Social dos municípios objetos da pesquisa foram acompanhadas *in loco*. Da mesma forma as conferências Estaduais e Nacionais tiveram acompanhamento pessoal, sendo que ao final alcançou-se a participação em doze conferências: oito municipais (quatro de Saúde e quatro de Assistência Social), duas estaduais (uma de Saúde e uma de Assistência Social) e duas nacionais (uma de saúde e uma de Assistência Social).

Nas Conferências Estaduais foram aplicados questionários para conhecer o perfil dos delegados dos respectivos municípios<sup>9</sup> e entrevistas estruturadas<sup>10</sup>, sendo que foram feitas as mesmas perguntas para os entrevistados tanto nas Conferências de Saúde como nas Conferências de Assistência Social. O objetivo destas entrevistas foi tentar descobrir como as pessoas que estão de posse das informações vindas das Conferências Municipais e Estaduais, são capazes de

---

<sup>7</sup> A Conferência Estadual de Assistência Social em Santa Catarina aconteceu nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 2011 e a Conferência Estadual de Saúde em Santa Catarina nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2011.

<sup>8</sup> A Conferência Nacional de Assistência Social ocorreu entre os dias 7 e 10 de dezembro de 2011 e a Conferência Nacional de Saúde entre os dias 30 de novembro e 4 de dezembro de 2011.

<sup>9</sup> Os questionários aplicados e os dados com o perfil dos delegados entrevistados estão apresentados nos Apêndices 1, 2 e 6 deste trabalho, respectivamente.

<sup>10</sup> As entrevistas aplicadas em cada Conferência estão nos Apêndices 3, 4 e 5 deste trabalho.

compreendê-las e perceber quais fatores podem influenciar as suas opiniões, sentimentos e condutas (SELLTIZ apud MARCONI; LAKATOS, 2005, p.198).

Nas Conferências Estaduais foram entrevistados vinte e sete delegados e nas Nacionais dezesseis. A realização destas entrevistas nas Conferências Estaduais se deu na sua maioria, através de gravação, sendo que alguns entrevistados preferiram responder ao questionário de forma escrita. Nas Conferências Estaduais os delegados foram entrevistados no início e no final das conferências. Houve livre acesso para participação das Conferências Estaduais, o que facilitou a aplicação do questionário e das entrevistas aos delegados.

No entanto, na 14ª Conferência Nacional de Saúde não houve possibilidade de credenciamento para participar da conferência e aplicar os questionários e entrevistas aos delegados. Esta conferência foi acompanhada via internet e os delegados foram entrevistados nos hotéis onde estavam hospedados<sup>11</sup>. Para alguns delegados foi deixado o questionário e as perguntas da entrevista para responderem por escrito e posteriormente recolhidas. Apesar de toda dificuldade, foi possível um contato pessoal com todos os entrevistados, momento em que foi explicado o objetivo da pesquisa.

Já na VIII Conferência Nacional de Assistência Social foi possível o credenciamento para participação em toda a conferência, o que facilitou o encontro dos delegados a serem entrevistados na plenária e assim podendo agendar com os mesmos o melhor momento para a realização das entrevistas. Muitas delas aconteciam no intervalo dos trabalhos, no *hall* dos hotéis e nas entradas e saídas das plenárias.

A primeira parte deste trabalho apresenta reflexão teórica sobre os novos espaços de participação e representação política, buscando nas teorias mais recentes aportes para a compreensão do fenômeno da representação nas Conferências de Políticas Públicas. Ao refletir sobre as instituições participativas no Brasil, esta parte do trabalho menciona os teóricos que se apropriaram desta reflexão recentemente. É apresentada a relação que há entre democracia, participação e representação política e de que maneira essas dimensões são consideradas elementos centrais na teoria democrática.

---

<sup>11</sup> As entrevistas aconteciam ou na parte da manhã antes dos delegados saírem para os trabalhos da conferência ou ao final do dia quando os mesmos voltavam para o hotel após os trabalhos do dia.

A segunda parte do trabalho apresenta características dos municípios objeto desta pesquisa (Corupá, Massaranduba, São João do Itaperiú e Schroeder) e as Conferências de Políticas Públicas acompanhadas. Nesta parte constam informações sobre a localização, breve histórico de criação, população, economia e política dos municípios e, em seguida são apresentados alguns indicadores sociais nas áreas de Assistência Social e Saúde que são as temáticas das conferências contempladas nesta pesquisa. Os indicadores destes municípios de Pequeno Porte I são comparados aos de municípios de Grande Porte vizinhos dos mesmos. As Conferências de Políticas Públicas de Saúde e de Assistência Social que aconteceram nos níveis municipais, estadual e nacional são relatadas na sequência. A descrição apresentada é fruto de relatos obtidos junto às pessoas que coordenaram as conferências nos municípios, no Estado de Santa Catarina e a nível federal, além da observação direta individual do pesquisador ao participar de todas as conferências realizadas. No texto são descritos os diferentes momentos das conferências, como as mesas de abertura, palestras proferidas, debates, trabalhos em grupo para formulação de propostas, plenárias para aprovação de regimento interno das conferências e para aprovação de propostas e processos de eleição de delegados. Nesta parte do trabalho também são apresentados dados sobre os delegados dos municípios pesquisados que participaram das Conferências Estaduais e Nacionais.

A última parte do texto apresenta como foram realizadas as entrevistas aos delegados dos municípios objetos desta pesquisa que participaram das Conferências Estaduais e Nacionais e aos delegados de alguns municípios de Pequeno Porte I do Estado de Santa Catarina que participaram das Conferências Nacionais. Para este trabalho foram utilizadas entrevistas estruturadas utilizando-se das mesmas perguntas para todos os entrevistados. As principais indagações feitas pelos entrevistados são analisadas com base na reflexão teórica apresentada no primeiro capítulo do texto. As respostas aparecem agrupadas a partir de indicadores da reflexão da teoria da Representação Política: participação, representação, *accountability*, preparação, compromisso com o representado, território e conhecimento.

Ao se propor estudar tal problemática, é importante que sejam considerados os conceitos já abordados na reflexão acadêmica e correlatos ao conceito de representação. Além disso, faz-se necessário ter em conta as teorias democráticas com foco nas propostas ou modelos alternativos de democracia participativa, examinando o importante papel

da atuação da sociedade civil nas decisões políticas, a ampliação dos espaços participativos e os novos tipos de representação política.

## CAPÍTULO 1 - NOVOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

### 1.1. DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

O estudo consagrado de Pateman (1992) identifica qual o lugar da participação numa teoria da democracia moderna e viável, especialmente ancorado naqueles que a autora considera teóricos centrais para a formulação de sua teoria da democracia participativa: Jean Jacques Rousseau, John Stuart Mill e George Douglas Howard Cole. Pateman estabelece uma teoria participativa da democracia a partir destes três autores e considera que os indivíduos e suas instituições não podem ser vistos isoladamente; que o processo de participação compreende outras esferas de participação além da participação eleitoral; que a função da participação é educativa, tanto no aspecto psicológico como na aquisição prática de habilidades e procedimentos democráticos; que a participação tem um efeito integrativo e que é central nas decisões coletivas. A autora conclui afirmando como consequência que:

Para que exista uma forma de governo democrática é necessária a existência de uma sociedade participativa, isto é, uma sociedade onde todos os sistemas políticos tenham sido democratizados e onde a socialização por meio da participação pode ocorrer em todas as áreas (PATEMAN, 1992, p. 61).

Noções de participação e representação têm sido consideradas elementos centrais da teoria democrática dando novas orientações e significados ao papel da política e da democracia na sociedade (LÜCHMANN, 2007, p. 139). No entanto, participação e representação por um tempo foram vistos como opostos. Para Barber (apud YOUNG, 2006, p. 143), por exemplo, “a representação aliena a vontade política em detrimento do genuíno autogoverno, prejudica a capacidade da comunidade de atuar como um instrumento regulador de justiça e impede a formação de um público participativo no qual a ideia de justiça poderia se enraizar”. Porém, mais recentemente, as abordagens de oposição entre participação e representação foram substituídas pelas de complementariedade. Ou seja, espaços até pouco tempo considerados

como de participação foram mais recentemente tidos como de representação.

Houve, então, um reconhecimento de que representação e participação são formas complementares de cidadania (URBINATI; WARREN, 2010). A representação, quando interconectada com a participação e reflexão dos cidadãos, traz consigo as origens da política, através da qual indivíduos transcendem o imediatismo de seus interesses, experiências, suas afeições sociais e culturais, bem como dilatam seus juízos políticos e dos demais presentes. (URBINATI; WARREN, 2010). A representação e a participação se requerem uma à outra (YOUNG, 2006, p. 156).

A reflexão teórica sobre representação política com frequência tem sido abordada na Ciência Política. No clássico livro *“The Concept of Representation”*, Hanna Pitkin (1967) construiu o conceito de representação. Pitkin, ao examinar os sentidos do termo na modernidade, reconstrói a maneira como a representação política se institucionalizou. Avritzer (2007) descreve como a autora fez esta construção. Segundo o teórico, para Pitkin a origem do termo representação na modernidade está fortemente baseada em uma releitura de Thomas Hobbes que buscou nos povos da antiguidade a autorização como elemento de representação.

Agregado à ideia de autorização, Avritzer (idem, p. 447) aborda as ideias de eleição, monopólio e territorialidade presentes no debate histórico sobre representação política. Para o autor, a teoria da representação pode ser dividida em dois grandes momentos: um primeiro, que se reduziu à discussão acerca da legitimidade do contrato social como ato meramente hipotético e um segundo, o momento da representação como revezamento dos governantes no poder, teoria que deu origem ao republicanismo. No republicanismo estava presente primeiramente a ideia de sorteio, depois o conceito de eleição foi sendo trazido progressivamente como forma de legitimar que aquele que ocupasse o poder tivesse a autorização de todos os indivíduos. A representação passou a ser então uma forma de governo adquirindo um “status monopolista no interior de um determinado território” (idem, p. 448).

Avritzer (op. cit) mostra com isso que os conceitos de monopólio e territorialidade não são inerentes à ideia de representação, mas que foram associados a ela no decorrer do processo. O autor lembra das instituições representativas no início da idade moderna como superposição de soberania, forma de representação que está ligada ao

surgimento do Estado Moderno. O Estado moderno se tornou então a única instituição com capacidade de ação no interior do território, de modo a unificar a linguagem e a comunidade política. Temos então a ideia de monopólio da representação no interior do território através da prática eleitoral.

Retomando a reflexão de Hanna Pitkin (1967, p. 8-9), a mesma conceituou representação com o significado de fazer presente em algum sentido alguma coisa na qual, todavia não é presente literalmente ou de fato. Ao procurar entender a representação, Pitkin dividiu as abordagens sobre o tema entre aqueles que entendem representação como “*standing for*” por alguém ou alguma coisa a mais e outros que concebem-na como “*acting for*” alguém (1967, capítulos 4, 5 e 6, especialmente). Este conceito de representação apresentado por Pitkin do agir por outros (p.112), pode acontecer de diversas formas e tem servido como inspiração para outras teorias de representação política democrática. Para ela representar significa agir no interesse do representado, de uma maneira responsiva a ele (PITKIN, 1967, p. 209).

Não é por isso que se deve considerar o representado como incapaz de agir e de julgar independentemente. Conceber o representado nesta condição é conferir ao representante sabedoria e razão superiores, este passa a ser tido como membro de uma elite. É neste ponto que Pitkin critica Burke, pois se o representante é membro de uma elite, não faz sentido ele consultar as opiniões e desejos daqueles por quem ele atua. Se o representante é superior, porque se submeter ao representado ignorante? Para Pitkin, agindo assim, deixa-se o domínio da representação, tornando-se um especialista decidindo questões técnicas e tomando conta da massa de ignorantes como os pais tomam conta de uma criança (PITKIN, 1967, p. 210-211). Deste modo é resgatada a capacidade de ação e julgamento independente do representado.

Apesar de apontar para a pluralidade dos modos de representar, Pitkin acaba apostando na institucionalização da autorização e *accountability* como modos de manter a responsividade. Portanto, utilizar suas ideias para pensar representação é importante, mas é preciso ir além, considerando que nas conferências a autorização se dá de modo diferenciado do processo eleitoral uma vez que o representante não é autorizado por todos. A igualdade não é matemática, pois são considerados outros modos de representação.

Robert Dahl ao falar em competência cívica defende que “entre os adultos, não há ninguém tão inequivocamente mais bem preparado do que outros para governar, a quem se possa confiar a autoridade completa

e decisiva no governo do estado” (2001, p.89). Ele continua afirmando que “todos os adultos devem ter a permissão para julgar o que é melhor para seu próprio bem ou para seus interesses” (idem) e “todos os adultos sujeitos às leis do estado devem ser considerados suficientemente bem preparados para participar do processo democrático de governo do estado” (p. 90-91). Com isso fica clara a importância destes dois atores no processo democrático de representação política. O representante deve ser cuidadoso sobre seus próprios pontos de vista, quer saber o que os seus representados pensam e presta contas de suas ações aqueles por quem ele age. O representado, por sua vez, deve ser capaz de agir e julgar independentemente de se envolver de modo inteligente na vida política e de manifestar seus interesses, desejos e questões.

Segundo Bobbio (2009) existe uma relação entre a figura do representante como delegado e a representação dos interesses particulares. O delegado é “pura e simplesmente um porta-voz, um nuncio, um legado, um embaixador, de seus representados” (p. 59). Por outro lado, existe também uma relação entre a figura do representante como fiduciário e a representação dos interesses gerais. O representante como fiduciário “tem o poder de agir com uma certa liberdade em nome e por conta dos representados, na medida em que, gozando da confiança deles, pode interpretar com discernimento próprio os seus interesses” (idem).

Silva (1995) faz uma análise crítica da noção de democracia delegativa. Ao se referir a experiências de democracia direta a despeito do propósito de Rousseau, lembra do instituto do mandato imperativo que estabelece um vínculo direto entre os cidadãos e os seus representantes na condição de delegado. A este, o delegado, cabe a função de somente executar a pauta previamente definida, sem possibilidades para tomar decisões fora daquelas acordadas.

A prática política da sociedade civil brasileira, para Silva (1995, p.178), foi dirigida para questionar tanto a irresponsabilidade do governo em relação aos eleitores (*accountability* vertical) como a irresponsabilidade de quem ocupa o Executivo em relação às outras instituições políticas (*accountability* horizontal). Assim, o mais apropriado, de acordo com Silva, seria falar de comportamentos delegativos dentro de instituições representativas, ao invés de considerar a emergência de uma nova forma de democracia.

Nas Conferências de Políticas Públicas normalmente a terminologia delegado é comumente aplicada aos principais atores do processo. Esta terminologia foi observada nos dois processos de

conferências analisadas neste trabalho. Os demais participantes das conferências são identificados como convidados. O Regimento Interno das Conferências Municipais identificava quem poderia ser credenciado como delegado e nas conferências municipais dos municípios analisados nesta pesquisa, todas as pessoas que se inscrevessem para participar da mesma, foram considerados delegados, com direito a voz e voto.

Para as Conferências Estaduais e Nacionais, os Regimentos Internos ou Regulamentos das mesmas previam que os delegados para estas etapas deveriam ser indicados na Conferência anterior<sup>12</sup>.

Enquanto eleitos nas etapas anteriores, como no caso dos delegados nas Conferências Estaduais e Nacionais, estes tiveram a função de representar as propostas do município e do Estado de origem que os elegeu. Nesta representação, a atuação do delegado é vista não apenas como um mandato imperativo em que o mesmo deve estar atento ao que foi decidido na instância anterior que representa, mas também supõe a ação fiduciária do delegado que, em diálogo com outros delegados de outros municípios ou Estados, tem a possibilidade de agir com certa liberdade em nome e por conta dos representados, pois goza da confiança destes e pode interpretar com discernimento os interesses em pauta.

Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2006a) chamam de representação presuntiva ou virtual quando o representante tem um comprometimento com os interesses do representado de maneira genuína. Para os autores, a presunção da representatividade tende a ser formulada e verbalizada na base de argumentos estabilizados, para além de mera retórica. Seus resultados são consistentes e “o comprometimento com os interesses representados é um componente vital de representação, irredutível a dispositivos institucionais” (idem, 2006a, p. 89).

---

<sup>12</sup> A distribuição de delegados por representação de acordo com o porte dos municípios para a VIII Conferência Estadual de Assistência Social do Estado de Santa Catarina foi regulamentado pela Portaria nº 76 de 10/05/2011, da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Emprego e do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado de Santa Catarina. A participação na 6ª Conferência Estadual de Saúde de Santa Catarina foi regulamentada no Regimento Interno da Conferência aprovado pelo Conselho Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina. A participação nas Conferências Nacionais de Assistência Social e Saúde foram regulamentados nos respectivos Regimentos Internos das referidas conferências aprovados pelos respectivos Conselhos Gestores em Resolução própria.

Tal reflexão considera à denominação feita anteriormente por Edmund Burke ao pensar a representação como o “sentimento” ou o “compromisso” para com o representado. A ideia de representação presuntiva ou virtual é de inclusão política e não de exclusão, considerando a empatia e a comunicação entre representante e diferentes representados, o primeiro de modo virtual representará os interesses objetivos do representado uma vez que ele pertence a mesma comunidade de interesses (idem, p. 90).

A representação virtual se aproxima da ideia de *advocacy*<sup>13</sup> tornando-se prática de “porta-voz de demandas de segmentos da sociedade, temas e interesses mal ou sub-representados nos circuitos tradicionais da representação política” (idem, p. 92). Esta prática corrige, então, situações recorrentes de exclusão em determinados segmentos da população. A representação virtual é sem dúvida um caminho de experimentação possível para corrigir parcialmente vieses sistemáticos de exclusão de determinados segmentos da população e é melhor do que ausência completa de representação (idem p. 93-94).

Para além da representação eleitoral, as novas formas de representação política que têm se estabelecido, apresentam-se como uma modalidade “de pressão, controle, supervisão, intervenção, assédio e reclamo perante o poder em instâncias executivas de políticas e em espaços de interlocução” (GURZA LAVALLE, 2006a, p. 87).

Sendo assim, há diferentes tipos de representação. A inserção desta pluralidade representativa no debate da teoria democrática contemporânea e fundamentalmente a inserção de novos aportes teóricos sobre representação política se dá a partir de diferentes contribuições de autores. É preciso identificar como as práticas de representação, e neste estudo, a representação que acontece nas Conferências de Políticas Públicas, garantem a inclusão das perspectivas, discursos, anseios e demandas dos representados.

Estando a ideia de representação vinculada à ideia de inclusão, nas conferências de políticas públicas deverão ser investigados quais modelos de representação se evidenciam, se existe uma única forma de representação, ou combinações, e se a representação está ligada à questão do poder e de recursos.

---

<sup>13</sup> *Advocacy* entendida como o representante arguindo em favor de algo ou alguém, defendendo mediante argumento, recomendando a adesão ativa de uma causa, justificando publicamente o valor de algo ou alguém.

## 1.2. CONSELHOS GESTORES E CONFERÊNCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Ao mesmo tempo em que parte da academia das ciências sociais está discutindo política pensando em partidos e parlamento, o Brasil vem desenvolvendo, principalmente a partir dos anos 90 do século XX, novas experiências de participação, as quais têm sido estudadas sob o prisma da participação. Nos últimos anos isso começa a ser repensado à medida que se percebe uma articulação entre participação e representação, e que em grande parte estes espaços participativos passam a ser organizados por meio de representação política. Cada vez mais se busca entender esses espaços pela via da representação e não apenas pela via de participação.

Para entender a importância das Conferências de Políticas Públicas no contexto da representação política no Brasil é importante considerar o histórico das instituições participativas no Brasil, especialmente todo o movimento realizado por ocasião da elaboração da Constituição de 1988 e os desdobramentos que esta carta magna trouxe para as instituições participativas no país<sup>14</sup>.

Após a Constituição de 1988 o número de Conferências de Políticas Públicas tem aumentado significativamente no Brasil, especialmente entre os anos 2001 e 2010. Tal crescimento não se manifesta apenas em número, mas também em diferentes áreas de políticas públicas. Começaram então a aparecer alguns estudos em torno das Conferências de Políticas Públicas no Brasil<sup>15</sup>.

A partir da construção do conceito de Conferência de Política Pública é preciso identificar a maneira como a presença e atuação dos representantes, de modo especial dos municípios pequenos, nas conferências estaduais e nacionais assegura que as demandas dos seus municípios sejam garantidas nas discussões ampliadas nestas outras instâncias de formulação de políticas públicas. Além disso, é preciso analisar se a Conferência tem sido um espaço de explicitação dessas demandas ou de seu abafamento.

---

<sup>14</sup> Os textos de Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), bem como os de Gurza Lavalle (2003) fazem este resgate histórico. Em Almeida (2012) encontra-se um estudo aprofundado das mudanças mais significativas na concepção de representação política que alteraram a dinâmica das relações Estado e sociedade no Brasil e os avanços da representação política depois da Constituição de 1988.

<sup>15</sup> Ver nota 5.

Novos modelos, formatos e desenhos de organização política, considerados arranjos institucionais inéditos, têm se estabelecido no Brasil com o intuito de aprofundar a democracia representativa desde o final do século passado. Estas novas experiências participativas estimulam o desenvolvimento e incorporação de novos modelos teóricos de democracia que ampliam os atores e os espaços da política (cf. TATAGIBA, 2002 e LÜCHMANN, 2010b). Trata-se de uma nova vertente a qual preconiza que o poder deve organizar-se democraticamente por meio de instituições que, construídas coletivamente para a discussão pública, mediam as relações entre os interesses individuais e coletivos para formar o interesse público que será seguido pelo complexo administrativo estatal (LÜCHMANN, 2010b, p.216). Esta autora cita os Conselhos Gestores de Políticas Públicas como espaços públicos institucionais apresentando “uma natureza jurídica que imprime um caráter legal ao seu status deliberativo na definição, decisão e no controle das principais diretrizes e ações governamentais nas diferentes áreas de políticas sociais” (LÜCHMANN, 2007, p. 145).

Os Conselhos Gestores são considerados “fóruns públicos de captação de demandas e de elaboração de pactos de interesses específicos de diversos grupos sociais, assim como uma forma de ampliação da participação dos segmentos com menos acesso ao aparato do Estado” (IPEA apud LÜCHMANN, 2010b, p. 219), dedicam-se a garantir a universalização dos direitos sociais. Estes conselhos são garantidos pela Constituição Brasileira de 1988 como estruturas integrantes do desenho institucional de várias áreas. Segundo Almeida e Lüchmann (2008, p. 15), possuem “um caráter mais estruturado e sistêmico, são normalmente deliberativos e formados paritariamente por gestores públicos, privados, sociedade civil e, em alguns casos, usuários”. Tatagiba (2011, p. 209) acrescenta que a novidade histórica do espaço dos Conselhos Gestores nas políticas públicas aposta na “intensificação e na institucionalização do diálogo entre governo e sociedade”.

Lüchmann (2007, p.150) elenca algumas características presentes nos Conselhos Gestores: “são espaços de participação e representação individual e coletiva, a participação é voluntária e não profissional, os espaços participativos são diferentes, os representantes são escolhidos mediante processos variados (fóruns, eleições, indicações, etc.)”. Para a autora, o modelo dos conselhos gestores está pautado na ideia de participação coletiva de entidades, pela representação das organizações

da sociedade civil e pela paridade na representação entre sociedade civil e Estado.

Vinculadas aos Conselhos Gestores, fazendo parte deste sistema descentralizado e participativo, estão as Conferências de Políticas Públicas, espaços públicos ampliados de participação social. Moroni (2011) argumenta que no Brasil, a partir da Constituição de 1988, foi construído um sistema descentralizado e participativo de democracia participativa e as conferências de políticas públicas estão inseridas neste sistema como

Espaços institucionais de deliberação das diretrizes gerais de uma determinada política pública. São espaços mais amplos que os conselhos, envolvendo outros sujeitos políticos, por isso, tem também caráter de mobilização social. Governo e sociedade civil, de forma paritária, por meio de suas representações deliberam de forma pública e transparente.

O Manual Orientador da VIII Conferência Nacional de Assistência Social conceitua conferência como:

Espaços amplos e democráticos de discussão e articulação coletivas em torno de propostas e estratégias de organização. Sua principal característica é reunir governo, sociedade civil organizada e cidadãos comuns, para debater e decidir as prioridades nas políticas públicas nos próximos anos. (BRASIL, 2011a, p. 34)

Pogrebinschi (2010, p. 1) apresenta as conferências de políticas públicas como a principal experiência participativa realizada no Brasil, evento que coloca em pauta as gramáticas de representação, da participação e da deliberação. A autora considera em sua reflexão a importância das conferências realizadas em nível nacional ao mesmo tempo em que valoriza as conferências em outros níveis, entendendo que a etapa nacional consiste num ponto de culminância de um processo que se inicia nos municípios, passa pelos Estados e ainda envolve etapas que transcendem quaisquer divisões geopolíticas (conferências livres e virtuais). A autora ainda caracteriza as conferências de políticas públicas como “experiências participativas que se originam, se desenvolvem e se consomem no seio de instituições representativas”, tem “vocação de

fazer da participação representação” (idem, p. 2). Como terceira característica, Pogrebinschi afirma serem as Conferências de Políticas Públicas espaços que “propiciam a participação direta dos grupos sociais e culturais que logram ter seus interesses minoritários representados ao vê-los convertidos em políticas públicas”. (idem)

Almeida (2011, p. 307) ressalta que o

estudo das instituições participativas indica que há uma renovação na forma de se pensar a representação política e a legitimidade da relação entre Estado e sociedade no Brasil. Em contraste ao período anterior em que a representação era moldada a partir da relação entre Estado e sociedade, no período democrático, é a representação, como expressão da soberania, que molda o relacionamento entre os distintos atores. A abertura de canais variados de manifestação da vontade popular, ao lado do mecanismo eleitoral, oferece oportunidades de pluralizar as formas do social se tornar político, a partir da diversificação de atores e demandas representativas, bem como multiplicação dos pontos de contato e de relacionamento entre representantes e representados.

Sendo assim a solução para representatividade e busca do sentido da representação política está em buscar reconstruir os critérios de legitimidade considerando a pluralidade das formas que tem se apresentado de representar e ser representado e incluir novos atores sociais no processo deliberativo e nos benefícios do processo interativo de participação (idem, p. 313).

### 1.3 CONFERÊNCIAS E REPRESENTAÇÃO COMO POLÍTICA DE PRESENÇA E/OU VIRTUAL/PERSPECTIVAS

A participação nas Conferências de Políticas Públicas se dá de modo diferenciado nos diferentes níveis. Na etapa municipal, quase sempre, podem participar todos os sujeitos envolvidos e pessoas interessadas nas questões relativas à Política da Conferência (no caso desta pesquisa, Assistência Social e Saúde). Normalmente os regimentos internos das conferências municipais prevêm como delegados natos os conselheiros do conselho gestor da política respectiva e entidades da

sociedade civil organizada que inscrevem seus representantes como delegados. Além de delegados, a conferência neste nível prevê inscrição de observadores/participantes e convidados.

Para as conferências estaduais e nacionais é previsto determinado número de delegados que representam os municípios e os Estados, respectivamente<sup>16</sup>. Os critérios desta representação constam nos Regimentos Internos de cada conferência.

Conforme também é previsto nos Regimentos Internos das Conferências Estaduais e Nacionais, ao participar das conferências nas instâncias seguintes o delegado representa seu município ou Estado. Este delegado deve, portanto, conhecer as propostas aprovadas na instância anterior e garantir que as mesmas sejam consideradas ou melhoradas na instância seguinte.

A presença nos diferentes momentos da conferência, especialmente nos momentos de formulação e deliberação das propostas, ajudará o delegado a desempenhar bem o seu papel. Anne Phillips (2001) inclusive fala da “necessidade da presença física dos grupos excluídos nos locais de decisão” (p.269). Para a autora, a representação será mais adequada “quanto melhor reflete as opiniões, preferências ou crenças dos votantes” (idem).

Phillips chama atenção para considerar quem e o que é representado (2001, p. 272). A autora associa o que é representado como política de ideias ao passo que quem é representado associa-se à política de presença. Para ela, “a política de ideias está sendo desafiada por uma política alternativa, de presença” (idem).

Anne Philips apresenta ainda uma reflexão sobre representação adequada, representação justa, representação autêntica e representação legítima, as quais estão associadas à reflexão de uma política de presença. Considerar a política de presença é “conceder um peso significativamente maior a diferença de grupo do que a política de ideias admite” (idem, p. 287). “É na relação entre ideias e presença que nós

---

<sup>16</sup> O parágrafo único do artigo 22 do Regimento Interno da 6ª Conferência Estadual de Saúde de Santa Catarina prevê: “nos termos do § 4º, do art. 1º, da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e nos termos da Resolução nº 333/2003, do Conselho Nacional de Saúde, a representação dos usuários em todas as Etapas da 6ª Conferência Estadual de Saúde será paritária em relação ao conjunto dos representantes do governo, prestadores de serviços e profissionais de saúde. A VIII Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina também prevê paridade entre representantes da Organização Governamental e da Sociedade Civil.

podemos depositar nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação, não numa oposição falsa entre uma e outra” (idem, p. 289).

Castiglione e Warren (2010), ao abordarem a representação democrática, se referem a relacionamentos representativos como a relação que deve existir entre o representante e o representado. Os autores caracterizam a representação democrática da seguinte maneira: o representante age no lugar do representado, é responsável ao seu interesse. Ao ser realizada a *accountability*, o representado se capacita como cidadão para influenciar e controlar o representante; e, o direito do voto para representantes tem significado de medida da igualdade política. Para estes autores, representação democrática compreende a questão de aperfeiçoar as formas de base eleitoral territorial, considerar a emergência de áreas transnacionais de tomada de decisões, a complexificação do discurso de representação e a difusão de estruturas e oportunidades mais informais para a influência da representação democrática. Castiglione e Warren acentuam como norma da democracia a inclusão dos afetados pelas decisões coletivas.

Em uma linha de pensamento semelhante a esta, encontra-se Young (2006, p.148) ao afirmar que a representação política deve ser pensada como um processo que envolve uma “relação mediada dos eleitores entre si e com um representante”. Ainda segundo Young (idem, p. 151), “a representação consiste num relacionamento mediado entre os membros de um eleitorado, entre este e o representante e entre os representantes num organismo de tomada de decisões”.

Baseada no que sugere Pitkin, de que a autorização é um importante indício de representação, Young (op.cit. p.152) afirma que “uma pessoa que representa outras de forma oficialmente institucionalizada precisa estar autorizada a falar por elas”.

Antecipando o momento em que os representantes se apresentarão para agir a seu mando e em seu nome, os indivíduos de um determinado eleitorado procuram uns aos outros, se organizam, discutem as questões que consideram importantes para si e convocam candidatos a responder por seus interesses (idem p. 153).

O relacionamento, portanto, o diálogo entre o representante e o representado se estabelece a partir da responsabilidade do representante em participar das discussões e debates com outros representantes, ouvir

as questões, demandas, relatos e argumentos e com eles tentar chegar a decisões. O representante deve, continua Young (idem), retomar o processo de discussão que levou à sua autorização e antecipar o momento de prestação de contas perante aqueles que diz representar.

A inclusão das noções de perspectivas sociais, opiniões e discursos ao lado da representação de interesses é considerada por Almeida (2011). Para a autora, “a atenção às perspectivas sociais dos indivíduos e aos distintos discursos e opiniões construídos na esfera pública pode ajudar a incluir grupos e temas que tradicionalmente são excluídos da política.” (ALMEIDA, 2011, p. 315). É preciso considerar estes indivíduos multifacetados, com papéis múltiplos e fluidos, socialmente construídos e com identidades contextualizadas.

Portanto dois elementos se destacam como importantes na representação política: a relação que se estabelece entre representante e representado e o elemento de inclusão. No primeiro caso a relação estabelecida se dá quando o representante age em nome do representado, discernindo os interesses daquele que representa. No segundo elemento da representação política cabe destacar que a garantia de presença física de grupos excluídos nos locais de decisão se constitui elemento de inclusão e oportunidade de representação plural<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Ainda na reflexão teórica da Representação Política alguns autores apontam para uma tipologia de representação política. Entre estes teóricos podemos citar: Young (Representação por Perspectivas), Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (Representação Presuntiva ou Virtual) e Dryzek e Niemeyer (Representação Discursiva), entre outros.



## CAPÍTULO 2 – MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE 1 E AS CONFERÊNCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NAS ÁREAS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

### 2.1 CARACTERÍSTICAS E INDICADORES

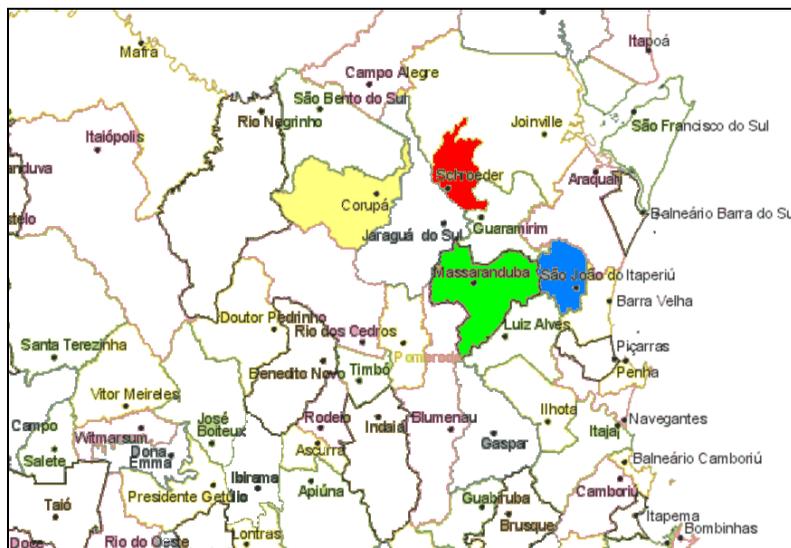
Situados na região nordeste de Santa Catarina, os municípios de Corupá, Massaranduba e Schroeder fazem parte da mesorregião Norte Catarinense. O município de São João do Itaperiú, por sua vez, situado na mesma região do Estado, faz parte da Mesorregião do Vale do Itajaí.

**Figura 1** - Mapa das mesorregiões do Estado de Santa Catarina



Fonte: Mapa (2012).

**Figura 2** - Mapa da região nordeste do Estado de Santa Catarina – Destaque para os municípios de Corupá (amarelo), Massaranduba (verde), São João do Itaperiú (azul) e Schroeder (vermelho).



Fonte: <http://www.mapasparacolorir.com.br/mapa-estado-santa-catarina.php> . Acesso em 01/05/2012. Adaptado pelo autor.

### 2.1.1 Características Gerais

O município de Corupá está situado na região norte do Estado de Santa Catarina, fazendo parte da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu (AMVALI). Pertencia à província de Joinville e, depois, à Jaraguá do Sul. Pela Lei Estadual nº 348 de 21/06/1958 passou a ser Município de Corupá e sua instalação ocorreu no dia 25 de julho de 1958.

Segundo o site do município (CORUPÁ, 2011), a indústria participa com 69,60% na composição da economia local, tendo como principais setores o têxtil e metal mecânico. Já o comércio participa com 18,63% da economia local. A atividade agrícola ocupa 11,78% da

economia, sendo a bananicultura e a avicultura as principais atividades<sup>18</sup>.

Ocupando uma área total de 405,003 Km<sup>2</sup>, Corupá conta com uma população de 13.852 habitantes<sup>19</sup>, sendo que 10.590 destes são eleitores. O atual prefeito do município pertence ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o seu vice ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (FECAM, 2012).

O município de Massaranduba também está situado na região norte do Estado de Santa Catarina, faz parte da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu (AMVALI). Pela Lei nº 247 de dezembro de 1948, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, foi criado o município de Massaranduba, desmembrado dos municípios de Blumenau, Itajaí e Joinville. O município de Massaranduba foi instalado em 13 de fevereiro de 1949, composto de dois distritos: Massaranduba (sede) e Guaramirim. No entanto, no segundo semestre do mesmo ano, o município passou a ser distrito de Guaramirim. Finalmente, através da Lei Estadual nº 746/61, de 29 de agosto de 1961, Massaranduba volta a ser emancipado, e no dia 11 de novembro, foi instalada a sede do município (MASSARANDUBA, 2011).

Segundo o site do município, a sua principal economia é a atividade agrícola, com destaque à rizicultura. A indústria é considerada economia secundária do município, fonte de renda e de geração de empregos, destacando-se as indústrias de beneficiamento de arroz, indústrias têxteis, moveleiras e de esquadrias, indústrias químicas, de plásticos e metalúrgicas. O comércio se destaca como uma terceira fonte econômica, com destaque para o comércio local, constituído por lojas, armazéns, agropecuárias, supermercados, bares, lanchonetes, restaurantes, entre outros, todos considerados igualmente como fonte de geração de empregos.

Massaranduba ocupa uma área total de 373,296 Km<sup>2</sup> e conta com uma população de 15.668 habitantes (FECAM 2012), dentre os quais 11.660 são eleitores. O atual prefeito do município pertence ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o seu vice ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Situado na região norte do Estado de Santa Catarina, o município de São João do Itaperiú também faz parte da Associação dos Municípios

---

<sup>18</sup> Dados do ano de 2006, conforme o site do município.

<sup>19</sup> Todos os dados informando a população dos municípios citados neste trabalho são do CENSO 2010 do IBGE (IBGE-CIDADES, 2012)

do Vale do Itapocu (AMVALI). Inicialmente o município era ligado ao município de Araquari, depois fazendo parte de Barra Velha. Foi somente a partir de 1965 que passou à condição de distrito. São João do Itaperiú é um município bastante novo. Sua emancipação ocorreu em 29 de Março de 1992, através da Lei n° 8.549 sendo definitivamente instalado administrativamente no dia 1° de Janeiro de 1993.

Sua principal atividade econômica é a agricultura. O município ocupa uma área total de 151,926 Km<sup>2</sup> e conta com uma população de 3.438 habitantes, sendo que 2.710 destes são eleitores. O atual prefeito do município pertence ao Partido Progressista (PP) e o seu vice ao Democrata (DEM). (FECAM, 2012)

O município de Schroeder está situado na mesma região dos municípios acima citados e igualmente faz parte da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu (AMVALI). Primeiramente distrito de Guaramirim, através da Lei n.º 968, de 04 de junho de 1964 conseguiu a sua emancipação, tendo a sua instalação como município sido efetivada no mês de agosto do mesmo ano.

As principais atividades econômicas do município são a agricultura, agropecuária e indústria (SCHROEDER, 2011). Ocupando uma área total de 143,818 Km<sup>2</sup>, Schroeder tem uma população de 15.316 habitantes, sendo que 10.730 destes são eleitores. O atual prefeito do município pertence ao Partido Progressista (PP) e o seu vice ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). (FECAM, 2012)

### **2.1.2. Indicadores Sociais**

Ao observar as Conferências Municipais de Assistência Social e de Saúde em municípios de Pequeno Porte I (Corupá, Massaranduba, São João do Itaperiú e Schroeder) e também ao acompanhar as propostas e os delegados destes municípios nas etapas estaduais e nacionais, é importante ficar atento a como as demandas destes municípios aparecem. É necessário verificar se as propostas dos municípios pequenos se aproximam daquelas apresentadas pelos municípios maiores e como as mesmas são consideradas nos eventos de maior representação. Alguns indicadores de Assistência Social e de Saúde comprovam a proximidade de problemáticas existentes nos grandes centros, sendo que o mesmo acontece nos municípios de pequeno porte.

## 2.1.2.1. Indicadores de Assistência Social 20

**Tabela 1** - Indicadores de Assistência Social dos municípios pesquisados e de municípios maiores, da mesma região, em porcentagem.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	BPC		BF <sup>21</sup>	F½SM	F140
		ID	PCD <sup>22</sup>			
Corupá	13.852	0,28	0,24	6,53	19,38	10,93
Massaranduba	14.668	0,03	0,28	3,51	11,93	6,34
São João do Itaperiú	3.438	0,29	0,11	7,41	25,45	18,47
Schroeder	15.316	0,17	0,20	5,97	11,88	9,30
Jaraguá do Sul <sup>23</sup>	143.206	0,21	0,19	5,23	12,44	8,52
Joinville	515.250	0,37	0,38	5,09	9,81	6,36

Fonte: Elaborado pelo autor.

BPC (Benefício de Prestação Continuada)<sup>24</sup>

<sup>20</sup> Os indicadores apresentados foram extraídos do site do Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/index.php?cut=aHR0cDovL2FwbGljYWNVzXZMubWRzLmdvdvi5ici9zYWdpL2FzY29tL2dlcmFyL2luZGV4LnBo cA==&def=v> Acesso em 21/08/2011

<sup>21</sup> BF – Bolsa Família. Segundo o site do Ministério do Desenvolvimento Social, o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 32 a R\$ 242. Esses valores são o resultado do reajuste anunciado em 1º de março e vigoram a partir dos benefícios pagos em abril de 2011. Será considerado para os três itens seguintes, famílias compostas em média por 5 pessoas

<sup>22</sup> PCD – Pessoa com Deficiência.

<sup>23</sup> Os municípios de Jaraguá do Sul e Joinville foram incluídos nestas tabelas por serem municípios de grande porte, se situarem próximos dos municípios objetos desta pesquisa e servem de parâmetro para medir como as problemáticas sociais dos municípios maiores estão presentes nos municípios pequenos.

<sup>24</sup> BPC – Benefício de Prestação Continuada. Segundo o site do Ministério do Desenvolvimento Social, o BPC é um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência

Considerando os indicadores acima apresentados é possível identificar que os municípios de Corupá e São João do Itaperiú têm índices de idosos que se beneficiam do BPC maiores do que o município Jaraguá do Sul e índice aproximado do município de Joinville. Já com relação às pessoas com deficiência, os municípios de Corupá, Massaranduba e Schroeder têm porcentagem maior de beneficiários do BPC do que o município vizinho, Jaraguá do Sul.

Chama a atenção o fato que apenas o município de Massaranduba possui índice menor de beneficiários do Programa Bolsa Família quando comparado com os municípios de grande porte. Os demais municípios têm índice maior.

Todos os municípios de Pequeno Porte I possuem índice próximo ou maior do que os municípios de grande porte quando se considera a porcentagem de famílias com renda per capita de meio salário mínimo, com destaque ao município de São João do Itaperiú que tem porcentagem duas vezes maior que o município de Jaraguá do Sul e quase três vezes maior que o município de Joinville.

Por fim, os municípios de Corupá, São João do Itaperiú e Schroeder têm índice superior de famílias com renda per capita de até cento e quarenta reais quando comparados a municípios de grande porte, e o município de Massaranduba tem índice muito próximo ao do município de Joinville.

Todos estes indicadores demonstram como os índices de carência financeira das pessoas que vivem nos municípios de pequeno porte se repetem ou até, em alguns casos, são maiores do que em municípios grandes. As desigualdades sociais estão presentes nas duas realidades e quanto maiores as disparidades entre os diferentes grupos e classes sociais, maior a desigualdade de acesso a serviços públicos e à qualidade de vida.

---

(PCD), de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar *per capita* deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente.

2.1.2.2 Indicadores de Saúde<sup>25</sup>**Tabela 2** - Indicadores de Saúde dos municípios pesquisados e de municípios maiores, da mesma região, em porcentagem.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	PBH	PEH	PACH
Corupá	13.852	7,9	6,8	0,0
Massaranduba	14.668	4,3	8,6	0,0
São João do Itaperiú	3.438	4,8	1,1	0,0
Schroeder	15.316	7,7	6,1	0,0
Jaraguá do Sul	143.206	3,6	27,3	55,28
Joinville	515.250	3,9	36,0	18,36

Fonte: Elaborado pelo autor.

PBH – Número de procedimentos básicos por habitante/ano

PEH – Valor Procedimento Especializados por habitante/ano

PACH – Valor Procedimento Alta Complexidade por habitante/ano

De acordo com os indicadores apresentados, nos municípios de Pequeno Porte I é oferecido um número maior de procedimentos básicos por habitantes. Este dado demonstra maior acesso à atenção básica em saúde nestes municípios do que nos municípios de grande porte aqui considerados. No entanto, todos os municípios de pequeno porte encontram-se desprovidos de procedimentos especializados e de alta complexidade, obrigando a população a recorrer aos municípios maiores/polo para receber atendimento.

A Conferência de Saúde é um espaço para explicitar como os municípios pequenos encaram esta realidade e que propostas de otimização apresentam. É importante também verificar como os municípios de grande porte, os quais têm um número menor de procedimentos básicos por habitantes e oferta de procedimentos especializados e de alta complexidade, consideram essa realidade e que propostas apresentam.

---

<sup>25</sup> Fonte: Ministério da Saúde. Dados do ano 2005. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/tabfusion/default.cfm?estado=SC>. Acesso em 23/08/2011

### 2.1.2.3 Indicadores de Desenvolvimento Humano – Ranking 2000<sup>26</sup>

**Tabela 3** - Indicadores de Desenvolvimento Humano dos municípios pesquisados e de municípios maiores, da mesma região.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	SC <sup>27</sup>	BRASIL <sup>28</sup>
Corupá	13.852	59	244
Massaranduba	14.668	28	95
São João do Itaperiú	3.438	177	868
Schroeder	15.316	24	82
Jaraguá do Sul	143.206	9	32
Joinville	515.250	4	14

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os indicadores de desenvolvimento humano demonstram o posicionamento dos municípios considerados nesta pesquisa e de alguma forma justificam os indicadores apresentados anteriormente. A partir da análise de tais indicadores percebe-se uma posição menos privilegiada dos municípios de pequeno porte em relação aos municípios de grande porte. Revela-se, aí, a situação precária em que os mesmos se encontram.

Se os índices dos municípios de pequeno porte têm essa característica, é preciso verificar como as propostas advindas das Conferências de Políticas Públicas estão relacionadas a esta realidade. Faz-se mister observar se as propostas apresentadas contemplam essas realidades ou se as propostas dos municípios maiores prevalecem sobre as propostas dos municípios pequenos.

## 2.2 CONFERÊNCIAS DE SAÚDE

### 2.2.1 Conferências Municipais de Saúde

O município de Corupá realizou, no dia 29 de junho de 2011, a 2ª Conferência Municipal de Saúde. Segundo informações contidas na ata

<sup>26</sup> Fonte: <http://www.frigoletto.com.br/GeoEcon/idhsc.htm>. Acesso em 23/08/2011.

<sup>27</sup> O Estado de Santa Catarina possui 293 municípios.

<sup>28</sup> O Brasil possui 5.564 municípios.

da conferência<sup>29</sup>, participaram da mesma representantes de usuários, gestores, prestadores de serviço e trabalhadores de saúde. Esta conferência adotou como tema central e subtemas (eixos temáticos) os mesmos da 14ª Conferência Nacional de Saúde<sup>30</sup>. A Conferência iniciou com a composição da mesa das autoridades. Após os discursos de abertura foi feita leitura do Regimento Interno da Conferência, o qual foi aprovado pelos presentes sem alterações significativas, a não ser correções de alguns equívocos, uma vez que o Regimento era cópia do regimento de conferência de um município vizinho e não foi devidamente corrigido. Seguindo com a conferência, foi apresentado um vídeo-documentário: “Políticas Públicas na Saúde no Brasil”, do Ministério da Saúde. Após esta apresentação, teve início a palestra de um conferencista convidado que explanou sobre os temas da 14ª Conferência Nacional, com a interação dos participantes, esclarecimentos de dúvidas e exemplos concretos do dia a dia.

Na terceira parte da conferência, os presentes<sup>31</sup> organizaram-se em quatro grupos a fim de discutir sobre os eixos temáticos da 14ª Conferência Nacional e de elaborar propostas. Na sequência, as propostas discutidas nos grupos foram submetidas à plenária da conferência que aprovou aquelas que deverão ser encaminhadas para as conferências estadual e nacional.

Finalmente, foram eleitos os delegados representantes do município de Corupá para a 6ª Conferência Estadual de Saúde de Santa Catarina<sup>32</sup> que foi realizada em outubro. Foram eleitos oito delegados,

---

<sup>29</sup> As informações relatadas sobre as conferências municipais foram encaminhadas pelas comissões organizadoras dos eventos ou são parte das anotações feitas pelo autor ao participar das conferências.

<sup>30</sup> A 14ª Conferência Nacional de Saúde teve como tema: "Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social, política Pública, patrimônio do Povo Brasileiro" e como eixos temáticos: Acesso e acolhimento com qualidade: um desafio para o SUS; Política de saúde na seguridade social, segundo os princípios da integralidade, universalidade e equidade; Participação da comunidade e controle social; Gestão do SUS (Financiamento; Pacto pela Saúde e Relação Público x Privado; Gestão do Sistema, do Trabalho e da Educação em Saúde). Esta temática já estava definida no Decreto da Presidência da República de 02/04/2011 o qual convocou a 14ª Conferência Nacional de Saúde.

<sup>31</sup> Na ata fornecida pela comissão organizadora não foi informado quantas pessoas participaram da conferência, a que segmento estas pessoas pertenciam nem a maneira como foram escolhidos os delegados.

<sup>32</sup> Segundo o Art. 24 do Regimento Interno da 6ª Conferência Estadual de Saúde: “Serão delegados na 6ª Conferência Estadual de Saúde os delegados

sendo quatro representantes de usuários (dois homens e duas mulheres), um representante dos gestores (mulher), um representante dos prestadores de serviços de saúde (mulher) e dois profissionais de saúde (duas mulheres).

O município de Massaranduba realizou no dia 28 de junho de 2011 a 2ª Conferência Municipal de Saúde. No período vespertino, no dia da conferência, os presentes<sup>33</sup> estavam organizados em grupos para discutir sobre os eixos temáticos da 14ª Conferência Nacional e elaboração de propostas que deverão ser encaminhadas para as conferências estadual e nacional. Ao final do trabalho em grupos, as propostas discutidas foram submetidas à plenária da conferência para votação das propostas a serem enviadas para as Conferências Estadual e Nacional.

A eleição dos delegados do município de Massaranduba para a 6ª Conferência Estadual de Saúde de Santa Catarina foi realizada em seguida. Esta eleição foi feita a partir da disponibilidade das pessoas presentes na plenária e que se prontificavam a participar do evento estadual ou por indicação da coordenação ou de outra pessoa da plenária. A partir do momento em que as pessoas se apresentavam ou eram apresentadas, a sua representação era submetida à aprovação da plenária. Foram escolhidos como delegados quatro representantes dos usuários, dois representantes dos gestores e dois representantes dos profissionais de saúde. Como não havia prestadores de serviço participando da conferência, os organizadores afirmaram que iriam conversar com a coordenação estadual para verificar a possibilidade de substituição de um representante dos prestadores de serviço de saúde por um representante dos gestores.

---

eleitos nas etapas municipais de, cujo quantitativo deve variar de acordo com a população IBGE 2010, assim: a) Municípios com até 10 mil habitantes – 04 delegados; b) Municípios de 10.001 a 50 mil habitantes – 08 delegados; c) Municípios de 50.001 a 100 mil habitantes – 12 delegados; d) Municípios de 100.001 a 200 mil habitantes – 16 delegados; e e) Municípios acima de 200 mil habitantes – 20 delegados” (REGIMENTO, 2011).

<sup>33</sup> A comissão organizadora da Conferência Municipal de Saúde de Massaranduba não informou como transcorreram os trabalhos na parte da manhã, nem quantas pessoas participaram da conferência e a que segmento estas pessoas pertencem. O relato da parte da tarde da conferência foi feito com base na participação do autor no evento.

A 3ª Conferência Municipal de Saúde do município de São João do Itaperiú aconteceu no dia 08 de julho de 2011<sup>34</sup>. O início da conferência se deu com a fala de algumas autoridades que compuseram a mesa de abertura. Na sequência foi feita a leitura do regimento interno da conferência o qual não sofreu nenhuma alteração e foi aprovado pelos presentes. Diferente de outras conferências, nas quais o texto do regimento interno foi exposto visualmente, nesta conferência foi feita leitura sem visualização. O momento seguinte da conferência foi uma palestra sobre o tema e eixos temáticos da 14ª Conferência Nacional de Saúde feito por uma palestrante que já trabalhou no município e hoje trabalha na Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. A palestrante conhecia quase todas as pessoas presentes na plenária e conseguiu associar o conteúdo abordado com o trabalho e a realidade de cada pessoa. Por ter mais experiência na condução de conferências, durante quase todo o evento, esta mesma palestrante assumiu, indiretamente, a coordenação dos trabalhos.

Após a palestra, os presentes foram organizados em grupos para discutir sobre os eixos temáticos da 14ª Conferência Nacional e para a elaboração de propostas a serem encaminhadas para as conferências estadual e nacional. Na sequência, as propostas discutidas nos grupos foram submetidas à plenária da conferência para votação. A comissão organizadora da conferência aproveitou o evento para recompor a representação do Conselho Municipal de Saúde, escolhendo entre os presentes seis representantes titulares e seis suplentes do segmento dos usuários.

Em seguida a plenária passou à escolha dos delegados para representar o município na 6ª Conferência Estadual de Saúde. Essa eleição foi feita a partir da disponibilidade das pessoas presentes na plenária, as quais se prontificavam a participar do evento estadual, ou por indicação da coordenação ou de outra pessoa da plenária. A partir do momento em que as pessoas se apresentavam ou eram apresentadas, a sua representação era submetida à aprovação da plenária. Foram escolhidos dois representantes dos usuários, um representante dos profissionais de saúde e um representante dos gestores.

A 3ª Conferência Municipal de Saúde do município de Schroeder aconteceu no dia 03 de junho de 2011. Segundo relato fornecido pela comissão organizadora da conferência municipal, este evento foi

---

<sup>34</sup> A comissão organizadora desta conferência também não enviou o relatório da mesma para o autor. O relato feito aqui tem como base a participação do autor no evento.

organizado a partir de resolução do Conselho Municipal de Saúde o qual instituiu uma comissão organizadora com representantes do Conselho Municipal de Saúde e da gestão municipal da saúde. Na conferência municipal participaram representantes governamentais e não governamentais do Conselho Municipal de Saúde e funcionários da Secretaria Municipal de Saúde de Schroeder. Não havia critérios para as pessoas se inscreverem e participarem da conferência. Segundo o relato, a inscrição foi aberta a todos os cidadãos. Previamente foram inscritos 58 participantes para a conferência, mas as inscrições realizadas no dia do evento totalizaram a presença de 131 pessoas identificadas como representantes da sociedade civil organizada, usuários da política de saúde, profissionais de saúde, funcionários públicos, conselheiros municipais de várias políticas públicas, autoridades, entre outros.

Segundo relato da comissão organizadora, foram enviadas à comissão organizadora da 6ª Conferência Estadual de Saúde todas as propostas aprovadas na etapa municipal que demandam sua responsabilidade.

Na eleição dos delegados para a 6ª Conferência Estadual de Saúde de Santa Catarina foram escolhidos oito delegados, sendo quatro representantes de usuários (quatro mulheres), dois representantes dos gestores (uma mulher e um homem), e dois representantes dos profissionais de saúde (duas mulheres)<sup>35</sup>. A comissão organizadora da conferência comunicou que não houve representante dos prestadores de serviços de saúde habilitado para representar o município pelo segmento.

Conforme mostra a Tabela 4, os municípios de Massaranduba, São João do Itaperiú e Schroeder não elegeram representantes dos prestadores de serviço para a conferência estadual. Apenas o município de Corupá conseguiu preencher as vagas de delegados conforme preconizado pela organização da 6ª Conferência Estadual de Saúde<sup>36</sup>. O

---

<sup>35</sup> A comissão organizadora não informou o modo de como se procedeu à eleição dos delegados para a conferência estadual.

<sup>36</sup> O parágrafo único do Art. 22 do Regimento Interno da 6ª Conferência Estadual de Saúde orienta que: nos termos do § 4º, do art. 1º, da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e nos termos da Resolução nº 333/2003, do Conselho Nacional de Saúde, a representação dos usuários em todas as Etapas da 6ª Conferência Estadual de Saúde será paritária em relação ao conjunto dos representantes do governo, prestadores de serviços e profissionais de saúde, sendo assim configurada a participação: 50% dos participantes serão representantes dos usuários; 25% dos participantes serão representantes dos

número de delegadas (81%) é significativamente maior que o de delegados (19%).

**Tabela 4** - Delegados eleitos nos municípios para a 6ª Conferência Estadual de Saúde de Santa Catarina

MUNICÍPIO	GOVERNO E PRESTADO RES DE SERVIÇO		PROFISSIONAIS DE SAÚDE	USUÁRIOS	HOMENS	MULHERES
	GV	PS				
Corupá	1	1	2	4	2	6
Massaranduba	2	0	2	4	NI	NI
São João do Itaperiú	1	0	1	2	NI	NI
Schroeder	2	0	2	4	1	7
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>14</b>	<b>3</b>	<b>13</b>

Fonte: Elaborado pelo autor.

GV – governo

PS – prestador de serviços

NI – não informado

### 2.2.2 6ª Conferência Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina

Do dia 19 ao dia 21 de outubro de 2011, em Florianópolis – SC aconteceu a 6ª Conferência Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina com o tema: “Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social, Política Pública, patrimônio do povo brasileiro”. Esta conferência, de acordo com o seu Regimento Interno, teve como objetivos:

Impulsionar, reafirmar e buscar a efetividade dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, garantidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Saúde, na perspectiva do fortalecimento da Reforma Sanitária; avaliar o SUS e propor condições de acesso à saúde, ao acolhimento e à qualidade da atenção integral;

---

profissionais de saúde; e 25% serão representantes de gestores e prestadores de serviços de saúde.

definir diretrizes e prioridades para as políticas de saúde, com base nas garantias constitucionais da Seguridade Social, no marco do conceito ampliado e associado aos Direitos Humanos; fortalecer o Controle Social no SUS e garantir formas de participação dos diversos setores da sociedade em todas as etapas da 14ª Conferência Nacional de Saúde. (BRASIL, 2012)

Foram inscritos na 6ª Conferência Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina 1679 delegados<sup>37</sup>, os quais foram eleitos nas conferências municipais de saúde ou são delegados natos por serem conselheiros do Conselho Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina. No Regimento Interno da conferência ainda estavam previstas as inscrições de 274 convidados.

**Figura 3** - Logomarca da 6ª Conferência Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina



Fonte: SES (2012)

A 6ª Conferência Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina teve uma solenidade de abertura onde as autoridades que estavam compondo a mesa fizeram uso da palavra. Em seguida uma assessora especial do Ministério da Saúde proferiu a conferência de abertura a partir do tema proposto para a 14ª Conferência Nacional de Saúde que foi o tema assumido na etapa estadual. O momento seguinte da conferência foi a apreciação e aprovação do regulamento da 6ª Conferência Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina.

---

<sup>37</sup> Esta informação esta disponível no site da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Santa Catarina: <<http://portalses.saude.sc.gov.br>> (SES, 2012).

Na parte da tarde do primeiro dia da conferência aconteceu uma palestra sobre um dos eixos temáticos da conferência: Acesso e acolhimento com qualidade – um desafio para o SUS: gestão do SUS (financiamento; pacto pela saúde e relação público x privado; gestão do sistema, do trabalho e da educação em saúde). A segunda parte da tarde foi marcada pelo início dos grupos de trabalho que analisaram as propostas vindas dos municípios. Segundo informações da Comissão de Relatoria, os municípios enviaram cerca de quatro mil propostas que foram sintetizadas em cento e setenta e duas pela comissão e entregues aos participantes da conferência para o trabalho nos grupos. Cada grupo de trabalho deveria ler e votar as propostas das diretrizes, fazendo com que cada diretriz fosse apreciada por no mínimo onze grupos de trabalho. O delegado, no grupo de trabalho, deveria atribuir uma nota de zero a dez para cada proposta constante no caderno de diretrizes que recebeu ao participar do grupo de trabalho. As propostas que obtiveram setenta por cento do valor máximo possível de notas em cada grupo de trabalho foram encaminhadas diretamente para o Relatório Final da 6ª Conferência Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina. As propostas que obtiveram de trinta até sessenta e nove por cento do valor máximo possível de notas em cada grupo de trabalho em pelo menos seis grupos de trabalho, foram para votação na plenária final. Por fim, as propostas que obtiveram menos de trinta por cento do valor máximo possível de notas em cada grupo de trabalho, não fizeram parte do Relatório Final da 6ª Conferência Estadual de Saúde.

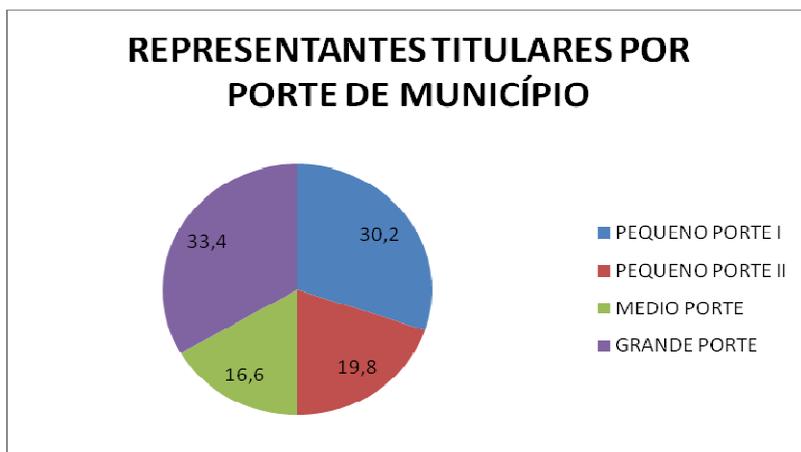
No segundo dia da conferência, na parte da manhã foi dado continuidade aos grupos de trabalho. No início da tarde aconteceu outra palestra com o tema: Acesso e acolhimento com qualidade – um desafio para o SUS: política de saúde na seguridade social, segundo os princípios da integralidade, universalidade e equidade. Acesso e acolhimento com qualidade – um desafio para o SUS: participação da comunidade e controle social. A segunda parte da tarde do segundo dia da conferência foi dedicada para a conclusão dos grupos de trabalho.

O último dia da 6ª Conferência Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina foi dedicado para a plenária final aprovar o Relatório Final da conferência, as moções, além de referendar a escolha dos delegados do Estado de Santa Catarina para a 14ª Conferência Nacional de Saúde, definida em assembleias específicas por segmento. Segundo o Regulamento Interno aprovado na conferência, a aprovação do Relatório Final da 6ª Conferência Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina expressou o resultado dos debates nas duas etapas da conferência

(produto das conferências municipais e da etapa estadual) e aprovou cinco propostas nacionais para cada uma das diretrizes. Estas cinco propostas aprovadas significam aquelas propostas que obtiveram o valor máximo possível de notas nos grupos de trabalho ou foram aprovadas na plenária final da conferência.

Para a eleição dos delegados do Estado de Santa Catarina para a 14ª Conferência Nacional de Saúde a plenária foi dividida em quatro grupos, conforme o segmento correspondente para eleição de quarenta e oito delegados do segmento dos usuários, vinte e quatro delegados do segmento trabalhadores de saúde, doze delegados do segmento prestadores de serviço de saúde e doze delegados do segmento governamental. Cada segmento elegeu ainda trinta por cento de delegados suplentes do total de número de vagas de cada segmento. Conforme ainda decisão na plenária de aprovação do regulamento da conferência, as vagas do segmento deveriam ser divididas segundo macro regiões do Estado de Santa Catarina: Extremo Oeste, Grande Florianópolis, Meio Oeste, Nordeste, Planalto Norte, Planalto Serrano, Sul e Vale do Itajaí. Os delegados eleitos em cada segmento foram apresentados à plenária da conferência para homologação de sua eleição. Dos noventa e seis delegados titulares eleitos vinte e nove eram de municípios de Pequeno Porte I, ou seja, com menos de 20 mil habitantes, portanto 30,2%.

**Gráfico 1** - Delegados titulares eleitos para representar o Estado de Santa Catarina na 14ª Conferência Nacional de Saúde, por porte de município.

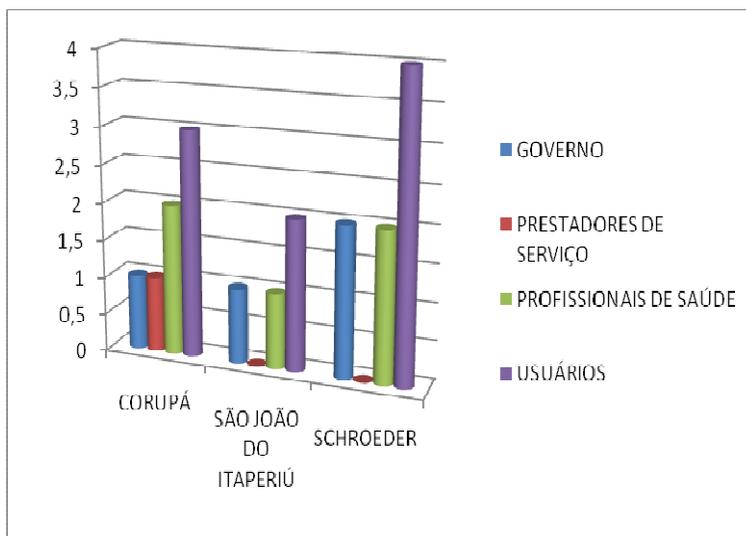


Fonte: Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Santa Catarina: <<http://portalses.saude.sc.gov.br>> (SES, 2012). Elaborado pelo autor.

Os conselheiros estaduais de Saúde concorreram às vagas para a conferência nacional com os seus pares por segmento, considerando que não havia vagas específicas para representantes dos conselhos estaduais. Não foi divulgada a listagem dos delegados suplentes do Estado de Santa Catarina para a conferência nacional de saúde.

Como já relatado anteriormente, o município de Corupá poderia participar da VI Conferência Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina com oito delegados, no entanto enviou apenas sete: um do segmento governamental, um do segmento dos prestadores de serviço, dois do segmento profissionais de saúde e três do segmento dos usuários. O município de Massaranduba que poderia participar da Conferência Estadual com oito delegados, não enviou ninguém. Já o município de São João do Itaperiú enviou 4 delegados: um do segmento governamental, um do segmento dos profissionais de saúde e dois do segmento dos usuários. Por fim, o município de Schroeder participou da VI Conferência Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina com oito delegados: dois do segmento governamental, dois do segmento dos profissionais de saúde e quatro do segmento dos usuários.

**Gráfico 2** - Segmentos dos conselheiros dos municípios pesquisados presentes na VI Conferência Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foi realizada entrevista e aplicado questionário com dezessete destes delegados no primeiro e no último dia da conferência. Dois delegados de um dos municípios não foram encontrados para conclusão da entrevista e entrega do questionário.

### 2.2.3 14ª Conferência Nacional de Saúde

A 14ª Conferência Nacional de Saúde aconteceu entre do dia 30 de novembro ao dia 4 de dezembro de 2011 em Brasília – DF. Esta conferência teve como tema central: Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social, Política Pública, patrimônio do povo brasileiro. Acesso e Acolhimento com Qualidade - Um desafio para o SUS. (BRASIL, 2012)

**Figura 4** - Logomarca da 14ª Conferência Nacional de Saúde



Fonte: BRASIL (2012)

De acordo com o Regimento Interno da 14ª Conferência Nacional de Saúde (BRASIL, 2012), foram previstas a presença de 3.212 pessoas no evento entre delegados e convidados. O quadro abaixo mostra como foi prevista a participação na conferência.

**Tabela 5** - Total de delegados previstos para a 14ª Conferência Nacional de Saúde.

SEGMENTOS	ELEITOS-ESTADOS	ELEITOS – ENTIDADES E INSTITUIÇÕES NACIONAIS	TOTAL
Gestores e Prestadores (25%)	710	93	803
Trabalhadores da Saúde (25%)	710	93	803
Usuários	1.420	186	1.606
<b>TOTAL DE DELEGADOS</b>	<b>2.840</b>	<b>372</b>	<b>3.212</b>

Nota: Estão incluídos, no total de delegados eleitos por órgãos de governo e entidades de abrangência e representação nacionais nos respectivos segmentos (usuários, trabalhadores e comunidade científica, gestores e prestadores de serviços de saúde), os 144 conselheiros nacionais e seus suplentes, 27 coordenadores de Plenária, e no segmento de usuários estão incluídos os 68 representantes indígenas dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas que integram o Subsistema de Saúde Indígena do SUS. Fonte: Regimento Interno da 14ª Conferência Nacional de Saúde (BRASIL, 2012).

O primeiro evento que marcou o início dos trabalhos da conferência foi a realização de um ato público em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) na Esplanada dos Ministérios. Este evento teve a participação de vários movimentos sociais, centrais sindicais e os delegados e convidados da conferência que seguiram até o Congresso Nacional com o objetivo de defender mais recursos para a saúde e fortalecer a luta contra a privatização do setor.

No dia seguinte os trabalhos iniciaram com a solenidade de abertura da conferência presidida pelo presidente do Conselho Nacional de Saúde e Ministro da Saúde juntamente com a vice-presidente do conselho que é do segmento dos usuários. Cabe ressaltar que as duas mestres de cerimônia desta parte da conferência eram travestis, uma do Estado da Bahia e outra do Estado de São Paulo. Em seguida foi feita a leitura e aprovação do regulamento da conferência. Na parte da tarde deste dia se realizou primeiramente uma mesa central com palestra

sobre: Acesso e acolhimento com qualidade: um desafio para o SUS. Na sequência a plenária foi dividida em onze grupos para participar de diálogos temáticos sobre assuntos relativos a temática central da conferência. Na entrada da plenária deste dia houve um grande manifesto coordenado pela Confederação Federal de Enfermagem e Fórum Nacional 30 horas já: Enfermagem unida por um objetivo. Este grupo reivindicava redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais. Dois trios elétricos foram trazidos até a entrada da plenária e anunciavam os objetivos do movimento bem como a chegada de vinte ônibus com profissionais e estudantes de enfermagem que vieram para participar do movimento. Outros grupos distribuíam panfletos, *botons* e adesivos alusivos ao tema.

O terceiro e o quarto dia de trabalho da 14ª Conferência Nacional de Saúde foram dedicados para os grupos de trabalho os quais debateram as propostas que compunham o Relatório Consolidado da Etapa Nacional elaborado a partir dos relatórios das conferências Estaduais e do Distrito Federal. Os grupos de trabalho funcionaram sob as seguintes orientações:

O Relatório Consolidado da Etapa Nacional será lido e votado; as Diretrizes e Propostas constantes do Relatório Consolidado da Etapa Nacional não destacadas nos Grupos de Trabalho serão consideradas aprovadas e farão parte do Relatório Final da 14ª Conferência Nacional de Saúde; as Diretrizes e Propostas que obtiverem 70% (setenta por cento) ou mais dos votos, em cada Grupo de Trabalho, e forem aprovadas em pelo menos 09 (nove) Grupos de Trabalho, farão parte do Relatório Final da 14ª Conferência Nacional de Saúde; para apreciação na Plenária Final. As Diretrizes e Propostas constantes do Relatório Consolidado da Etapa Nacional, destacadas nos Grupos de Trabalho, deverão ter aprovação de 50% mais um e menos de 70% dos votos dos (as) delegados (as) presentes em cada Grupo de Trabalho e em pelo menos 09 (nove) Grupos de Trabalho. Na Etapa Nacional, não serão acatadas Diretrizes e Propostas novas. Os Grupos de Trabalho terão mesas paritárias, com coordenação e secretaria, todos indicados pela Comissão Organizadora. (BRASIL, 2012)

Noventa por cento das propostas do Relatório Consolidado foram aprovadas pelos grupos de trabalho e apenas dezenove propostas foram

levadas para apreciação e votação na plenária final da conferência. Esta plenária aconteceu no último dia da conferência e serviu para apreciação e votação das propostas e moções.

Conforme informado pela mesa coordenadora dos trabalhos, foram redigidas e entregues a comissão de relatoria cento e três moções. Destas, uma foi retirada pelo proponente, dez não tinham assinaturas suficientes e doze são de questões locais e estaduais e, portanto não cabiam no evento nacional. Das oitenta restantes, quarenta eram propostas que já constavam no Relatório Consolidado e, portanto, foram colocadas para aprovação quarenta moções. Trinta e nove delas foram aprovadas e apenas uma rejeitada: 13 moções de apelo, oito de repúdio, uma de solidariedade e 17 de apoio (BRASIL, 2012).

O ato final da 14ª Conferência Nacional de Saúde foi a apresentação da “Carta da 14ª Conferência Nacional de Saúde à Sociedade Brasileira” que procurou sintetizar o debate desenvolvido no evento ao longo dos quatro dias de trabalho. Entre os aspectos tratados na Carta estão: a valorização do trabalhador, o investimento em educação permanente, a implantação e ampliação das Políticas de Promoção da Equidade, a aprovação da Emenda Constitucional 29, a adoção da carga horária de 30 horas semanais para enfermagem e para todas as categorias profissionais que compõem o SUS, além de outros destaques<sup>38</sup>.

Somente dois delegados do Município de Schroeder foram eleitos na 6ª Conferência Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina como delegados para a 14ª Conferência Nacional de Saúde. Um destes delegados representava o segmento dos usuários e outro o segmento gestor.

Como nenhum outro delegado dos municípios pesquisados neste trabalho foi eleito na VI Conferência Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina, foram escolhidos outros delegados que representavam municípios de Pequeno Porte I (com menos de vinte mil habitantes) do Estado de Santa Catarina, para serem entrevistados e dar prosseguimento a esta pesquisa. Para escolher os delegados a serem entrevistados nesta conferência tentou-se contemplar municípios de diferentes macrorregiões do Estado de Santa Catarina e de diferentes segmentos. Não sendo possível o acesso a plenária da conferência, a alternativa foi procurar os delegados para entrevista nos hotéis onde

---

<sup>38</sup> A Carta na íntegra está disponível no site do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012)

estavam hospedados. Infelizmente o delegado do segmento gestor do município de Schroeder não foi encontrado e, portanto não pode ser entrevistado.

Para as entrevistas foram selecionados oito delegados, quatro do segmento governamental (gestores, prestadores e trabalhadores) e quatro do segmento dos usuários. Como houve dificuldades em encontrar os delegados, especialmente os do segmento gestor e prestador de serviços durante a realização da conferência, as entrevistas foram realizadas com oito delegados conforme quadro abaixo.

**Tabela 6** - Delegados entrevistados na 14ª Conferência Nacional de Saúde por região e segmento de representação.

ENTREVISTADO	REGIÃO	POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO	SEGMENTO
A	Planalto Serrano	14.785 habitantes	Usuário
B	Vale do Itajaí	12.190 habitantes	Usuário
C	Extremo-oeste	7.765 habitantes	Usuário
D	Extremo-oeste	15.409 habitantes	Usuário
E	Nordeste*	15.316 habitantes	Usuário
F	Meio-oeste	7.220 habitantes	Usuário
G	Planalto Norte	10.448 habitantes	Trabalhador
H	Meio-oeste	2.005 habitantes	Trabalhador

\* Delegado do Município de Schroeder

Fonte: Elaborado pelo autor.

## 2.3 CONFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### 2.3.1 Conferências Municipais de Assistência Social

No dia 04 de agosto de 2011 o município de Corupá realizou a 4ª Conferência Municipal de Assistência Social. Segundo informações contidas na ata da conferência, esse evento foi organizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Habitação do município. Não havia critérios para as pessoas se inscreverem e participarem da conferência. Segundo o relato, a inscrição foi aberta a todos os cidadãos. Dessa conferência participaram 34 pessoas, representantes de gestores e trabalhadores de saúde. Nenhum

representante dos usuários participou da conferência. O tema central e subtemas (eixos temáticos) da VIII Conferência Nacional de Assistência Social foram os mesmos adotados na conferência municipal.

Na primeira parte da conferência, foi proferida uma palestra sobre os temas e eixo temáticos da conferência seguida de debate. A outra parte dos trabalhos foi realizada através de atividades em equipes e plenária final. Na 4ª Conferência Municipal de Assistência Social de Corupá foram aprovadas as propostas a serem enviadas para a conferência estadual.

Na eleição dos delegados para a VIII Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina<sup>39</sup> foram escolhidas apenas três delegadas titulares e três delegadas suplentes, representantes do segmento governamental. Segundo relato da comissão organizadora da conferência, não havia representantes dos usuários e de entidades de atendimento participando da conferência municipal.

O município de Massaranduba realizou no dia 12 de julho de 2011 a 2ª Conferência Municipal de Assistência Social<sup>40</sup>.

---

<sup>39</sup> De acordo com o Art. 3º da Portaria conjunta da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação e do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina. nº 78, de 10/05/2011: “As vagas de delegados para participação na VIII Conferência Estadual de Assistência Social seguem a distribuição percentual dos municípios, embasada no critério misto de porte dos municípios e proporção populacional 2010, acrescido de vagas para trabalhadores da área, mantido a paridade entre representação de entidades/organizações prestadoras de serviços e de defesa de direitos não governamentais, instituições governamentais e usuários/entidades de usuários não governamentais”. Municípios de pequeno porte 1 (até 20 mil habitantes): 6 delegados; municípios de pequeno porte 2 (de 20.001 até 50 mil habitantes): 8 delegados; municípios de médio porte (de 50.001 até 100.000 habitantes): 10 delegados; e, municípios de grande porte (de 100.001 até 900 mil habitantes): 12 delegados.

<sup>40</sup> A comissão organizadora desta conferência não enviou o relatório da mesma para o autor. O relato feito aqui tem como base a participação do autor no evento.

No período vespertino, os presentes organizaram-se em grupos para discutir sobre os eixos temáticos da VIII Conferência Nacional de Assistência Social e elaborar propostas que deveriam ser encaminhadas para as conferências estadual e nacional. Na sequência, as propostas discutidas nos grupos foram submetidas à plenária da conferência para votação.

Na eleição dos delegados para a VIII Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina foram escolhidos três representantes governamentais e três representantes não governamentais (um representante de entidades de atendimento, um representante dos trabalhadores da Assistência Social e um representante dos usuários).

A 4ª Conferência Municipal de Assistência Social do município de São João do Itaperiú aconteceu no dia 15 de julho de 2011. Segundo relato fornecido pela comissão organizadora deste evento, da conferência participaram 44 pessoas, representantes dos usuários, de gestores, trabalhadores de saúde, de entidades e organizações assistenciais.

O início da conferência se deu com a fala de algumas autoridades que faziam parte da mesa de abertura. Na sequência foi proferida uma palestra sobre o tema e eixos temáticos da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Após a palestra, um profissional da área no município, explicou aos presentes, os quais, em sua maioria, eram professores da rede municipal de ensino, o que é o CRAS (Centro de Referência e Assistência Social) instalado no município e como o mesmo funciona.

Em seguida, os presentes foram organizados em grupos para discutir sobre os eixos temáticos da VIII Conferência Nacional e para elaborar propostas que deveriam ser encaminhadas para as conferências estadual e nacional. Nos grupos foi explicado o sentido da conferência que era o de fazer com que os responsáveis pela política de saúde e de educação no município entendessem o que é o CRAS e como este funciona, que a conferência foi realizada deste modo porque os usuários, representantes não governamentais, trabalham na roça e não poderiam participar do evento. Por fim, foi afirmado que seria feita uma pós-conferência para que os conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social analisassem as propostas levantadas naquele evento e indicassem os delegados para a conferência estadual. Nas discussões do trabalho em grupos os participantes manifestaram sua dificuldade em contribuir com propostas, uma vez que não entendiam do assunto em discussão.

A coordenação da conferência municipal posteriormente comunicou que como delegados para a VIII Conferência Estadual de Assistência Social do Estado de Santa Catarina foram escolhidos dois representantes governamentais e um representante da sociedade civil (de entidades de atendimento)<sup>41</sup>. Todos os delegados eleitos eram mulheres.

O município de Schroeder realizou a 6ª Conferência Municipal de Assistência Social no dia 29 de junho de 2011. Segundo relato fornecido pela comissão organizadora da conferência municipal, o evento foi organizado segundo as orientações do Conselho Nacional de Assistência Social e do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina. A comissão organizadora da conferência foi composta pela equipe de Assistência Social do município e por membros do Conselho Municipal de Assistência Social. Da conferência municipal participaram 143 pessoas, sendo 65 representantes dos usuários, 13 representantes dos trabalhadores da área da Assistência Social, 11 representantes das entidades de Assistência Social e 54 representantes dos gestores da Assistência Social. Informa o relato da comissão organizadora que não foram definidos critérios para participação na conferência, todas as pessoas podiam se inscrever para participar do evento. No ato da inscrição a pessoa deveria informar a que segmento representava: usuário, trabalhadores, entidades governamentais ou gestores.

Na 6ª Conferência Municipal de Assistência Social de Schroeder foram aprovadas as propostas a serem enviadas para a conferência estadual.

Para eleição dos delegados do município de Schroeder para a VIII Conferência Estadual de Assistência Social do Estado de Santa Catarina os presentes se organizaram por segmento e escolheram seus representantes. Foram eleitos três representantes governamentais titulares e três representantes governamentais suplentes, três representantes não governamentais titulares e três representantes não governamentais suplentes, sendo que destes últimos, três titulares e dois suplentes representam entidades de atendimento e um suplente representa os usuários. Neste município foram eleitos 4 delegados (dois titulares e dois suplentes) e 8 delegadas (quatro titulares e quatro suplentes).

Conforme mostra a tabela abaixo, o município de Corupá não elegeu representantes da sociedade civil para a conferência estadual,

---

<sup>41</sup> A comissão organizadora não informou a maneira como foram escolhidos os delegados para a conferência estadual.

enquanto que o município de Schroeder elegeu 5 representantes das entidades de atendimento, nenhum representante dos trabalhadores e apenas um representante dos usuários<sup>42</sup>. Nessas conferências também o número de delegadas (81%) é significativamente maior que o de delegados (19%).

**Tabela 7** - Delegados eleitos nos municípios para a VIII Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina

MUNICÍPIO	GOVERNAMENTAIS		SOCIEDADE CIVIL						HOME NS		MULHER ES	
			EA		TB		US					
	T	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	S
Corupá	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Massaranduba	3	0	1	0	1	0	1	0	NI	NI	NI	NI
São João do Itaperiú	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0
Schroeder	3	3	3	2	0	0	0	1	2	2	4	4
TOTAL	11	6	5	2	1	0	1	1	2	2	10	7

EA – entidades de atendimento

TB – trabalhadores

US – usuários

T – titular

S – suplente

NI – não informado

Fonte: Elaborado pelo autor.

Considerando as conferências que aconteceram nos municípios e as características dos respectivos processos de representação, este trabalho pretende responder à seguinte pergunta: como esta representação ocorreu na esfera estadual e nacional? A representação mantém a capacidade de inclusão ou os sujeitos e as necessidades vão se perdendo?

### 2.3.2 VIII Conferência Estadual de Assistência Social do Estado de Santa Catarina

<sup>42</sup> No site da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação do Estado de Santa Catarina (<http://www.sst.sc.gov.br/modules/tiny2/index.php?id=108>) é apresentado o quadro de delegados vindos dos municípios para a VIII Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina.

Entre os dias 13 e 15 de outubro de 2011, em Florianópolis – SC aconteceu a VIII Conferência Estadual de Assistência Social do Estado de Santa Catarina com o tema: “Consolidar o SUAS e Valorizar seus Trabalhadores”. Esta conferência teve como objetivo “avaliar e propor diretrizes para o aprimoramento da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na perspectiva da valorização dos trabalhadores e da qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios.” (BRASIL, 2011c).

A comissão organizadora desta conferência forneceu dados referentes à realização das Conferências Municipais de Assistência Social no Estado de Santa Catarina<sup>43</sup>.

**Tabela 8** - Quantificação dos participantes nas Conferências Municipais de Assistência Social no Estado de Santa Catarina.

MUNICÍPIOS		Nº DE PARTICIPANTES				
CO NF. REA L.	DADOS ENVIAD OS	USU ÁRI OS	TRABALHAD ORES	ENTIDA DES	REPRESEN TAÇÃO GOVERNO	TOTA L
289	258	9.617	3.472	3.369	5.887	22.345
<b>Obs:</b> Foram realizadas conferências em 289 municípios (98,63%), mas os dados correspondem a 258 municípios à medida que: 04 municípios não realizaram conferência, 04 municípios não enviaram relatório e 27 municípios não informaram os dados de participantes em seus relatórios.						

Fonte: SEASTH (2011).

Dos 293 municípios do Estado de Santa Catarina, 197 estiveram presentes (67,2%) na VIII Conferência Estadual de Assistência Social do Estado de Santa Catarina, sendo 143 de Pequeno Porte I, 28 de Pequeno Porte II, 14 de Médio Porte e 12 de Grande Porte. Portanto, dos 289 municípios que realizaram conferência municipal, 92 não enviaram representantes para a conferência estadual, dentre eles está o município de Massaranduba, um dos municípios escolhidos para este trabalho.

<sup>43</sup> As informações sobre os dados da conferência estão condensadas em Relatório Final enviado ao autor por *email*. Outras observações contidas no texto são fruto da observação feita pelo autor a partir da participação no evento.

As pessoas que participaram da conferência foram credenciadas na condição de delegado eleito nas conferências municipais, delegado nato ou convidado (observadores, ouvintes e comissão organizadora). A conferência contou com a presença de 807 delegados, dos quais 788 representando municípios e 19 representando o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/SC),

**Tabela 9** - Quantificação dos delegados que participaram da VIII Conferência Estadual de Assistência Social no Estado de Santa Catarina.

<b>DELEGADOS</b>			
<b>USUÁRIOS</b>	<b>ENTIDADES</b>	<b>TRABALHADORES DE ENTIDADES</b>	<b>REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS</b>
			<b>Gestores e Trabalhadores da Área</b>
<b>129</b>	<b>160</b>	<b>91</b>	<b>427</b>
<b>TOTAL: 807</b>			

Fonte: SEASTH (2011).

Ainda marcaram presença na conferência 25 observadores, 23 autoridades e 33 colaboradores da comissão organizadora, totalizando a participação de 888 pessoas.

**Tabela 10** - Quantificação dos convidados que participaram da VIII Conferência Estadual de Assistência Social no Estado de Santa Catarina.

<b>OUTROS</b>		
<b>OBSERVADORES</b>	<b>AUTORIDADES</b>	<b>COMISSÃO ORGANIZADORA E COLABORADORES</b>
<b>25</b>	<b>23</b>	<b>33</b>
<b>TOTAL: 81</b>		
<b>TOTAL GERAL DE PARTICIPANTES: 888 pessoas</b>		

Fonte: SEASTH (2011).

A VIII Conferência Estadual de Assistência Social do Estado de Santa Catarina teve uma solenidade de abertura onde as autoridades que estavam compondo a mesa fizeram uso da palavra. Em quase todas as falas o tema do orçamento para a Assistência Social foi destacado, foi defendida a determinação por lei de percentual fixo para esta área. A última pessoa a falar foi a presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado de Santa Catarina e coordenadora da conferência. Ela ressaltou os principais pontos a serem discutidos na

conferência e os desafios para a realização da mesma. Na sequência aconteceu uma conferência magna com o tema da VIII Conferência Nacional de Assistência Social que foi o mesmo tema da conferência estadual, seguido de palestra sobre a Consolidação do SUAS em Santa Catarina. Em seguida foi feita a leitura e submetido à aprovação o Regimento Interno da Conferência. Este foi um momento polêmico onde os delegados dos municípios de pequeno porte reivindicaram e conseguiram aprovar que a eleição de delegados para a conferência nacional se realizasse em fórum próprio de segmento de representação, considerando as macrorregiões do Estado e divisão das vagas por porte de município. Também foi bastante polêmico nesta plenária o controle de frequência dos delegados aos trabalhos da conferência como condição para se candidatar a delegado para a conferência nacional. Vale ainda ressaltar que nesta plenária apareceram outras formas de representação para participar da conferência nacional que não foram contempladas no regimento interno como representação por gênero, etnia, orientação sexual, entre outros.

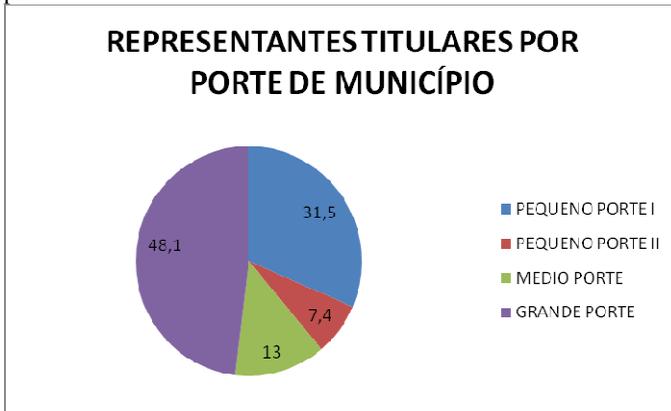
No segundo dia da conferência aconteceram painéis temáticos a partir dos subtemas da conferência onde palestrantes expuseram algumas ideias e em seguida foi aberto para debate com a plenária. O momento seguinte da conferência foi a realização de oficinas temáticas onde os participantes, divididos em 12 grupos, puderam discutir as propostas provenientes das conferências municipais. Conforme encaminhamento feito pela coordenação dos trabalhos<sup>44</sup>, cada grupo deveria priorizar três propostas a partir das suas discussões. Também nos grupos de trabalho, moções poderiam ser discutidas e aprovadas. As deliberações dos grupos de trabalho foram sistematizadas e juntamente com as moções foram submetidas à aprovação da plenária no último dia da conferência.

O último momento da VIII Conferência Estadual de Assistência Social do Estado de Santa Catarina foi a eleição dos delegados do Estado para a VIII Conferência Nacional de Assistência Social. A eleição destes delegados se procedeu conforme aprovado no regimento interno. Foram eleitos 54 delegados titulares e 23 suplentes. Dos delegados titulares eleitos 17 eram de municípios de Pequeno Porte I, ou seja, com menos de 20 mil habitantes, portanto 31,5%.

---

<sup>44</sup> A comissão organizadora deste evento foi estabelecida através da Portaria conjunta da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação e Conselho Estadual de Assistência Social do Estado de Santa Catarina nº 76, de 10/05/2011. Desta comissão participaram representantes dos dois órgãos.

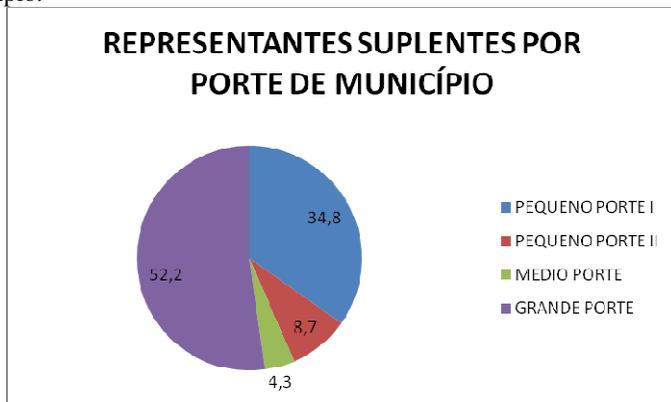
**Gráfico 3** - Delegados titulares eleitos para representar o Estado de Santa Catarina na VIII Conferência Nacional de Assistência Social por porte de município.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Dos delegados suplentes eleitos 8 eram de municípios de Pequeno Porte I, equivalendo a 34,8% dos eleitos. Por fim, cabe ressaltar que dos delegados eleitos representantes do Conselho Estadual de Assistência Social nenhum deles vive em município com menos de 20 mil habitantes.

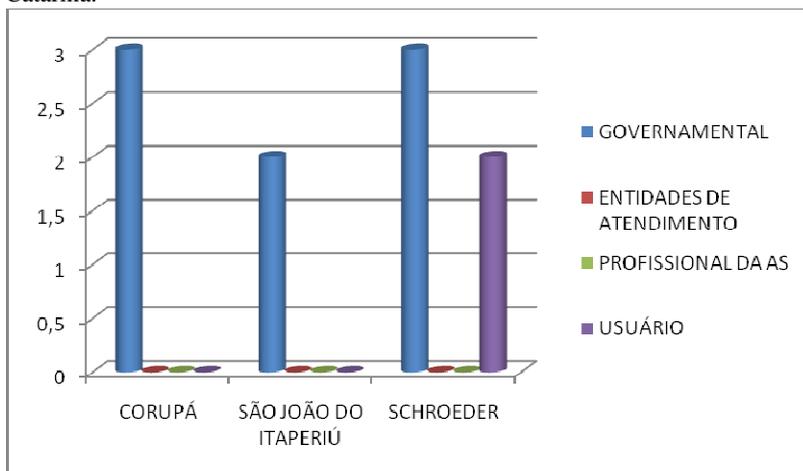
**Gráfico 4** - Delegados suplentes eleitos para representar o Estado de Santa Catarina na VIII Conferência Nacional de Assistência Social por porte de município.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Com relação aos delegados dos municípios pesquisados na VIII Conferência Estadual de Assistência Social do Estado de Santa Catarina, o município de Corupá participou com três delegados do segmento governamental. O município de Massaranduba que poderia participar da conferência estadual com seis delegados, não enviou ninguém. Já o município de São João do Itaperiú enviou dois delegados do segmento governamental. Por fim, o município de Schroeder foi o que teve maior número de delegados, foram três delegados do segmento governamental e dois do segmento não governamental<sup>45</sup>.

**Gráfico 5** - Segmentos dos conselheiros dos municípios pesquisados presentes na VIII Conferência Estadual de Assistência Social do Estado de Santa Catarina.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foi realizada entrevista e aplicado questionário com estes dez delegados no primeiro e no último dia da conferência.

<sup>45</sup> Aqui se observa que dos 18 delegados destes municípios eleitos para participarem da VIII Conferência Estadual de Assistência Social do Estado de Santa Catarina, apenas 10 compareceram. A Tabela 7 da página 48 apresenta a distribuição deste quantitativo por município, segmento e gênero.

### 2.3.3 VIII Conferência Nacional de Assistência Social

A VIII Conferência Nacional de Assistência Social aconteceu entre os dias 7 e 10 de dezembro de 2011 em Brasília – DF. Esta conferência teve como tema: “Consolidar o SUAS e Valorizar seus Trabalhadores” e como objetivo “avaliar e propor diretrizes para o aprimoramento da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na perspectiva da valorização dos trabalhadores e da qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios.” Os subtemas da conferência foram: estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS; reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais; fortalecimento da participação e do controle social; a centralidade SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil. (BRASIL, 2011c).

**Figura 5** - Logomarca da VIII Conferência Nacional de Assistência Social.



Fonte: BRASIL (2011e).

De acordo com o Informe CNAS 05/2011, de 31 de outubro de 2011, foi estimada a participação de 2050 (duas mil e cinquenta) pessoas na VIII Conferência Nacional de Assistência Social.<sup>46</sup>

<sup>46</sup> Esta composição foi do seguinte modo concebida: Delegados (1.420 delegados): 1.142 (âmbito municipal), 142 (âmbito estadual), 12 (âmbito

A discussão e aprovação do Regimento Interno foi a primeira atividade da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, a qual foi seguida de uma mesa de debate sobre o Balanço Crítico do processo das conferências realizadas em 2011, da Gestão e do Controle Social. A atividade final do primeiro dia da conferência foi a solenidade de abertura da conferência presidida pela Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a qual proferiu uma conferência magna com o tema: Consolidar o SUAS e Valorizar seus Trabalhadores: desafio para a superação da extrema pobreza no Brasil.

Na parte da manhã dos dois dias seguintes, aconteceram painéis temáticos. No primeiro dia o tema foi: Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS e o Controle Social; e no segundo dia o tema foi: Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais e o Controle Social. Nos painéis alguns palestrantes fizeram explanações sobre o assunto e em seguida foi aberto debate com a participação dos membros da plenária. Ainda nestes dois dias, na parte da tarde, aconteceram os grupos de trabalho que discutiram as propostas aprovadas e integrantes dos relatórios das Conferências Estaduais de Assistência Social e do Distrito Federal. As propostas encaminhadas totalizaram 584 proposições que foram reorganizadas pela similitude e aproximação entre conteúdo e subtema, alcançando um número de 63 propostas-base.<sup>47</sup> Conforme o regimento interno os participantes da conferência se dividiram em vinte e quatro grupos onde discutiram as propostas de todos os subtemas e puderam aprovar integralmente, aprovar com alteração de redação, rejeitar e apresentar até três novas propostas por subtema. Foram encaminhadas à plenária final as propostas que obtiveram aprovação de no mínimo cinquenta por cento mais um dos grupos, ou seja, no mínimo treze grupos de trabalho. As novas propostas para serem submetidas a plenária final, deveriam ter aprovação de no mínimo vinte por cento dos grupos de trabalho, ou seja, cinco grupos.

No último dia da conferência foi realizada a plenária final. Os participantes receberam um relatório consolidado de propostas

---

distrital), 88 (âmbito nacional), 36 natos (Conselheiros do CNAS). Observadores (200 vagas); Convidados Institucionais indicados pelo CNAS (280 vagas); Conferencistas, expositores, relatoria e apoio técnico operacional (150 pessoas). Fonte: <http://www.mds.gov.br/cnas/viii-conferencia-nacional/informes-e-boletins>, acesso em 06/11/2011.

<sup>47</sup> Fonte: Caderno de Deliberações da VIII Conferência Nacional de Assistência Social que foi distribuído aos participantes da conferência (BRASIL, 2011a).

aprovadas nos grupos de trabalho. Foram lidas todas as propostas do relatório e na plenária foram discutidas somente as propostas que receberam destaque por parte dos delegados. As moções que foram encaminhadas para a relatoria deveriam ter assinatura de, no mínimo, dez por cento dos delegados. Com não houve tempo hábil, as moções não foram submetidas à apreciação e votação da Plenária Final, a qual decidiu aprovar todas as moções apresentadas a comissão de relatoria, considerando que continham as assinaturas necessárias para aprovação.

Considerando os delegados dos municípios pesquisados na VIII Conferência Nacional de Assistência Social, somente uma delegada do Município de Schroeder foi eleita na VIII Conferência Estadual de Assistência Social do Estado de Santa Catarina como delegada para a VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Esta delegada representava os trabalhadores municipais do SUAS no segmento governamental.

Sendo que nenhum outro delegado dos municípios pesquisados neste trabalho foi eleito na VIII Conferência Estadual de Assistência Social do Estado de Santa Catarina, foram escolhidos outros delegados que representavam municípios de Pequeno Porte I (com menos de vinte mil habitantes) do Estado de Santa Catarina, para serem entrevistados e dar prosseguimento a esta pesquisa. Para escolher os delegados a serem entrevistados nesta conferência tentou-se contemplar municípios de diferentes macrorregiões do Estado de Santa Catarina e de diferentes segmentos. Foram selecionados oito delegados, quatro do segmento governamental (gestores municipais e trabalhadores municipais do SUAS) e quatro do segmento não governamental (entidades de assistência social, trabalhadores de entidades e usuários).

**Tabela 11** - Delegados entrevistados na VIII Conferência Nacional de Assistência Social por região e segmento de representação.

ENTREVISTA DO	REGIÃO	POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO	SEGMENTO
A	Sul	14.367 habitantes	Gestor Municipal
B	Planalto Serrano	2.753 habitantes	Trabalhador Municipal do SUAS
C	Nordeste*	15.316 habitantes	Trabalhador Municipal do SUAS
D	Vale do Itajaí	6.553 habitantes	Entidade de Assistência Social

E	Meio Oeste	16.936 habitantes	Trabalhador de Entidade
F	Planalto Serrano	2.753 habitantes	Usuário
G	Sul	9.586 habitantes	Usuário
H	Extremo Oeste	4.275 habitantes	Gestor Municipal

\* Delegada do Município de Schroeder

Fonte: Elaborado pelo autor.



### CAPÍTULO 3 - ENTREVISTAS NAS CONFERÊNCIAS

Para a aplicação do questionário e realização das entrevistas, os delegados dos municípios objeto desta pesquisa foram abordados durante a realização das conferências estaduais e nacionais. Nas conferências estaduais foram entrevistados vinte e sete delegados. Estes delegados foram entrevistados no início da conferência (primeiro dia) e no final da conferência (último dia). A entrevista realizada no início da conferência teve como objetivo indagar o delegado sobre sua participação na Conferência Municipal em que foi eleito, o processo de sua eleição, sua representação, o retorno que deu a sua entidade sobre o que aconteceu na Conferência Municipal, como foi sua preparação para a Conferência Estadual, seu conhecimento das propostas aprovadas na Conferência Municipal e como vê sua representação na etapa estadual.

Já a entrevista realizada no final da conferência quis indagar os delegados sobre sua atuação na Conferência Estadual ao acompanhar e representar as propostas vindas do seu município, avaliar a participação dos delegados dos municípios pequenos, qual compromisso terá em repassar o que foi visto na conferência e a sua preparação para a Conferência Nacional.

A maioria das abordagens feitas aos delegados foi através de entrevistas gravadas, com exceção de alguns delegados que preferiram escrever suas respostas.

Para a aplicação do questionário e realização das entrevistas nas conferências nacionais, onde foram entrevistados dezesseis delegados, os mesmos foram abordados conforme a possibilidade de encontrá-los durante a realização das conferências, nos intervalos dos trabalhos ou nos hotéis onde estavam hospedados. Foi aplicada uma única entrevista para cada delegado.

Como não foi possível conseguir credenciamento para participar da 14ª Conferência Nacional de Saúde a mesma foi acompanhada via internet e os delegados foram entrevistados nos hotéis onde estavam hospedados. A maioria deles respondeu a entrevista de forma escrita considerando que quando os mesmos chegavam ao hotel já estavam cansados após um dia de trabalho, ou tinham reuniões da delegação estadual, preferindo esta modalidade de resposta.

Já na VIII Conferência Nacional de Assistência Social foi possível conseguir credenciamento para participar da mesma de modo que os delegados foram, na sua maioria, encontrados na plenária. O contato com os delegados foi feito através de *email* enviado previamente

comunicando o objetivo da entrevista e de contato telefônico no local do evento. Alguns destes delegados se dispuseram a entrevista gravada a qual foi realizada no *hall* do hotel em que estavam hospedados. Outros responderam por escrito à entrevista.

O conjunto das respostas obtidas aponta para alguns indicadores importantes ao se considerar a representação política nos espaços das Conferências de Políticas Públicas.

Segundo o manual orientador da VIII Conferência Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2011c), poderiam participar das conferências municipais todos os cidadãos. O Conselho Gestor tem autonomia para definir o número de representantes bem como a forma de escolha dos delegados, convidados e observadores na Conferência Municipal. No artigo terceiro do Regimento Interno da 14ª Conferência Nacional de Saúde está previsto que esta conferência se realize em três etapas: municipal, estadual/Distrito Federal e nacional. Portanto a conferência municipal é tida como uma oportunidade na qual a população pode identificar as necessidades e as demandas de seus municípios e, a partir daí, propor os projetos e ações mais adequados para atendê-las. Tanto a Conferência Nacional de Saúde como a de Assistência Social preveem que a etapa nacional seja resultado das etapas realizadas nos Estados e no Distrito Federal, precedidas pelas respectivas etapas municipais.

Num primeiro momento foi perguntado aos entrevistados o que os levou a participar da Conferência Municipal. Estes informaram que sua participação nas Conferências Municipais se deu com o objetivo de conhecer o funcionamento do SUS/SUAS (três respostas) e para adquirir novos conhecimentos, aprender mais e ajudar na divulgação do que aprendeu (três respostas). Dois entrevistados disseram que participaram da conferência municipal porque eram membros da comissão central organizadora e outros dois porque são funcionários da secretaria relacionada à conferência, sendo que todos os profissionais do serviço participaram da mesma. Nenhum destes, no entanto, deixou claro se sua participação na conferência foi por iniciativa pessoal ou do grupo ou imposição de sua chefia.

Outros entrevistados disseram que gostam de participar; querem entender melhor a política de saúde; discutir políticas públicas de saúde; acrescentar algo para melhorar; conhecer melhor o que fazer; para participar e opinar para melhorias na saúde pública; tem interesse no bem estar da comunidade; para ajudar em alguma coisa.

Três respostas relacionaram a participação na conferência municipal à condição de serem conselheiros municipais. Um profissional da Saúde afirmou: “sou membro ativo do Conselho Municipal de Saúde”; outra delegada disse ser técnica da Assistência Social e conselheira do Conselho Municipal de Assistência Social e um terceiro delegado, do segmento dos usuários, informou ser presidente do Conselho Municipal de Assistência Social e ter presidido a conferência em seu município. Vinculado a este tipo de resposta, em que a delegação está relacionada à função, apareceu também um delegado que afirmou participar da conferência municipal por ser secretário municipal de saúde.

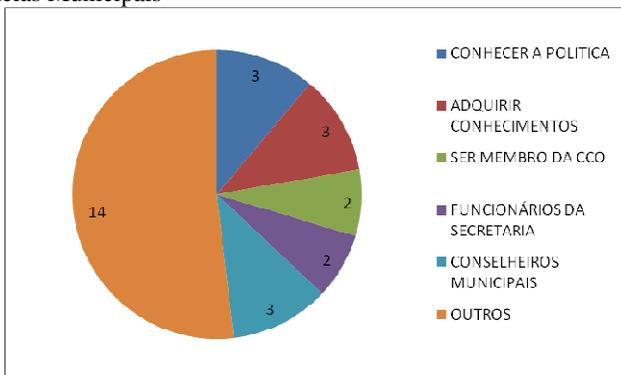
Cabe ressaltar ainda três respostas dadas com sentido diferenciado: “para ver como está sendo realizado o trabalho dos assistentes sociais no município”; “para levar algo mais para a Associação de Moradores que participo”; “porque sou acadêmica de Serviço Social”.

Por fim seguem transcritas duas respostas dadas com mais profundidade.

Tendo em vista as dificuldades da área de saúde, vim para que, de alguma forma eu possa melhorar propondo ideias e também levando para um melhor atendimento nosso e de todos os usuários.

Primeiramente porque trabalho na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município e trabalho diretamente com a assistência social mesmo. Tenho interesse para organizar os serviços e levar a política de assistência social para ser cumprida, sendo feita, sendo levada para a sociedade e comunidade em geral. Para a política de assistência social estar sendo concretizada no município.

**Gráfico 6** – O que levou os delegados entrevistados a participar das Conferências Municipais



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto a participação nas conferências anteriores, foi feita a mesma pergunta para os delegados entrevistados nas Conferências Estaduais e Nacionais. A maioria dos delegados informou que sua participação na Conferência Municipal foi discutindo, interagindo, tomando decisões, aprovando propostas para a Conferência Estadual, debatendo e elaborando propostas para melhorias à saúde dos usuários, profissionais e região. Seis deles participaram da Conferência Municipal fazendo parte da Comissão Central Organizadora da mesma.

Minha participação na Conferência Municipal foi de levar para os próprios gestores a necessidade de fazer uma conferência. Houve entraves, pois eles queriam fazer a conferência em meio período, não atendendo a recomendação feita pela Comissão Organizadora da Conferência Estadual de que a conferência fosse feita o dia todo. A minha parte foi mais de mobilização para a realização da conferência, levar para o Conselho que é uma necessidade e que o município tem que realizar este evento de dois em dois anos. Particpei na organização e coordenando as oficinas.

Já os delegados que participaram das Conferências Nacionais, ao indagarem sobre sua participação nas Conferências Estaduais, apenas seis mencionaram que a sua eleição na Conferência Municipal os levou

a participar da Conferência Estadual. Os demais responderam a esta questão ressaltando especificamente os motivos que os levaram a participar e atuar na Conferência Estadual.

O que me leva as conferências é sempre a vontade de aprender mais, obter conhecimento Ver o que está acontecendo de novo nas conferências para comunicar a minha sociedade e ao meu grupo. Faço parte de uma associação de moradores.

Tenho muito interesse pelas causas sociais do município, do Estado e do País. Queria estar por dentro, até por trabalhar no Conselho Tutelar. Trabalhamos juntos com a secretaria de Assistência Social. Procurando uma melhoria para o município.

Devido aos acontecimentos no Estado, sendo que a Assistência Social não está suprimindo as necessidades da população.

Aprimoramento das discussões, das temáticas do cotidiano profissional do assistente social, com o intuito de melhorar os serviços e a prestação dos mesmos no município.

Interesse em buscar conhecimento e reforçar as deliberações dos municípios e do Estado na Conferência Nacional.

Representar meu município como delegada governamental.

Ganhar experiência, trocar informações com outros delegados de meu Estado e os demais.

Representar as propostas do município, bem como enfatizar e esclarecer as reivindicações dos municípios de pequeno porte, os quais muitas vezes não apresentam a população exigida para implantação de algumas ações.

Para defender e ampliar direitos da sociedade na saúde pública e defender o SUS público.

Por ser Conselheiro de Saúde, para ter mais conhecimento, o que acontece no município.

Por que sempre tive presente à defesa do SUS. O Movimento de Mulheres Camponesas tem muito presente à luta pela saúde. Acesso a todos com igualdade. Sempre me interessei pela saúde.

Como cidadã tenho direito de participar na discussão e proposição das políticas públicas a serem implementadas. As conferências são espaço onde a gente luta pela melhoria e implementação da política do SUS.

Mais de 15 anos de militância em saúde.

Os conteúdos destas respostas revelam o nível de entendimento político dos delegados que participaram das Conferências Estaduais e Nacionais, mostrando que de modo geral entendem sua função em um evento deste porte.

Os delegados entrevistados ainda afirmaram que sua participação na Conferência Estadual foi boa, que procuraram participar de todos os momentos da Conferência e que aprenderam muito, sem, no entanto descrever como se deu esta participação. Duas delegadas, porém responderam de uma forma mais detalhada, tentando mostrar como foi sua participação, considerando sua atuação em movimentos sociais no seu município.

Particpei discutindo e debatendo as propostas que garantam acesso e saúde de qualidade para as populações do campo. Na defesa do SUS público, alimentação saudável, contra os transgênicos e agrotóxicos, importância da promoção da saúde.

A participação das mulheres do campo foi boa. Conseguimos levar as propostas que achamos importantes, como: agrotóxicos, transgênicos. Lutamos pela agroecologia, pela produção de alimentos saudáveis. Somos o que comemos. Conseguimos passar estes pontos na Conferência Estadual. Foi bom.

Normalmente os participantes das conferências de políticas públicas são membros ou do conselho gestor da área da conferência ou participam de movimentos sociais ou outra associação com sede no seu município de origem. No entanto, como todos os cidadãos do município são convidados para a conferência municipal, foi perguntado aos delegados entrevistados que entidade representou na Conferência Municipal.

**Gráfico 7** - Entidades que os delegados entrevistados representaram nas Conferências Municipais



Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro acima mostra que dos delegados entrevistados, a maioria participa de alguma entidade (84,6%), mais da metade dos delegados são do segmento governamental pois representam a gestão municipal da política da conferência (54%). Apenas dois delegados do segmento não governamental informaram que participam do Conselho Gestor da Política da Conferência. Três delegados informaram ser usuários da política, não informando vínculo com alguma entidade e um afirmou que não participa de nenhuma entidade. Um dado que chama

atenção é que 54% destes delegados entrevistados atuam no poder executivo em alguma secretaria e a representaram nas conferências.

Ao perguntar sobre o processo de eleição na Conferência Municipal para participar como delegado da Conferência Estadual e, portanto, como representante do seu município, nas respostas apareceu que houve um processo eleitoral, ou seja, a maioria dos delegados recebeu votação para poder representar o município. Outros delegados também informaram que receberam aprovação da plenária da Conferência Municipal ao se indicar para a função de delegado, sem, no entanto informar se houve processo eleitoral<sup>48</sup>. Alguns afirmaram que foram escolhidos em função de terem respondido a uma pergunta sobre quem se dispunha participar da Conferência Estadual. Algumas respostas individuais foram respondidas da seguinte maneira: “o processo de minha eleição foi bem tranquilo”; “sobrou vaga”; “como gestor e secretário foi automática”; “por ser líder comunitário e demonstrar empenho”; “fui escolhido por ter participado de outras reuniões da comunidade”; “por indicação do segmento – prestador de serviços”.

O processo de eleição dos delegados de Santa Catarina para as Conferências Nacionais se deu com base na representação por macrorregiões do Estado, conforme previsto nos Regimentos Internos das próprias conferências, de maneira que as diferentes regiões estivessem representadas. Os delegados entrevistados nas Conferências Nacionais também foram indagados sobre o processo de sua eleição para participar destes eventos nacionais.

Na maioria das respostas apresentadas, os delegados relataram o processo de eleição realizado nas Conferências Estaduais. Informaram que o grupo foi dividido por segmentos para elegerem seus representantes. Segundo estes delegados, nos grupos por segmento o processo foi tumultuado devido a diferentes interesses. Ressaltaram a conquista de que as vagas fossem distribuídas por região, por porte de município e, em uma das conferências, por cem por cento de presença na Conferência, conforme processo garantido na votação do regimento interno.

Outros delegados informaram que o processo de sua eleição se deu através da articulação dos candidatos por região, através de votação, um processo tranquilo e justo, imperando o consenso entre os

---

<sup>48</sup> Considera-se aqui processo eleitoral o procedimento em que os participantes da conferência votam em um candidato e há uma apuração (contagem) destes votos.

participantes. Uma delegada destacou a necessidade colocada entre seus pares de argumentar o interesse em participar da conferência nacional e o grupo em que estava acabou acatando sua argumentação.

Destaque a um depoimento de uma delegada na Conferência Nacional de Assistência Social que apresentou crítica ao processo eleitoral.

No processo de eleição tenho ressalvas. Fui escolhida como delegada por insistência. Representantes dos municípios de pequeno porte tiveram representação (vagas mínimas) na Conferência Estadual, e são prejudicados, pois são representados por pessoas que não se enquadram, mas colocam seu nome a dispor. Não temos uma política bem clara na escolha de delegados, por porte.

Questionados sobre como veem sua representação nas Conferências, observou-se que as respostas foram bastante diversificadas sendo que poucas foram repetidas e, portanto estão todas agrupadas e transcritas a seguir:

Positiva, porque dá força no grupo; vou fazer valer os meus direitos e deveres e os dos outros também; ajudando a votar, opinando, debatendo, ouvindo, reivindicando, votando, acrescentando redação e aprovando propostas e moções, e interagindo com pessoas de todo o Estado; represento os interesses de todos os usuários do sistema; para defender e reforçar o incremento dos profissionais na gestão do sistema; tem muito a aprender, pois o assunto é muito amplo; muito proveitosa, quer que as propostas saiam do papel; representação ativa; sente um pouco de medo, acanhada; junto com municípios médios e grandes buscar os mesmos objetivos; aprovar e melhorar diretrizes; trocar e buscar informações com outros municípios e usuários; como membro integrante de uma democracia; sem se destacar nem perder para ninguém; conhecendo como são feitas as escolhas de propostas e participando das escolhas; como uma oportunidade; lutando pelo que é certo; participando das oficinas de trabalho; saber como

funciona em âmbito estadual; sente dificuldade, pois vê que a representação de municípios maiores é mais numerosa; para ajudar quando houver dúvidas; no intuito de levar mais experiência para o município.

Para os delegados entrevistados nas conferências nacionais foi questionado como pretendiam representar os municípios de pequeno porte na Conferência Nacional. Os delegados manifestaram tanto sua intenção de representação ao participar da Conferência Nacional como atuando em seu município. Os delegados falaram que sua representação se dá ao fazer valer o princípio da equidade; buscando mais igualdade no município; melhores formas de atendimento à saúde, melhores políticas de prevenção e melhor atendimento a pessoas que adoecem; quando se defende as propostas em defesa do SUS; quando sua representação incentiva e valoriza os profissionais destes pequenos municípios. Por isso um delegado afirmou ser importante conhecer os municípios deste porte.

Os delegados ainda afirmaram que sua representação se dará expondo aos demais delegados a realidade destes municípios e solicitar que apoiem as melhorias para a saúde da população; que fará contato com outros delegados da mesma realidade e ser mais preparado para o dia a dia. Vai lutar para que os recursos para saúde sejam das três esferas de governo.

Alguns delegados expressaram como pretendia ser sua atuação: votando, discutindo o que é do interesse dos municípios de pequeno porte; se aproximando do pessoal com esta realidade (de municípios pequenos); argumentando nos pequenos grupos; enfim, “defendendo as propostas que garantam a política de Assistência Social como direito, através do poder que me confere, tendo direito a voz e voto”, conforme a fala de um dos entrevistados.

A mesma pergunta, relativa a maneira como os delegados entrevistados vêem sua representação na Conferência Nacional, recebeu as seguintes respostas: apenas um delegado disse que sua representação foi um pouco frustrante, sem, no entanto informar o porquê deste sentimento. A maioria, porém expressou a satisfação da oportunidade em participar de um evento neste nível dizendo que foi positiva, que participou com felicidade, que a Conferência Nacional é de grande importância, um privilégio e um momento de responsabilidade. Afirmaram que sua representação acontece através de participação ativa, pontualidade, votando, dando opinião, participando dos trabalhos nos

grupos, defendendo o público. Cabe ressaltar que quatro delegados ressaltaram a importância do voto como forma de representação.

Outros afirmaram que sua representação se deu interagindo com as reivindicações dos outros delegados, fazendo valer a luta de trazer melhorias para o Estado e municípios, um momento importante onde os trabalhadores tem ciência do seu papel na participação e no Controle Social, uma oportunidade de ver outras realidades do país e conhecer a trajetória da Assistência Social no Brasil, enfim, uma “grande tarefa e responsabilidade para representar as pessoas do campo e a saúde da mulher”, conforme depoimento de uma das delegadas.

A partir de dados fornecidos pela comissão organizadora das Conferências Estaduais, constatou-se que apenas um terço dos delegados de Santa Catarina nas Conferências Nacionais é de municípios pequenos. Os delegados entrevistados foram questionados como avaliam esta representação, considerando que, em média, setenta e nove por cento dos municípios de Santa Catarina são de pequeno porte, ou seja, mais de dois terços dos municípios.

Para um delegado entrevistado, a metodologia de participação não garante que todos tenham representação, portanto é necessário que se busque uma nova forma de processo participativo nas conferências. Outro delegado afirmou que é preciso uma articulação maior, pois os municípios de pequeno porte têm direito a uma saúde de qualidade de forma integral. Para outros delegados, estes números mostram que algumas políticas beneficiam apenas os grandes, que os pequenos sempre são prejudicados, ficando a média e alta complexidade nos centros maiores. Eles seguem afirmando que isto é injusto, que a representatividade dos municípios de pequeno porte é pequena, o que deve ser revisto para as próximas conferências. Um delegado chegou a afirmar que “todo o conhecimento fica em poder dos municípios maiores que tem maior representatividade”.

Na fala de um delegado, um resumo do que foi expresso pelos demais: “Não é um fator positivo, pois assim os grandes vão sempre se sobressair nas propostas e os pequenos vão viver à custa e segundo a vontade dos municípios de grande porte, uma espécie de favor. Politicamente falando é negativo e contraditório”.

Um delegado apresentou resposta diferente dos demais delegados como uma forma de justificar que estes números são coerentes ao considerar a proporcionalidade numérica da população.

Avaliamos que na Conferência Estadual foram eleitos delegados de pequeno porte, médio e

grande porte, apesar de em números a nossa participação ser inferior, penso que em questões sociais e demandas também somos inferiores aos municípios maiores. Considerando esta realidade, acredito que foi justa a escolha dos delegados no Estado, pois um município de 4.500 habitantes tem que perceber a diferença de trabalho que acontece em um município com mais de 200 mil habitantes, por exemplo. Os serviços e a complexidade das situações são maiores e diferenciadas.

Em outra questão, os delegados entrevistados foram questionados sobre sua avaliação a respeito da atuação dos delegados nas Conferências Estaduais e Nacionais que participaram enquanto representantes de seu Estado, município e dos seus respectivos segmentos.

A maioria dos delegados nesta resposta apresentou sua admiração pelo empenho dos delegados na representação, seja do seu município, seja do segmento que representa. Segue abaixo a transcrição de algumas respostas.

Muito boa, pois lutamos pelo nosso município.

É a primeira vez que venho em uma conferência estadual. Sentí que as pessoas vêm mesmo para representar o seu município querendo sair daqui com alguma coisa de bom para seu município.

Quem está no meio e sabe o que quer, vem aqui para argumentar e reivindicar o que o município precisa. Quem vem para cá com garra, vem a fim de ir à luta e ir atrás do direito de todos. Não só do governamental, mas na parte dos usuários também.

Satisfatória, se empenharam em ajudar a formular um SUS melhor e para todos.

Cada um defende mais o segmento que representa. Tenta defender também o município que representa, mas sobressai o segmento.

O que observei no grupo é que cada um procurava defender seu município, porém acatava as propostas de municípios pequenos.

Cada um tem que comparar o que veio fazer para ajudar as pessoas de seu município.

Vi os delegados do meu município de forma geral participando da melhor forma possível. Mas, se vê que alguns delegados vieram mais a turismo. Depois da aprovação do Regulamento observei uma participação mais efetiva.

Os delegados de Schroeder são muito participativos. Nas conferências atuais há mais cobrança pela participação. De um modo geral a participação é boa.

Foi bem articulado, reivindicaram direitos “colocaram a casa em ordem”. Onde um está todos tem que estar.

Também como respostas a esta questão apareceram alguns posicionamentos críticos quanto à presença e atuação dos delegados na conferência.

Não dá para falar por todos. Tem alguns que vem para passear. O pessoal da saúde é mais comprometido. O de assistência social é mais dividido.

Alguns vêm pensando nos interesses de sua classe, outros vêm pensando no interesse dos municípios. Parece que prevaleceu mais o interesse particular.

Os delegados de entidades deveriam se preparar mais, entender a Assistência Social, estudar para vir debater. Quem se dispõe a vir para uma conferência deve se preparar.

Ora parece que estão representando, ora não. Parecem perdidos, inseguros, ou não conhecem a política.

Já nas conferências nacionais, na maioria das respostas, os delegados entrevistados disseram que viram pessoas engajadas na causa, lutando pelo conhecimento, participando, “brigando” mesmo. A atuação foi positiva, todos os delegados tiveram oportunidade de propor e efetivar o seu papel. Dois delegados não responderam a esta questão e outros dois fizeram uma avaliação diferenciada, afirmando que a atuação dos delegados foi fraca, que a maioria nem sabe o que é uma deliberação e nem conhece as propostas, deixando os outros definirem o futuro das políticas públicas. Poucos se destacam e dedicam tempo integral para este trabalho.

Uma delegada apresentou uma observação diferenciada afirmando que:

Não avalio os Delegados representando a realidade do seu município, penso que o objetivo desta conferência não foi olharmos somente para a nossa realidade, mas sim a realidade de um País que está construindo uma política que garanta direitos sociais e humanos, para isso, devemos atuar como delegados, considerando a realidade social do nosso Estado e do nosso País, buscando assim aprovar propostas coerentes e transformadoras.

A importância dos conselheiros dos conselhos gestores tendo em vista “contribuírem na socialização das informações estratégicas, da consciência social de cidadania e nas decorrentes mobilizações sociais” (SANTOS, 2011) foi ressaltada como fundamental especialmente durante a 6ª Conferência Estadual de Saúde de Santa Catarina<sup>49</sup>. A literatura sobre os conselhos gestores e conferências de políticas públicas tem também destacado esta ação como forma de articulação da ação dos conselhos gestores com outras formas de controle social do Estado, previstas na Constituição Federal e/ou criadas pela ação da sociedade civil organizada.

Neste sentido, os delegados entrevistados foram questionados quanto a maneira como repassaram o que aconteceu na Conferência Municipal para a entidade que representou na mesma ou que participa.

---

<sup>49</sup> Palestra proferida pelo Professor Nelson Rodrigues dos Santos.

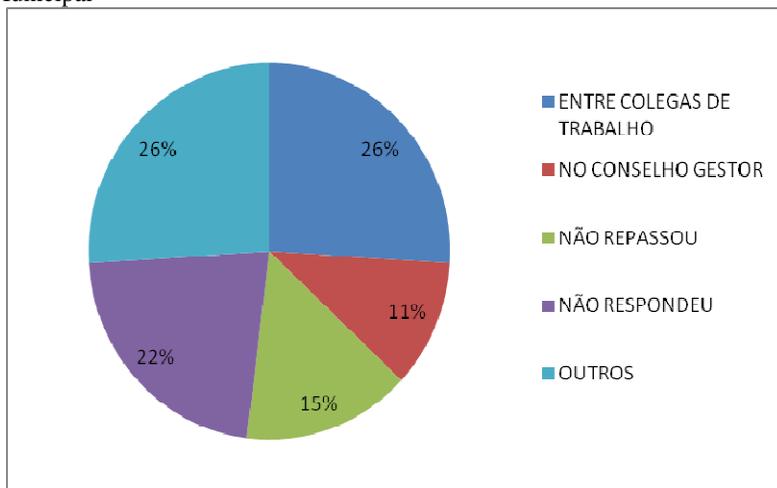
As respostas mostram a dificuldade em ampliar as discussões realizadas na conferência visto que um grande número quatro delegados afirmaram que não repassaram o que aconteceu. Seis delegados fugiram da pergunta não respondendo a maneira como repassou, mas falando da importância do repasse. Sete delegados informaram que não havia necessidade de repasse, pois quase todos os que estavam na Conferência trabalham na secretaria da pasta da conferência, conversaram sobre a conferência com os colegas de trabalho e debateram sobre o que aconteceu no evento na reunião de equipe de trabalho, considerando que toda a equipe havia participado da conferência. Dois delegados fizeram relatório do que aconteceu na conferência, porém não informaram o encaminhamento dado ao mesmo. Uma delegada informou que repassou o que viu na conferência para as pessoas que atende em seu trabalho e outra informou que, como todas as professoras participaram da conferência, elas repassaram para os alunos o que aconteceu e desenvolveram algumas atividades a partir do evento.

Algumas respostas individuais afirmaram que seu repasse se deu falando sobre o que foi sugerido; trabalhando e buscando soluções; divulgando em rádio e jornal. Dois entrevistados afirmaram que repassaram o que aconteceu na conferência na reunião do Conselho Gestor, pois nem todos puderam participar.

Um delegado apresentou resposta mais detalhada sobre a maneira como repassou o que aconteceu na Conferência Municipal a qual segue transcrita.

Tivemos uma reunião, daí foi explicado o que eu entendi, o que está passando. Para explicar para eles o que significa. Porque cada vez que aparece uma coisa de saúde, eles acham que é tudo do município. Então temos que explicar para eles de onde que vem estes negócios, para não estar brigando lá em cima sem fruto. Discutem-se os dois assuntos na associação de moradores. A área social porque a coisa não funciona como eles querem e a saúde também. Acham que tem que ser como eles querem, mas nem tudo o que a gente quer a gente consegue. Não adianta vir aqui e não repassar nada.

**Gráfico 8** – Como os delegados repassaram o que aconteceu na Conferência Municipal



Fonte: Elaborado pelo autor.

Teóricos da representação política continuamente se referem a relacionamentos representativos que se estabelecem entre o representante e o representado: o representante age no lugar do representado, é responsivo ao seu interesse (CASTIGLIONE e WARREN, 2010). A autorização dada pelo representado àquele que lhe representa supõe a *accountability*, quando os representantes tem oportunidade de prestar contas de sua atuação. Considerando o estabelecimento deste relacionamento, os delegados entrevistados foram arguidos quanto a maneira como fariam o repasse do que aconteceu na Conferência Estadual no seu município.

De modo geral apareceu nas respostas o interesse de quase todos os delegados de repassar em seu município o que aconteceu na Conferência Estadual da qual participaram. Apenas dois delegados afirmaram não ter ainda pensado uma forma de repasse, mas que iriam conversar com seus pares para pensá-la.

Em algumas respostas apareceu a preocupação em transmitir o que aconteceu na Conferência Estadual para os colegas de trabalho e os gestores, supondo, talvez, mais uma prestação de contas pelo investimento feito do que fazer com que a discussão chegue até aos usuários da política pública.

Vou procurar repassar para todas as unidades de saúde.

Tentar colocar para os colegas de trabalho o que foi discutido, a maneira que é feito, para eles terem uma noção do que é.

Através das minhas ideias, vou repassar às gestoras e demais colaboradores da saúde.

Vou repassar para o todo o grupo/equipe onde trabalho. (três respostas)

Conversar com a gestora (quatro respostas)

Espero que a gente se reúna enquanto Secretaria da Saúde e possa repassar o que aprendi nestes três dias.

Seis delegados afirmaram explicitamente seu desejo em repassar o que foi a Conferência Estadual para os Conselhos Gestores de seus municípios. Outro afirmou que além do Conselho Gestor, quer repassar para a Associação de Moradores em que participa: “Pretendo fazer uma reunião na associação para repassar o que eu aprendi aqui, e levar também para o conselho. O que um não entendeu bem o outro vai explicar para todo o conselho estar por dentro do assunto”.

Algumas respostas não deixam claro em que momento e para quem o delegado faria o repasse:

Vou contar como foi.

Procurei anotar as coisas necessárias, vou pegar no site e repassar aos companheiros.

Vou passar que num todo se representou o município. Mas, quando chega aqui a realidade é outra. Talvez a minha necessidade não é a necessidade de outro município.

Vou verificar as decisões da plenária para repassar no município as prioridades conforme forem aprovadas.

Em outras três respostas apareceram o interesse dos delegados em repassar o que viram e viveram para a população. Dois deles que se identificaram como Agentes Comunitários de Saúde afirmaram que irão de casa em casa falando o que aprenderam. Estas respostas dão indício de uma visão ampla de representação de modo que o que foi discutido nas Conferências Estaduais diz respeito a toda a população e não apenas aos profissionais da área e aos conselheiros da política.

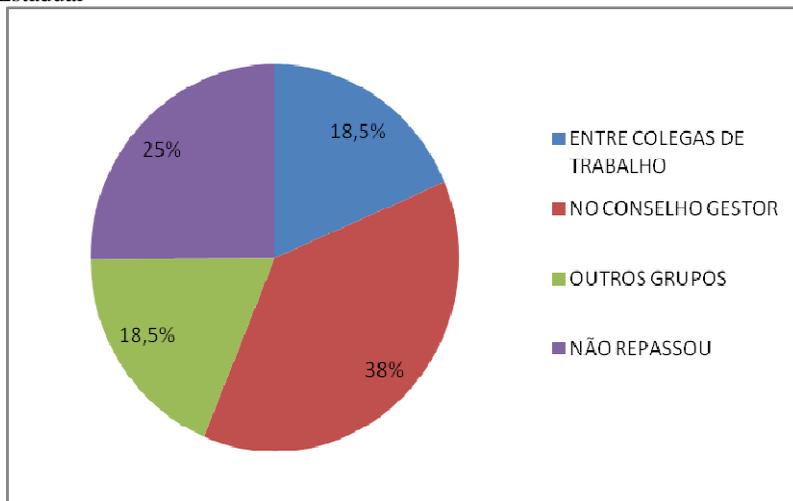
Já nas Conferências Nacionais, os delegados informaram sobre a maneira como repassaram o que aconteceu na Conferência Estadual em seu município.

Seis delegados afirmaram que o repasse foi realizado na reunião do Conselho Gestor da política da conferência e um deles disse que repassou também a outros dois Conselhos do município, demonstrando a estreita ligação das Conferências de Políticas Públicas com os Conselhos Gestores. Três entrevistados afirmaram que além de repassar para o Conselho Gestor, transmitiram o que aconteceu na Conferência Estadual para seus pares no ambiente de trabalho. Uma delega inclusive afirmou que fez o repasse em reunião com o prefeito do município e demais gestores da administração pública, além de outra reunião de um colegiado regional de Assistência Social. Tal ação, portanto tornou-se uma oportunidade de compartilhar com outros serviços municipais as políticas públicas discutidas pelo município em uma instância estadual.

Três delegados informaram que o repasse foi feito para grupos, associações, sindicatos e movimentos sociais do município e em outros municípios em que seu movimento está organizado, ampliando a reflexão da conferência para além dos Conselhos Gestores e Secretarias das políticas da conferência.

Outros quatro delegados entrevistados informaram que não realizaram nenhum tipo de repasse.

**Gráfico 9** – Como os delegados repassaram o que aconteceu na Conferência Estadual



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando questionados quanto a sua preparação para participar da Conferência Estadual do Estado de Santa Catarina, alguns entrevistados afirmaram que a preparação se deu estudando, lendo e relendo as propostas e problemáticas apresentadas na Conferência Municipal, no entanto, outros disseram não ter havido nenhuma preparação para participar da Conferência Estadual e outros, por serem suplentes e terem sido chamado próximo a data da Conferência, não conseguiram se preparar devidamente.

As demais respostas não se repetiram e demonstram que, de alguma forma, quase todos, ao seu modo, se prepararam para participar da Conferência Estadual: lendo as anotações feitas na Conferência Municipal, discutindo continuamente sobre Políticas Públicas nos conselhos municipais e na faculdade, vivendo os problemas no dia a dia com a população, buscando novos conhecimentos em leis e normas, fazendo análise do que pode se melhorar no setor, trazendo ideias para argumentar com os demais delegados e chegar a um consenso, em reuniões com a equipe de trabalho, e com uma grande ansiedade. Um delegado afirmou que não teve acesso as propostas da Conferência Municipal e, portanto não conseguiu se preparar para a etapa estadual. Nesta pergunta ainda apareceu o impasse que se deu dias antes da realização da Conferência Estadual de Assistência Social afirmando que

sua preparação foi bem conturbada, devido às datas de realização, o adiamento e depois a confirmação da mesma.

Quando questionados sobre como seria a sua preparação para participar da Conferência Nacional, os delegados expressaram que ao participar da Conferência Nacional iriam participar

Relendo as anotações da Conferência Estadual.

Vou deixar ver o que o coração diz na hora. Não sei se estou preparada para aguentar. Se for, vou me preparar para defender o município de Schroeder. Vou me preparar estudando as propostas, colocando estas propostas para o município e pedindo a opinião dos gestores e conselheiros. Reivindicar e argumentar para ver se é esta a nossa realidade. Se juntar com os municípios da nossa região para ser forte e conseguir aprovar aquilo que é bom para nossa região.

Vamos eleger alguém que vá nos representar. Gostaria de ir. Vou me preparar estudando muito. Buscar as propostas que a gente quer e brigar muito, brigar não, colocar para que seja votada.

Se for votada vou. Procurar estudar.

Vou se preparar na hora. Vou brigar pelos pequenos.

Já estou se preparando aos poucos. Será a primeira vez.

Vou buscar o máximo possível em informações sobre as diretrizes aprovadas para que saiam do papel para a atuação real e eficaz.

Pegando todo o material aprovado na conferência estadual e defendendo em Brasília.

Estudando a legislação, tipificação, proposta e moções.

Levando as propostas dos municípios menores.

Com relação a como foi a preparação para participar das Conferências Nacionais, as respostas foram bastante variadas. Houve delegados que disseram que a preparação foi conturbada devido a notícias sobre o evento terem sido divulgadas com atraso, afirmando que o pessoal da Secretaria de Estado da Saúde não disponibilizou informações.

A maioria dos delegados afirmou que sua preparação se deu pela análise, leitura e estudo do consolidado das propostas das Conferências Estaduais e dos materiais disponíveis na internet sobre o assunto da conferência. Este material, segundo eles, os ajudou a se inteirar da temática das conferências. Afirmaram ainda que a própria participação da Conferência Estadual ajudou em sua preparação, além de que buscaram informações para melhor se preparar.

Uma delegada respondeu que sua preparação para a Conferência Nacional se deu trocando ideias com pessoas do movimento que participa onde foi pautado o que o movimento considerava importante. Outra delegada afirmou que como forma de se preparar para a Conferência Nacional discutiu com trabalhadores do SUAS da região sobre o assunto e o seu conhecimento construído no dia a dia também serviu como uma maneira de se preparar.

Alguns delegados apontaram como crítica que deveria haver uma preparação dos delegados do Estado antes da Conferência Nacional. Os delegados do Estado não estavam organizados nem identificados, não se conheciam e, portanto estavam desarticulados para participar do evento, diferente de outros Estados da federação.

Por fim cabe ressaltar que apenas um delegado informou que não teve preparação para participar da Conferência Nacional.

Considerando que as propostas oriundas dos municípios compuseram o consolidado de propostas a serem discutidas e votadas nas Conferências Estaduais, os delegados entrevistados foram questionados se conheciam as propostas aprovadas na Conferência Municipal que participaram. Tal questionamento se deu no intuito de verificar o compromisso do delegado eleito para representar seu município e seu Estado.

Mais da metade informou que conheciam as propostas aprovadas em seu município. Inclusive três deles informaram que tinham as propostas aprovadas em seu município em mãos e dois disseram que conheciam as propostas, pois ajudaram a aprová-las. Outros três

responderam que conhecem as propostas, mas que não lembravam e outro disse que estava junto na aprovação, mas não gravou nada.

Uma das formas de garantir que as propostas elaboradas, discutidas e aprovadas nos municípios sejam contempladas na Conferência Estadual está vinculada a atenção do delegado eleito no município ao participar da Etapa Estadual. Portanto os delegados foram questionados sobre como verificaram se as propostas da Conferência Municipal foram contempladas na Conferência Estadual.

A maioria dos delegados entrevistados respondeu que as propostas não estavam contempladas em si, o que havia sido discutido no município estava implicitamente contemplado em outras propostas. A resposta de um dos delegados entrevistados expressou a atuação dos mesmos neste momento: “Procurei dar nota maior para o que achava importante para a gente e notas inferiores para o que não achava prioridade”. Sendo assim estes delegados afirmaram não ter percebido injustiças.

As demais respostas se diferenciavam entre si e por isto seguem descritas:

Percebi a dificuldade de alguns municípios do oeste e do extremo-oeste que tem que trazer o paciente para a capital para tratamento. O nosso município está mais assistido. Senti então que nossas propostas não eram tão importantes como as deles. Um modelo de democracia.

A gente faz a nossa conferência e quando chega aqui se depara com tantos problemas. Cada um puxando para o seu lado. Foi difícil entre 50 e poucos delegados como estava no meu grupo, a gente chegar a ver nossa proposta. Tinha a proposta ali, mas talvez não chegou a ser nossa realidade. Ficou coisa de fora porque no grupo havia pessoas do oeste do Estado e da capital. Os que não eram deste lugar ficaram de fora. Difícilmente ganhamos alguma coisa na votação.

Foi uma briga boa. Tinha as propostas na mão. Não houve injustiça. O que prevaleceu foi a maioria. O povo escolheu o que eu escolhi.

A gente colocou as propostas, o que a gente veio propor aqui. Foi colocado em votação, e algumas

coisas que eu coloquei foi aprovado. Algumas pessoas vem e lutam por seu município, que as vezes é um município pequeno. Às vezes uma coisinha que não pensou numa equipe, num todo. Temos que pensar no geral, no todo.

Vim com as propostas de Schroeder nas mãos e já sabia mais ou menos o que vinha para a estadual. Fiz uma comparação para ver se estava contemplada ali mesmo. Muitas das propostas que mandamos, vi que estavam contempladas.

Não eram bem os mesmos assuntos. Tivemos que bater muito em cima e alguns foram aprovados, mas nem todos. Não depende só de mim, depende do grupo.

Observei que as dificuldades do meu município são as mesmas de outros municípios. Tudo estava contemplado.

Percebi que as proposta foram mais direcionadas, compiladas. A nível de município não apareceu. Somente apareceram propostas a nível de Estado e Nacional. Percebeu que isto não prejudicou os municípios.

Vi a conferência como a elaboração de uma constituição que vai se adequando dentro da realidade de cada um.

Tinha o relatório da conferência municipal em mãos. Algumas propostas estavam contempladas, mas nem todas. Fica um pouco difícil, pois por se tratar de um município pequeno as demandas são diferentes. Algumas propostas foram feitas para a nacional, mas algumas ficaram pendentes. Observei que algumas propostas de Schroeder eram para o município, por exemplo, a criação de uma secretaria municipal de Assistência Social. Acho que isto não é uma questão de Estado nem Nacional. Foi bem contemplado de modo geral. Estava no grupo de reordenamento dos serviços. Para verificar qual o melhor lado não somente para nosso município, mas para todos.

Muitas propostas se referiam mais a Schroeder, mas as propostas para o âmbito estadual foram amplamente contempladas. Na Assistência Social não temos o apoio com verbas do Governo Estadual. Esta situação tem que mudar diante das propostas dos diferentes municípios. De forma geral todas as propostas foram contempladas pois elas falem não somente para Schroeder, mas para todos os municípios.

Esta pergunta foi a que mais suscitou respostas diferentes, o que sugere que os delegados que saem do município para eventos em níveis maiores, na maioria estão atentos às propostas que vem de seus municípios.

Cabe ainda ressaltar algumas respostas que apresentavam críticas sobre o processo e a eficácia da conferência em contemplar, na etapa Estadual, o que foi discutido na Conferência Municipal. Os delegados disseram o seguinte:

São muitas propostas para pouca aceitação. Não adianta esquentar a cabeça porque isto vai daqui para Brasília e quem sabe o que vai ser aprovado lá? Lá a potência é dos Nordestinos.

É política de saúde, está tudo no papel, mas não se coloca em vigor. São bastante propostas colocadas em debate já feitas anteriormente e não colocadas em prática. Não me lembro se as propostas de Schroeder foram contempladas. É preciso um diálogo falando a mesma língua. Falta organização na distribuição de vagas. Alguns são beneficiados por apadrinhamento.

Senti que no meu grupo não tinha muita coisa a ver com o que a gente discutiu no município. Parecia que as propostas eram muito vagas. Tinham questões que interessavam mais a outras regiões do Estado. Especificamente para o nosso município eu não vi muita coisa. Mais ou menos 50%.

Não estava contemplado (as propostas do município) no grupo que participou.

Sendo a Conferência Nacional o coroamento dos trabalhos realizados nos municípios, passando pela Conferência Estadual, os delegados foram questionados quanto ao seu conhecimento e sobre como verificaram se as propostas aprovadas na Conferência Estadual foram contempladas na Conferência Nacional.

Os delegados informaram que, através dos textos, nas discussões e na sua participação na conferência, perceberam que várias propostas de Santa Catarina são as mesmas de todo o país. Outros afirmaram que as propostas foram agrupadas, mas o Estado de Santa Catarina teve suas propostas contempladas. Um delegado fez a seguinte observação: “Verificamos que a realidade do nosso Brasil é muito diversificada, muitas propostas que não fizeram parte da pauta do Estado de Santa Catarina foram aprovadas na Conferência Nacional, algumas foram interessantes e iam ao encontro das nossas propostas”.

Considerando o que já foi afirmado anteriormente de que representar é fazer o melhor para aqueles que se representa, refletindo, ouvindo, considerando continua e atentamente seus desejos e opiniões, sendo que esta ação não pode prescindir da autonomia do representante de fazer o que achar melhor usando seu julgamento e sabedoria no momento de sua atuação, uma vez que é escolhido para tomar decisões por seus eleitores, foi perguntado aos delegados o que cada um fez para representar as propostas do seu município na Conferência Estadual.

Nas respostas apareceu expressa a ativa participação e o empenho dos delegados em representar as demandas de seus municípios. Afirmaram que representaram as propostas do município dando opinião, votando, atribuindo notas, debatendo, pedindo a palavra, ouvindo, concordando ou discordando, argumentando para fazer valer a proposta do município, fazendo com que as propostas fossem consideradas, articulando com o pessoal de outros municípios, lendo para ver se as propostas estão de acordo com as do município, procurando incluí-las da melhor forma possível, verificando no material recebido o que das propostas do município estava contemplado, acompanhando e sugerindo propostas e colocando as propostas do município no debate.

Três delegados, no entanto, relataram a dificuldade de realizar esta representação afirmando:

Tentei, mas muito pouco foi aceito pela maioria.  
Não me destaquei em nada, nem me lembrava das  
propostas do município. Apenas votei.  
Não falei nada, estava num grupo pequeno.

Nesta pergunta apareceu uma resposta onde o delegado na conferência prioriza o que foi discutido em seu município a ponto de deixar de lado a sua opinião ao afirmar: “pensei mais em representar as propostas do município do que o pensamento pessoal, pois o meu pensamento é menor do que a proposta do município.”

Partindo da hipótese de que as Políticas Públicas oferecidas pelo Estado no Brasil acontecem mais nos municípios de Médio Porte, Grande Porte e Metrôpoles e de que os Municípios Pequenos tem dificuldades ou não conseguem acessar estas políticas, foi perguntado aos delegados como avaliaram a atuação dos delegados dos municípios pequenos na Conferência Estadual.

As respostas da maioria dos delegados vêm confirmar esta hipótese. De maneira diferente, as opiniões dos delegados expressam este sentimento.

Os municípios pequenos não tem tanto conhecimento sobre o funcionamento do SUS. As informações são pouco repassadas. Há despreparo para participação e contemplar mais coisas para o município. As pessoas de municípios maiores estão mais preparadas.

O pessoal dos municípios maiores são muito mais preparados.

Os municípios maiores têm mais oportunidade, treinamento, são mais bem preparados para estar num grupo como este. É a primeira vez que a gente participa de um grupo assim e não tinha noção de como seria.

Senti uma grande diferença dos representantes de usuários. “Jam na onda”: se a maioria deu 10 eles também davam 10. Percebi falta de preparo, o município não se interessou em preparar seus delegados. Vieram só para vir.

Não deu para sentir nenhuma injustiça. Mas, acho que tem, no fundo os municípios pequenos são um pouco excluídos.

Sinto injustiça com relação aos municípios pequenos. Os outros municípios vêm mais unidos, combinados.

Atuando muito, mas tem pouco estudo e conhecimento. Vem um maior (médico, enfermeiro) e acaba abafando a simplicidade. Uma simples coisa o município não quer saber, ele quer saber somente das grandes. O pequeno sempre fica por baixo, especialmente de município pequeno de interior.

No meu grupo de trabalho, muitas pessoas entraram mudas e saíram caladas. O que notei é que os municípios de médio porte que deram opinião. O pessoal de municípios pequenos ainda está meio quieto. Isto é prejudicial, pois nós temos que ter voz também. Não sei que critérios eles tiveram para mandar estes profissionais ou usuários para cá. Às vezes as pessoas vem sem argumentação. Muitas vezes não participam do conselho e não sabem o que vem fazer aqui. Isto é complicado, tanto que se reivindica muito a capacitação dos conselheiros, para vir para cá sabendo o que acontece. Para ter argumentação na hora de defender uma posição que vai beneficiar o teu município.

Os representantes de municípios pequenos, algumas vezes debateram mais do que os de municípios grandes. Porque eles queriam defender o que era deles, mas nem tudo é aprovado do jeito do município pequeno. Os representantes de município grande brigam mais porque cada um olha para o lado que é melhor para ele. Eu olhava para o lado do nosso município, o que era bom para nós.

Não adianta pedir vez, somente os municípios maiores tem vez.

A representatividade ótima, mas a participação tímida. Devido à insegurança. Um tabu que precisa ser quebrado. Conhecimento, todos tem. Os representantes de município maior tem maior

poder. Há timidez diante do poder dos maiores. Os municípios maiores estão mais organizados.

Muitas vezes eles se sentem inferiorizados. Aqui não tem diferenças. Talvez alguns façam distinção. Eu procuro lutar pelo meu município.

São mais tímidos, mais retraídos, ficam na deles. Os delegados de município maior tem maior representação, parecem que as pessoas tem maior envolvimento, capacitação maior, os serviços estão mais estruturados.

Dois delegados, além de fazerem sua avaliação, sugeriram uma alternativa para resolver as dificuldades dos municípios pequenos ao afirmarem que “precisa ter uma conferência regional onde fossem discutidas as prioridades dos municípios pequenos para depois vir discutir com os municípios grandes” e

Os municípios pequenos vêm com mais vontade. Os municípios maiores como são maioria tem mais força na plenária, mas não estão no grupo de discussão. Os debates nos grupos são de questões que já estão resolvidas há muito tempo no município grande. Seria importante fazer conferência de municípios de pequeno porte para trazer para a conferência estadual. Não vê preconceito. Vê que os municípios pequenos tem que argumentar mais.

No entanto, em algumas respostas apareceram aqueles que enaltecem a atuação dos delegados de municípios pequenos na Conferência Estadual.

Super positiva, pois os problemas e dificuldades diferem dos municípios maiores.

Brigando bem, com interesse. Estavam preparados.

Tem municípios pequenos que estão preparados. Lutam para buscar seu lugar. Para ter as condições para eles também.

Senti que todos estão preparados.

Muito boa, pois cada um luta por seu município.

Os delegados dos municípios pequenos tiveram grande participação na conferência, através da exposição e discussão das propostas e moções.

Alguns vieram para fazer turismo, mas os municípios pequenos lutaram para ter representatividade quando propuseram a divisão por regiões.

Por fim, um delegado afirmou que “não percebeu manifestações expressivas. As ideias eram distorcidas, cada um puxava para um lado: idoso, índios. Foi difícil identificar de que municípios eram. Destaque para divisão por porte. Não dá para contemplar a todos. Foi encontrado um meio adequado”.

Considerando ainda que este trabalho partiu da realidade de alguns municípios em particular e da intenção de verificar como se dá a representação dos mesmos nas Conferências de Políticas Públicas em outras instâncias, os delegados foram questionados se conheciam os municípios de Corupá, Massaranduba, São João do Itaperiú e Schroeder e se sabiam quais propostas vieram destes municípios.

A maioria dos delegados entrevistados informou que não conhecem estes municípios e tampouco conhecem suas propostas. Um delegado informou que conhece alguns dos municípios, outro que ouviu falar dos mesmos, no entanto ou não conhecem as propostas dos mesmos ou não se lembram. Um delegado ressaltou que se lembra da atuação dos representantes destes municípios na Conferência Estadual.

Em algumas respostas foi ressaltado que os pequenos municípios têm uma conjuntura semelhante entre si e que as propostas consideradas nas Conferências Estaduais são do Estado e não de um município específico. Com esta afirmação pode-se considerar que as propostas de um determinado município podem estar contempladas ou não nas propostas do Estado, ou não serem contempladas considerando a atuação dos municípios maiores ao dificultar as proposições dos municípios pequenos.

Nesta questão, um delegado sugeriu a realização de Conferências Regionais para aglutinar problemas comuns e soluções em conjunto,

como uma forma de conhecer melhor as propostas de diferentes municípios do Estado.

Apenas dois delegados informaram que conhecem os municípios e um deles, que é de um destes municípios afirmou: “Conheço os municípios. Não conheço as propostas. Imagino que foram muito parecidas com as propostas do meu município, devido às características culturais de todos os municípios”.

Como os delegados eleitos para a Conferência Nacional tinham como condição para ali estarem ter participado da Conferência Estadual e, por sua vez, para estarem na etapa estadual terem participado em seu município, os delegados entrevistados foram questionados se conheciam as propostas aprovadas na Conferência Estadual.

A maioria dos delegados informou que conheciam as propostas, atribuindo o fato de terem participado da elaboração das mesmas a condição de conhecê-las. Alguns reclamavam não terem recebido o consolidado aprovado na Conferência Estadual. Outros disseram que foram em busca do texto para conhecer todas as propostas do Estado, inclusive afirmando que as propostas estavam disponíveis no site da Secretaria de Estado de Assistência Social.

Por outro lado, alguns delegados informaram ou que conheciam parcialmente as propostas aprovadas no Estado ou não conheciam nenhuma proposta, afirmando que as mesmas não estavam disponíveis a eles. Um delegado disse que não se lembrava das propostas aprovadas. Apenas um delegado apresentou crítica, dizendo que poucas propostas do Estado de Santa Catarina fizeram parte do consolidado Nacional.

Uma resposta a esta pergunta chama a atenção, pois a delegada, além de afirmar que conhecia as propostas, ressaltou algumas delas:

Conheço as propostas. Elas estão muito parecidas com outros Estados. Por exemplo, a Emenda Constitucional 29 veio reforçada, não privatização do SUS (proposta discutida em Santa Catarina), a não participação das OSCIPs e OSs que estão tomando conta do SUS. Estamos lutando para que se traga todos os recursos para dentro do SUS, conforme preconizam as leis 8.080 e 8.142. As pessoas ainda não reconheceram seu espaço de luta e debate, pois iria melhorar a situação de toda a população brasileira.

Apenas um delegado informou que poucas propostas do Estado de Santa Catarina foram aprovadas até o momento em que esteve presente e apenas dois informaram que não observaram se as propostas do Estado foram contempladas na Conferência Nacional.

A partir do questionário aplicado aos delegados entrevistados foi possível traçar o perfil dos mesmos<sup>50</sup>. A maioria dos delegados entrevistados (70%) tem idade entre 31 e 50 anos, 72% são do sexo feminino e 63% são casados. Quanto a escolaridade se percebeu um alto grau de instrução: 42% afirmaram ter curso superior, 14% estão cursando e 26% tem Ensino Médio Completo. Tal constatação dá indício de melhor capacidade de recursos na participação e representação política, considerando que a possibilidade do avanço nos estudos contribui para a formação crítica do cidadão e, neste caso, do delegado. Outro dado apresentado no perfil dos delegados entrevistados se refere a participação dos mesmos em Conselho Gestores Municipais. Neste sentido é possível perceber que mais da metade dos entrevistados estão atuando como conselheiros (53%), o que justifica a vinculação dos Conselhos Gestores com as Conferências de Políticas Públicas. Quanto a participação em outra associação ou movimento social, 44% afirmaram que participam de algum o que indica um significativo grau de prática associativista dos mesmos. Por fim, a metade dos delegados entrevistados informou que está filiada a algum partido político, o que dá indício da participação destes na representação política eleitoral.

No contato com os delegados entrevistados e na participação das conferências foi possível perceber, por parte da maioria dos delegados, a intenção altruísta dos mesmos em participar e representar as demandas de seu Estado, município e entidade. O esforço expresso em conhecer as propostas do município, em se preparar para as conferências e em participar com atenção dos eventos, demonstra também o comprometimento do representante/delegado com o seu representado, com sua base. Este comprometimento e conhecimento do processo foram sendo percebidos nas conferências de maior porte. As pessoas que participaram destes momentos demonstraram capacidade mais qualificada de debate, argumentação, decisão e escolha, ou seja, demonstraram estar mais empoderados em sua atuação. Do mesmo modo em muitos depoimentos foi apontada a importância da atualização e estudo constante do representante para cumprir bem sua função.

---

<sup>50</sup> Alguns dados obtidos através da aplicação do questionário aos delegados entrevistados estão disponíveis no apêndice deste trabalho.

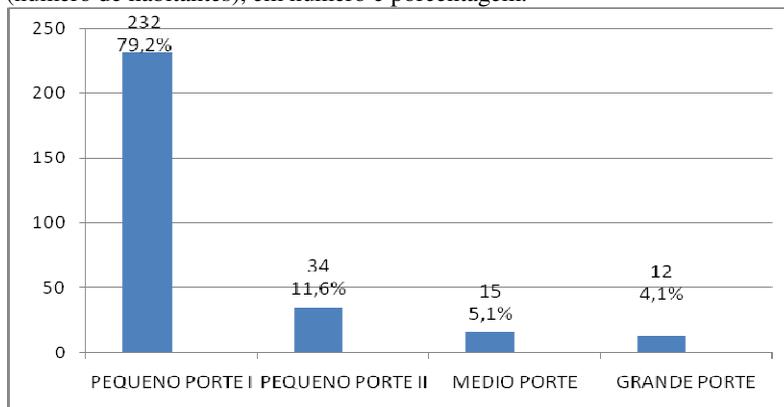
Destaque para os delegados que ressaltaram a importância de terem sido legitimamente escolhidos para representar sua entidade, município ou Estado, portanto sentiam-se devidamente autorizados a cumprir seu papel. Por fim, cabe destaque a reflexão feita sobre a representação dos municípios de pequeno porte quando vários depoimentos apontam que os representantes de municípios maiores têm melhor qualificação e quantidade de recursos que os representantes dos municípios menores, o que pode intimidar estes últimos. A suposição de que as demandas dos municípios pequenos estejam contempladas nas outras demandas aparece como uma generalização perigosa e que não considera as especificidades desta realidade menor. A presença nos debates e deliberações garantirá a expressão das demandas peculiares das diferentes realidades e a construção de políticas públicas que contemplem as mais diferentes realidades do país.

#### 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da maneira como os delegados dos municípios pequenos conseguem garantir a representação de seus municípios nas etapas das conferências posteriores, e com isso defender as demandas de sua realidade, foi a intensão da reflexão desenvolvida ao longo deste trabalho. A questão a ser respondida é se a representação dos municípios pequenos no processo de elaboração e definição de políticas por meio das conferências de políticas públicas é garantida ou sofre algum prejuízo ao se defrontar com propostas de realidades diferenciadas pelo número de população.

Alguns números ajudam a mostrar esta realidade. Considerando a terminologia utilizada pelo Conselho Nacional de Assistência Social para organizar a representação dos delegados nas conferências e o critério utilizado para caracterizar os municípios nesta pesquisa, dos 293 municípios que o Estado de Santa Catarina tem, 232 deles são municípios de Pequeno Porte I, 34 são municípios de Pequeno Porte II, 15 são municípios de Médio Porte e 12 são municípios de Grande Porte. O Estado de Santa Catarina não possui Metrôpoles, com mais de 900.001 habitantes.

**Gráfico 10** - Municípios do Estado de Santa Catarina de acordo com porte (número de habitantes), em número e porcentagem.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico acima evidencia que quase quatro quintos dos municípios do Estado de Santa Catarina são de Pequeno Porte I, ou seja, tem menos de 20 mil habitantes. Nem 10% dos municípios do Estado

são de médio e grande porte, ou seja, municípios com mais de 50 mil habitantes.

Estes números contrastam com a representação dos delegados eleitos nas conferências estaduais para as conferências nacionais, objeto de estudo desta pesquisa. Conforme exposto nos itens 2.2.2 e 2.3.2 que apresentam a quantidade de delegados eleitos do Estado de Santa Catarina para a 14ª Conferência Nacional de Saúde e para a VIII Conferência Nacional de Assistência Social, respectivamente, por porte de município. O Estado de Santa Catarina, que tem 79,2% municípios considerados de Pequeno Porte I escolheu para a VIII Conferência Nacional de Assistência Social apenas 31,5% de delegados de municípios de Pequeno Porte I, enquanto a porcentagem de delegados escolhidos de municípios de Grande Porte foi de 48,1%, somados aos de Médio Porte com 13% e de Pequeno Porte II com 7,4%.

Já para a 14ª Conferência Nacional de Saúde o Estado de Santa Catarina escolheu apenas 30,2% de delegados de municípios de Pequeno Porte I, enquanto a porcentagem de delegados escolhidos de municípios de Grande Porte foi de 33,4%, somados aos de Médio Porte com 16,6% e de Pequeno Porte II com 19,8%.

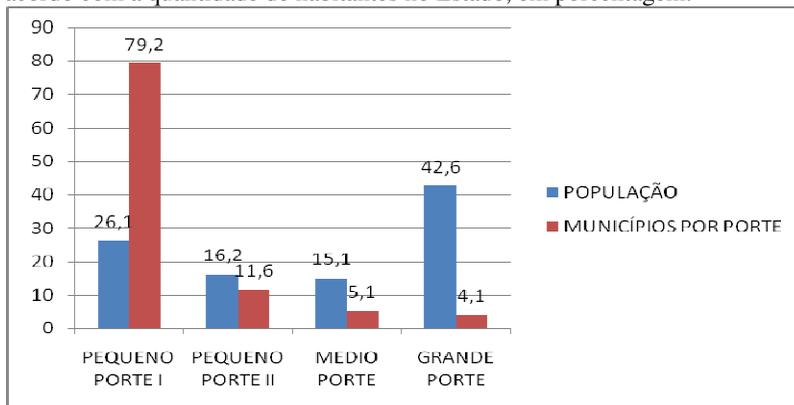
Em algumas respostas apresentadas pelos delegados entrevistados nas conferências estaduais e nacionais ficou explícita a injustiça desta representação, especialmente quando avaliaram a atuação dos delegados de município pequenos nas conferências. Nas falas dos entrevistados o sentimento de desproporcionalidade ao considerar que, além do prejuízo numérico, falta conhecimento, preparo, oportunidade, iniciativa dos representantes dos municípios pequenos, pois os representantes do municípios maiores são mais envolvidos, preparados, “brigam mais”.

Tais depoimentos mostram a carência de acesso à capacitação e oportunidade de participação mais efetiva na discussão e proposição das políticas públicas por parte dos municípios pequenos, considerando que nos centros maiores os eventos que fazem tal reflexão são mais frequentes e a possibilidade de participação daqueles que vivem nestes municípios é mais facilitada pela propaganda, proximidade, oportunidade de transporte e até mesmo do preparo político. No depoimento de um dos delegados entrevistados nas conferências nacionais sobre a representação numérica dos delegados de Pequeno Porte I, a expressão desta reflexão: “não é um fator positivo, pois assim os grandes vão sempre se sobressair nas propostas e os pequenos vão viver à custa e segundo a vontade dos municípios de grande porte, uma espécie de favor. Politicamente falando, é negativo e contraditório”.

Por outro lado, cabe ressaltar a observação feita por um delegado entrevistado justificando que não vê incoerência na representação numérica, pois considera que em município menor as demandas também são menores se comparadas a municípios com mais habitantes.

Neste sentido podem-se analisar alguns números.

**Gráfico 11** - Municípios do Estado de Santa Catarina de acordo com porte e de acordo com a quantidade de habitantes no Estado, em porcentagem.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico demonstra que quase metade da população do Estado de Santa Catarina vive em municípios de Grande Porte tendo os municípios de Pequeno Porte I um pouco mais de um quarto da população catarinense. Estes números, no entanto não conseguem evidenciar que os municípios maiores têm indicadores sociais muito diferentes dos municípios menores. Prova disto pode ser comprovada com a reflexão feita no item 2.1.2 deste trabalho.

A atribuição de convocar as conferências é geralmente do poder executivo em parceria com os Conselhos Gestores da política da Conferência através de lei, decreto, portaria ministerial ou por resolução do próprio Conselho Gestor. Tais órgãos, ao regulamentá-las, definem temas, objetivos, estabelecem os cronogramas e os regulamentos para realização das conferências municipais, estaduais e nacionais, definem também as regras para as eleições de delegados bem como as comissões organizadoras. Os encaminhamentos e forma de sistematização das propostas que vem de uma conferência para a outra são decididas pelas comissões de relatoria em cada etapa da conferência. Tal determinação põe em questionamento se os espaços de deliberação que acontecem nas

conferências são legítimos, considerando que as propostas que são colocadas para a plenária já passaram pelo crivo da comissão de relatoria que sintetiza o que é relevante e exclui o que se repete. Esta situação apresenta indícios que não há espaços nas conferências para deliberações e debates qualificados e entre iguais.

As Conferências de Políticas Públicas, como novo modelo de representação política que ocorre fora dos espaços tradicionais foram apresentadas ao longo deste texto. A realização destes eventos em diferentes instâncias e a forma como a instância seguinte é formada mostra o quanto a representação se evidencia. Somente participam com direito a voz e voto nas conferências estaduais e nacionais os delegados eleitos nas conferências anteriores: municipais e estaduais, respectivamente. No depoimento dos delegados entrevistados ficou evidente, na maioria, que os mesmos receberam votação para poder representar seu município. Alguns delegados entrevistados mostraram o quanto o processo de sua escolha na etapa estadual foi tumultuado devido a diferentes interesses, o que não atrapalhou o processo para que o mesmo fosse democrático. Houve articulação dos candidatos por região e imperou o consenso entre os participantes. O desejo de representação teve que ser devidamente argumentado de maneira que seus pares acatassem a argumentação e fossem favoráveis a tal representação. Todo este processo construído democraticamente é fruto de uma caminhada de mais de vinte anos de realização de Conferências e da prática e participação dos delegados em outras instâncias de representação democrática como os Conselhos Gestores, movimentos sociais e outras práticas associativas.

No depoimento dos delegados entrevistados é possível caracterizar como a representação política se dá nas Conferências de Políticas Públicas. Os delegados afirmaram que sua atuação se deu opinando, votando, atribuindo notas, debatendo, pedindo a palavra, ouvindo, concordando ou discordando, argumentando para fazer valer a proposta que representavam, fazendo com que as propostas fossem consideradas, articulando com os delegados de outros municípios, lendo para ver se as propostas colocadas em pauta estão de acordo com o município que representa, procurando incluir as propostas que representa da melhor forma possível, verificando no material recebido como as propostas de seu município estavam contempladas, acompanhando e sugerindo novas propostas e colocando as propostas de seu município em debate. Afirmaram também que atuaram discutindo o que é do interesse dos municípios de pequeno porte, se aproximando das

pessoas que vivem esta realidade, argumentando nos pequenos grupos, defendendo as propostas que garantam a política de Assistência Social e Saúde como direito.

Cabe ressaltar que a caracterização da representação dos delegados nas conferências nacionais apresenta um grau superior de politização demonstrando a capacidade destes delegados de trazerem consigo um histórico de participação e representação política. Prova disto está nos alguns depoimentos apresentados no capítulo 3 deste trabalho. Estes depoimentos mostram o nível de compromisso destes delegados com as políticas públicas.

Nestas falas se percebe o interesse pela maioria dos atores nas Conferências de Políticas Públicas em fazer com sua representação ocasião de exposição de ideias e demandas, possibilidade de articulação entre os pares, especialmente os que vivem em realidades semelhantes, de maneira a garantir que o acesso as políticas públicas seja universalizado e com qualidade para todas as pessoas, independente de onde moram.

Na palavra dos delegados entrevistados ficou expressa a avaliação da atuação dos delegados em geral nas conferências. A maioria deles viu pessoas engajadas na causa, lutando pelo conhecimento, participando. Uma atuação positiva onde os delegados tiveram oportunidade de propor e efetivar o seu papel.

As entrevistas realizadas com os delegados nas conferências mostraram que a maioria deles participa de alguma entidade, conforme o Gráfico 06. Tal constatação induziu a pergunta sobre a maneira como repassam ou iriam repassar o que aconteceu nas diferentes conferências que participaram. Na maioria dos depoimentos apareceu o interesse em repassar a diferentes pares o que vivenciou em cada evento. Apareceu também a importância dos delegados em repassarem o que foi discutido nas Conferências para os Conselhos Gestores da política da conferência ou de outra política afim. Tal atitude demonstra a estreita ligação das Conferências de Políticas Públicas com os Conselhos Gestores bem como o querer compartilhar o conhecimento adquirido ampliando o número de pessoas comprometidas com a construção de políticas públicas.

Vale ressaltar também a intenção de alguns delegados em ampliar as discussões das Conferências para além dos Conselhos Gestores, buscando outras instituições que fazem parte dos grupos que atuam na implantação e implementação das políticas de direitos. Os delegados afirmaram que, ou foi feito ou será feito repasse para colegas de

trabalho, em reunião com o prefeito do município e demais gestores da administração pública, em reunião de colegiado regional da política da conferência, com isso ampliando a reflexão das conferências para grupos, associações, sindicatos e movimentos sociais dos municípios.

Nestes depoimentos, portanto, fica explícito o interesse dos delegados serem multiplicadores das ideias e ideais defendidos nos debates realizados nas conferências. Daí a preocupação com a prestação de contas (*accountability*) do representante para com seu representado, agindo de forma responsiva ao seu interesse (conforme CASTIGLIONE E WARREN, 2010). Tal atitude expressa os relacionamentos representativos que se estabelecem entre estas duas partes.

Nos espaços ampliados das conferências estaduais e nacionais são aglutinadas as diferentes propostas advindas das instâncias anteriores menores. O desafio está em juntar as diferentes proposições municipais para tornarem-se propostas do Estado e, do mesmo modo, juntar as propostas dos Estados para serem as propostas do país para a referida política pública do município. A crítica está em que nesta síntese podem não ser consideradas as diferentes e peculiares realidades onde as propostas surgiram.

Ao se dispor e aceitar a condição de representante/delegado do município e do Estado, está suposto que esta pessoa conheça a realidade daqueles que vai representar. Quanto maior a instância, mais complexa se torna a tarefa da representação para considerar as singulares realidades dos municípios, cuidando para que as generalizações não anulem demandas importantes.

Quando indagados nas conferências nacionais, os delegados entrevistados, na sua maioria, informaram que não conheciam os municípios objeto desta pesquisa: Corupá, Massaranduba, São João do Itaperiú e Schroeder; nem, tampouco, conheciam suas propostas. Tal informação pode ser indício de que, se o delegado não conhece a realidade que representa, como poderá fazê-la?

Algumas respostas informam como alguns delegados gerenciaram este desafio. Estes delegados ressaltaram que os pequenos municípios têm uma conjuntura semelhante entre si e que as propostas consideradas nas Conferências Estaduais são do Estado e não de um município específico. Com esta afirmação pode-se considerar que as propostas de um determinado município podem estar contempladas nas propostas do Estado ou não serem contempladas considerando a atuação dos municípios maiores ao dificultar as proposições dos municípios pequenos.

Cabe ainda considerar que as Conferências de Políticas Públicas são fóruns ampliados de discussão das políticas públicas. Diferentes perspectivas de diferentes atores diferentemente posicionados evidenciam a complexidade das demandas que são trazidas presentes nestes eventos. Quanto mais ampliado o espaço, mais numerosas se apresentarão estas diferenças. Conforme aponta Young (2006, p. 167) “pessoas diferentemente posicionadas tem diferentes experiências, histórias e compreensões sociais, derivadas deste posicionamento”. Por isso “representar uma perspectiva geralmente significa promover certos pontos de partida para a discussão” e assim contribuir decisivamente “para a inclusão de diferentes pessoas no processo de tomada de decisões e chamar a atenção para possíveis efeitos das políticas propostas sobre os diferentes grupos” (idem).

De que maneira o representante poderá alcançar este propósito? Por um lado, portanto caberia o empenho dos delegados em conhecer toda a realidade que irá representar para fazê-lo bem, por outro lado é preciso considerar a complexidade e heterogeneidade de um Estado como o de Santa Catarina que possui 293 municípios e uma população de 6.248.436 habitantes (BRASIL, 2011b).

Cabe então considerar que representar é fazer o melhor para aqueles que se representa, refletindo, ouvindo, considerando contínua e atentamente seus desejos e opiniões. Sendo que esta ação não pode prescindir da autonomia do representante de fazer o que achar melhor usando seu julgamento e sabedoria no momento de sua atuação, uma vez que é escolhido para tomar decisões por seus eleitores. Considerando estas duas alternativas o sentido de representação política está no empenho do delegado/representante em conhecer a realidade que representa e na autonomia de sua atuação enquanto representante legítimo daqueles que o elegeram.

Conforme afirma Phillips (2001) é importante a presença física dos grupos excluídos nos locais de decisão, como forma genuína de refletir a opinião, preferências ou crenças dos votantes. Esta missiva de uma política de presença esteve presente em alguns momentos das conferências quando os delegados procuravam garantir a representação dos municípios de pequeno porte em fórum próprio, pleiteando para que a repartição das vagas dos delegados para as conferências fossem divididas pelas Macrorregiões do Estado e por porte de município. Outra forma de reivindicação de presença e visibilidade nas conferências foi o pedido de representação por gênero, etnia e orientação sexual que apareceu durante as falas de alguns delegados nas plenárias, solicitação

que acabou não sendo considerada pela organização dos eventos uma vez que estava prevista a representação dos delegados apenas dos municípios para as conferências estaduais e dos Estados para as conferências nacionais. Esta representatividade também obedecia aos critérios de composição dos Conselhos Gestores da política da conferência que não prevê este modelo de representação reivindicado. Cabe, portanto a reflexão se o formato de representação das conferências de políticas públicas que vêm sendo realizadas no país contempla a presença de diferentes grupos de modo que, para juntamente a uma representação de ideias – política de ideias segundo Phillips (2001) – se associe uma representação de presença – política de presença.

De modo geral, na fala dos delegados entrevistados apareceu uma frágil rede de relacionamentos entre os delegados e a entidade que representa ou mesmo entre este e o município e o Estado que representou. Para o representante agir de forma responsiva aquele que lhe delegou, este necessita estar imbuído das demandas do representado, agir no seu lugar e prestar contas de sua atuação. O representado, por sua vez, no sentido de garantir o relacionamento com seu representante, vai influencia-lo e controla-lo. Cabe, portanto um estudo mais aprofundado se este relacionamento acontece, considerando que o mesmo não foi explicitado no depoimento dos delegados entrevistados. Nem tampouco ficou evidenciado se os representados nas conferências realizam algum tipo de relacionamento entre si que possa induzir a atuação daqueles que lhe representam. Desta maneira, a afirmação feita por Young (2006, p. 151) de que “a representação consiste num relacionamento mediado entre os membros de um eleitorado, entre este e o representante e entre os representantes num organismo de tomada de decisões”, segundo os dados obtidos nesta pesquisa, ainda não acontece ou não está explicitado.

A forma de representação presuntiva ou virtual parece ter sido o modelo de representação mais evidente na atuação dos delegados nas conferências de políticas públicas observadas. Ficou evidente na atuação dos delegados observada e nas respostas apresentadas pelos delegados entrevistados, o comprometimento que a maioria deles tem com os interesses da população de modo geral. Em algumas situações os delegados aparecem defendendo mais o interesse de seu município do que do Estado, como no caso das Conferências Nacionais, mas em nenhum momento se observou delegados defendendo um interesse particular da entidade que representa na base ou de uma demanda

particular. Esta afirmação, no entanto, não significa uma generalização para todos os delegados presentes nas conferências, pois em alguns posicionamentos durante a realização das conferências ficou evidente o interesses de alguns grupos em garantir políticas que os beneficiassem e que muitas vezes poderão prejudicar o coletivo das demandas.

O sentimento e o compromisso com o representado ficou evidente na atuação dos delegados entrevistados quando afirmaram que pretendiam na conferência fazer valer os seus direitos e deveres e os de outros também, representando os interesses de todos os usuários do sistema. Este comprometimento evidencia a empatia e a comunicação que acontece entre o representante e os diferentes representados fazendo com que o representante, de modo virtual represente o representado porque pertence a mesma comunidade de interesses (cf. GURZA LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006b, p. 90).

As Conferências de Políticas Públicas estão se estabelecendo no país como um espaço em que diferentes discursos encontram lugar para serem pronunciados, debatidos, acatados ou refutados. Tal prática questiona a prevalência de um discurso único, hegemônico e abre espaço para outros e contrapostos discursos. Na presença e atuação dos delegados percebe-se o esforço em tornar presente no seu discurso os diferentes discursos daqueles que representam (conforme DRYZEK; NIEMEYER, 2008).

A representação dos municípios pequenos nas Conferências de Políticas Públicas requer ainda uma reflexão mais aprofundada. O presente estudo fez brotar novos questionamentos que não foi possível serem estudados neste trabalho. É preciso explicitar de que maneira as pessoas que participam das conferências de políticas públicas, conselhos gestores, movimentos sociais, associações e gestão pública se dão conta desta problemática e que esforços estão empreendendo para solucioná-la. Faz-se necessário também apontar as dificuldades destes municípios em acessar as políticas públicas oferecidas pelas instâncias estaduais e federais, se são contemplados, se conhecem as políticas e se acessam as mesmas. Cabe também aos municípios de outro porte esta reflexão de modo que as diferentes peculiaridades existentes no país sejam contempladas.

Continuamente tem sido oferecidas oportunidades de capacitação sobre controle social e atuação das pessoas nos conselhos gestores, associações e movimentos sociais. Seria interessante verificar as pautas destes estudos e considerar de que maneira as peculiaridades regionais, de porte de município são consideradas e como os diferentes atores das

políticas públicas consideram a realidade dos municípios pequenos no país.

A representação política para ser legítima deve ser plural e contemplar as diferentes realidades existentes no país sem prejuízo de uma com relação à outra, nem tampouco, uma realidade se sobrepor a outra. Por isso a representação política deverá pressupor a presença dos diferentes atores nos espaços de decisão, um saudável relacionamento entre representantes e representados, a consideração por parte do representante das diferentes perspectivas dos seus representados, a presunção de que a representação é coletiva e não individual e de que no discurso do representante se efetiva e explicita as demandas do representado.

Por fim cabe uma análise mais geral sobre a debilidade do processo de representação política considerando que em cada município apresentado a representação se dá de modo diferenciado. No município de Schroeder pode-se observar uma preocupação maior em garantir a inclusão, participação e representação das pessoas, o que foi observado durante a realização das conferências e da participação dos representantes deste município nas conferências estaduais e nacionais. Schroeder foi o único município que teve um delegado representante dos usuários na 14ª Conferência Nacional de Saúde e uma delegada na VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Já no município de São João do Itaperiú se observou como um profissional da área da conferência conduziu a conferência municipal de uma maneira que não se pode considerar representativa, visto que na Conferência Municipal o segmento dos usuários não estava representado e a temática da Conferência não foi ao encontro do que foi preconizado pela orientação estadual e nacional.

Do mesmo modo a Conferência de Assistência Social do Município de Corupá não contou com a presença de representantes usuários dos serviços. Estas constatações dão indício de que em algumas realidades a representação política se dá de modo truncado não possibilitando a participação de todos os atores, uma vez que as demandas daqueles representados do seu e dos outros segmentos não são devidamente consideradas. Isto mostra sinais de debilidade da representação política em alguns espaços das conferências de políticas públicas.

A polêmica que se deu durante o processo de discussão e votação do Regimento Interno da VIII Conferência Estadual de Assistência Social do Estado de Santa Catarina confirma a hipótese levantada neste

trabalho de que os municípios de pequeno porte querem ver garantido sua representação nos espaços de discussão das políticas públicas das diferentes áreas. Se há reivindicação deste espaço é evidente que o mesmo ainda não existe e deverá ser considerado. De maneira ainda mais particular, neste mesmo espaço da Conferência Estadual apareceram novas demandas de representação política que ainda não estão devidamente consideradas ao pensar as conferências de políticas públicas: representação por gênero, etnia, orientação sexual, entre outros.

A observação feita por um dos delegados entrevistados ao considerar que as demandas e questões sociais nos municípios maiores são mais numerosas que nos municípios pequenos traz à tona a discussão de proporcionalidade numérica ao montar o quantitativo de representação. Este trabalho quer resgatar a proporcionalidade numérica a partir do número de municípios por porte, considerando que as problemáticas sociais, políticas e econômicas tem se repetido nas diferentes realidades dos municípios brasileiros. O critério de proporcionalidade populacional foi garantido nas conferências, no entanto o acesso e a participação dos representantes dos municípios de pequeno porte não foram observados nas conferências.

Considerando as conferências que aconteceram nos municípios e as características dos respectivos processos de representação, é possível afirmar que a representação aconteceu na esfera estadual e nacional uma vez que os representantes dos municípios foram devidamente autorizados a representá-los. Esta autorização se deu na Conferência Municipal através de eleição ou aclamação após o delegado ter se colocado à disposição para fazer tal representação, e na Estadual quando reunido em seu segmento o mesmo pleiteou sua vaga, a qual foi aceita pelo grupo e referendada pela plenária. A representação também aconteceu, pois estava previsto em cada etapa das conferências a representação dos diferentes segmentos já previstos na composição dos conselhos gestores. Também é possível afirmar que houve representação considerando que os delegados escolhidos e entrevistados manifestaram, em sua maioria, que conheciam a realidade de seus municípios e, portanto de seus representados, para atuarem durante os trabalhos na defesa da proposição de políticas públicas que viessem ao encontro das demandas destes representados. No entanto, é mister ressaltar que estas justificativas de realização da representação política nas conferências de políticas públicas aqui analisadas não se mostraram capazes de garantir a inclusão dos diferentes sujeitos e das necessidades dos seus

municípios e, portanto dar legitimidade a representação política. Está incapacidade justifica-se, por exemplo, quando as demandas de representação por gênero, etnia e orientação sexual foram reclamadas e, portanto não contempladas nestes espaços. Também se justifica em alguns delegados que ainda não estão devidamente imbuídos da importância da representação política e da necessidade de capacitação e conhecimento de sua realidade para se posicionar e atuar como representante em um fórum de significativa importância como os das Conferências de Políticas Públicas. Este trabalho pretende contribuir na reflexão sobre as conferências como espaços de representação política que garanta a presença de diferentes atores considerando sua realidade territorial e as demandas que cada uma destas realidades contém. Trazer à tona a discussão sobre representação política dos Municípios de Pequeno Porte nas Conferências de Políticas Públicas pode não dar conta de responder as questões sobre a legitimidade da representação política nestes espaços, porém traz para a pesquisa científica o reconhecimento de que esta problemática precisa ser considerada e devidamente aprofundada, o que motiva a construção de estratégias metodológicas e teóricas para lidar com essas e outras questões.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, I., et all. **A 1ª Conferência Nacional de Comunicação e a participação da sociedade civil na democratização da comunicação no Brasil.** Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/mspd/a068.pdf>. Acesso em: 31/07/2011.

ALMEIDA, C. e LÜCHMANN, L. H. H. Participação e controle social: marcos teóricos e desafios democráticos. In: SILVA, C. C. (Coord.) **Participação e controle social na educação.** São Paulo: Ação Educativa, 2008, p. 14-31.

ALMEIDA, D. C. R. **Repensando representação política e legitimidade democrática: entre a unidade e a pluralidade.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

AVRITZER, L. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. In. **DADOS: Revista de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro, Vol, 50, Nº 3, 2007, pp. 443-464.

\_\_\_\_\_. **O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico.** Disponível em: <http://www.democraciaparticipativa.org/files/LeonardoAvritzer-Oor%27amentoparticipativoeateoriademocr%27ticaumbalan%27ocr%27Dtico.pdf>. Acesso em 08/09/11

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia.** 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

BRASIL. **Caderno de deliberações.** VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS. 2011a.

\_\_\_\_\_. **Conselho Nacional de Saúde.** Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/> Acesso em 02/05/2012

\_\_\_\_\_. **IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 04/05/2011b.

\_\_\_\_\_. **Manual orientador da VIII Conferência nacional de assistência social.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/viii-conferencia-nacional>. Acesso em 15/07/2011c.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Saúde.** Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/tabfusion/default.cfm?estado=SC>>. Acesso em 23/08/2011d.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Desenvolvimento Social.** Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/index.php?cut=aHR0cDovL2FwbGljYWNVZXMubWRzLmdvdi5ici9zYWdpL2FzY29tL2dlcmFyL2luZGV4LnBocA==&def=v>. Acesso em 21/08/2011e.

CARDOSO, Gabriela Ribeiro. **Os desafios e dilemas da participação: uma análise da 1ª conferência nacional de segurança pública.** Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/mspd/a064.pdf>. Acesso em 31/07/2011.

CASTIGLIONE, D. e WARREN, M. **Rethinking democratic representation: eight theoretical issues.** Disponível em: [http://www.politics.ubc.ca/fileadmin/template/main/images/departments/poli\\_sci/Faculty/warren/Rethinking\\_Democratic\\_Representation\\_May\\_2006.pdf](http://www.politics.ubc.ca/fileadmin/template/main/images/departments/poli_sci/Faculty/warren/Rethinking_Democratic_Representation_May_2006.pdf). Acesso em 10/09/2010.

**CORUPÁ, Prefeitura Municipal.** Disponível em: [www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br)>. Acesso em 21/08/2011.

DAGNINO, E; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E.; OLVERA, A. J. e PANFICHI, A. (orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina.** São Paulo: Paz e Terra, 2006.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DRYZEK, J.; NIEMEYER, S. Discursive representation. In: **American political science review**. Vol. 102. Nº 4, November 2008, p. 481-493.

FARIA, C. F. Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. In: **Revista Lua Nova de Cultura e Política**. São Paulo: CEDEC, nº 49, 2000, p. 47-68

\_\_\_\_\_. **Participação e deliberação nas Conferências de Políticas Públicas no Brasil: uma análise comparada**. In: Trabalho preparado para o 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) – Gramado, RS, 01 a 04 de agos. de 2012 (apostila).

FECAM – Federação Catarinense de Municípios. Disponível em: <<http://www.fecam.org.br>>. Acesso em 02/05/2012.

GUIZARDI, F. L., et all. **Participação da comunidade em espaços públicos de saúde: uma análise das conferências nacionais de saúde**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v14n1/v14n1a03.pdf>. Acesso em 31/07/2011.

GURZA LAVALLE, A. Sem pena nem glória. O debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. In: **Revista Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, nº 66, jul. 2003.

\_\_\_\_\_; HOUTZAGER, P.; CASTELLO, G. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. In: **Revista Lua Nova de Cultura Política**. São Paulo: CEDEC, nº67, 2006a, p. 49-103.

\_\_\_\_\_; HOUTZAGER, P.; CASTELLO, G. Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. In: **RBCS**. São Paulo: ANPOCS, vol. 21, nº 60, fev. 2006b, p. 43-66.

IBGE – CIDADES. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 02/05/2012.

LACAZ, F. A. C. e FLÓRIO, S. M. R. **Controle social, mundo do trabalho e as conferências nacionais de saúde da virada do século**

**XX.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n6/19.pdf>. Acesso em 31/07/2011.

LÜCHMANN, L. H. H. A representação no interior das experiências de participação. In: **Revista Lua Nova de Cultura e Política**. São Paulo: CEDEC, nº 70, 2007, p. 139-170.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos da representação política nas instituições participativas.** Disponível em: <http://www.npms.ufsc.br/wpapers/artigo%20ANPOCS%202009.1.pdf>. Acesso em: 10/09/2010a.

\_\_\_\_\_. “Participación y representación: algunas reflexiones sobre las experiencias participativas em Brasil”. In: VERA, E. I. e LAVALLE, A. G. (Orgs.) **La innovación democrática em América Latina. Tramas y nudos de la representación y el control social.** México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, Universidad Veracruzana, 2010b, p. 213-245.

LYRA, Rubens Pinto. **As conferências de segurança pública: entre o autoritarismo e a democracia.** Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/mspd/a065.pdf>. Acesso em 31/07/2011.

**MAPA de Santa Catarina** – Mesorregião. Disponível em: <http://www.baixarmapas.com.br/mapa-de-santa-catarina-mesorregioes/>. Acesso em 01/05/2012.

MARCONI, M. A. e LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

**MASSARANDUBA, Prefeitura Municipal.** Disponível em: <<http://www.massaranduba.sc.gov.br/home/index.php?>>>. Acesso em 30/08/2011.

MENEZES, Eduardo Frigoletto de. **A geografia em primeiro lugar.** Disponível em: <<http://www.friigoletto.com.br/GeoEcon/idhsc.htm>>. Acesso em 23/08/2011.

MESQUITA JÚNIOR, Geraldo. Política ao alcance de todos. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/senadores/senador/geraldomesquita/Textos/cursos/UniV\\_Filosofos%20.pdf](http://www.senado.gov.br/senadores/senador/geraldomesquita/Textos/cursos/UniV_Filosofos%20.pdf)>. Acesso em 02/05/2012

MORONI, J. A. **O direito à participação no Governo Lula.** Disponível em: [http://www.icsw.org/global-conferences/Brazil2006/papers/jose\\_antonio\\_moroni.pdf](http://www.icsw.org/global-conferences/Brazil2006/papers/jose_antonio_moroni.pdf). Acesso em: 27/07/2011.

PASTOR, M. e MARINO, P. A. **Controle Social: Uma Análise da Atuação dos Conselhos de Assistência Social de Municípios da AMUNOP (Associação dos Municípios do Norte do Paraná) a partir das Conferências da Assistência Social.** Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/mspd/a067.pdf>. Acesso em: 31/07/2011.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PITKIN, H. F. **The concept of representation.** Berkeley: University of California, 1967.

PHILLIPS, Anne. De uma política de idéias a uma política de presença. In: **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis: Editora UFSC, 2001, p. 268-290.

POGREBINSCHI, Thamy. **Participação como representação: conferências nacionais e políticas públicas para grupos sociais minoritários no Brasil.** In: XXXIV Encontro Anual da ANPOCS, 25 a 29 de out. de 2010. (apostila).

**REGIMENTO Interno da 6ª Conferência Estadual de Saúde.** Disponível em: [http://portalses.saude.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1384&Itemid=425](http://portalses.saude.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1384&Itemid=425). Acesso em 23/08/2011

SANTOS, Nelson Rodrigues dos. **A regulamentação da EC-29: dificuldades e perspectivas.** Disponível em: <<http://saudedilma.wordpress.com/2011/04/09/nelsao-a->

regulamentacao-da-ec-29-dificuldades-e-perspectivas/ > Acesso em 02/02/2012.

**SCHROEDER, Prefeitura Municipal de.** Disponível em: <http://www.sc.gov.br/portalturismo/Default.asp?CodMunicipio=307&Pag=1>. Acesso em 21/08/2011.

**SEASTH – Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação do Estado de Santa Catarina.** Disponível em: <<http://www.sst.sc.gov.br/modules/tinyd2/index.php?id=108>>. Acesso em 20/10/2011.

**SES – Secretaria de Estado da Saúde.** Disponível em: <<http://portalses.saude.sc.gov.br>>. Acesso em 02/05/2012

**SILVA, E. R. A. Participação social e as conferências nacionais de políticas públicas: reflexões sobre os avanços e desafios no período de 2003-2006.** Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD\\_CHAVE=2996](http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=2996). Acesso em 08/12/2010.

**SILVA, Ricardo.** Democracia delegativa ou vicissitudes da transição. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 4/5, 1995, p. 175-188.

**TATAGIBA, L.** Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate. In: **Revista de Sociologia e Política**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31122.pdf>. Acesso em 08/09/11.

**URBINATI, N.** O que torna a representação democrática? In: **Revista Lua Nova de Cultura e Política**. São Paulo: CEDEC, nº 67, 2006, p. 191-228.

\_\_\_\_\_ e **WARREN, M.** The concept of representation in contemporary democratic theory. In: **Annual Review of Political**

**Science.** 2008, p. 387-412. Disponível em: <http://polisci.annualreviews.org>. Acesso em: 06/12/2010.

\_\_\_\_\_. Representação como *advocacy*: um estudo sobre deliberação democrática. In: **Política & Sociedade**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2010, p. 51-88.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. In: **Revista Lua Nova de Cultura e Política**. São Paulo: CEDEC, nº 67, 2006, p. 139-190.



## APÊNDICES

### **APÊNDICE 1: Questionário aplicado aos delegados dos municípios objeto da pesquisa que participaram das Conferências Estaduais.**

- 1) Nome: \_\_\_\_\_  
Município: \_\_\_\_\_
- 2) Idade: \_\_\_\_\_
- 3) Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino
- 4) Local de Nascimento: \_\_\_\_\_
- 5) Estado Civil:  
( ) Casado(a) ( ) Solteiro(a) ( ) Viúvo(a)  
( ) Divorciado(a) ( ) Outros: \_\_\_\_\_
- 6) Filhos: \_\_\_\_\_
- 7) Religião: \_\_\_\_\_
- 8) Cor: \_\_\_\_\_
- 9) Escolaridade:  
( ) Analfabeto  
( ) 1º grau incompleto  
( ) 1º grau completo  
( ) 2º grau incompleto  
( ) 2º grau completo  
( ) 3º grau incompleto  
( ) 3º grau completo  
Especifique qual curso e nível de formação
- 9.1) Curso: \_\_\_\_\_
- 9.2) Nível de Formação  
( ) Graduação ( ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado
- 10) Profissão: \_\_\_\_\_
- 11) Situação no mercado de trabalho  
( ) Empregado ( ) Desempregado ( ) Autônomo ( )  
Aposentado/Pensionista  
( ) Outro \_\_\_\_\_
- 12) Local de Trabalho: \_\_\_\_\_
- 13) Faixa de rendimento (salário):  
( ) Menos de 1 Salário Mínimo  
( ) De 1 a 3 Salários Mínimos  
( ) De 3 a 5 Salários Mínimos  
( ) De 5 a 10 Salários Mínimos  
( ) Mais de 10 Salários Mínimos
- 14) É conselheiro municipal? ( ) Sim ( ) Não

15) Se respondeu sim a pergunta anterior, em qual (ais) conselho(s) participa?

---

16) Qual função/cargo ocupa neste (s) conselho(s)?

---

17) Você participa de associação(ões) ou organização (ções) e/ou sindicato(s)?

Sim     Não

18) Se respondeu sim a pergunta anterior, qual a(s) associação(ões) ou organização (ões) e/ou sindicato(s) que participa?

---

19) Qual função/cargo ocupa nesta (s) associação(ões) ou organização(ões) e/ou sindicato(s)?

---

20) É filiado a algum Partido Político?

Sim     Não

**APÊNDICE 2: Questionário aplicado aos delegados dos municípios objeto da pesquisa e a outros delegados de município de pequeno porte do Estado de Santa Catarina que participaram das Conferências Nacionais.**

- 1) Nome: \_\_\_\_\_  
Município: \_\_\_\_\_  
Contato: \_\_\_\_\_
- 2) Idade: \_\_\_\_\_
- 3) Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino
- 4) Local de Nascimento: \_\_\_\_\_
- 5) Estado Civil:  
( ) Casado(a) ( ) Solteiro(a) ( ) Viúvo(a) ( ) Divorciado(a)  
( ) Outros: \_\_\_\_\_
- 6) Filhos: \_\_\_\_\_
- 7) Religião: \_\_\_\_\_
- 8) Cor: \_\_\_\_\_
- 9) Escolaridade:  
( ) Analfabeto  
( ) 1º grau incompleto  
( ) 1º grau completo  
( ) 2º grau incompleto  
( ) 2º grau completo  
( ) 3º grau incompleto  
( ) 3º grau completo  
Especifique qual curso e nível de formação
- 9.1) Curso: \_\_\_\_\_
- 9.2) Nível de Formação  
( ) Graduação ( ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado
- 10) Profissão: \_\_\_\_\_
- 11) Situação no mercado de trabalho  
( ) Empregado ( ) Desempregado ( ) Autônomo ( )  
Aposentado/Pensionista  
( ) Outro.
- 12) Local de Trabalho: \_\_\_\_\_
- 13) Faixa de rendimento (salário):  
( ) Menos de 1 Salário Mínimo  
( ) De 1 a 3 Salários Mínimos  
( ) De 3 a 5 Salários Mínimos  
( ) De 5 a 10 Salários Mínimos

( ) Mais de 10 Salários Mínimos

14) É conselheiro municipal? ( ) Sim ( ) Não

15) Se respondeu sim a pergunta anterior, em qual (ais) conselho(s) participa?

---

16) Qual função/cargo ocupa neste (s) conselho(s)?

---

17) Você participa de associação(ões) ou organização (ções) e/ou sindicato(s)?

( ) Sim ( ) Não

18) Se respondeu sim a pergunta anterior, qual a(s) associação(ões) ou organização (ões) e/ou sindicato(s) que participa?

---

19) Qual função/cargo ocupa nesta (s) associação(ões) ou organização(ões) e/ou sindicato(s)?

---

20) É filiado a algum Partido Político?

( ) Sim ( ) Não

21) Já participou de outras Conferências Nacionais?

( ) Sim ( ) Não

22) Se respondeu sim a pergunta anterior, em qual (ais) Conferência (s) Nacional (is) participou? \_\_\_\_\_

### **APÊNDICE 3: Entrevistas realizadas com os delegados dos municípios objeto desta pesquisa nas Conferências Estaduais<sup>51</sup>.**

#### **ENTREVISTA NO INÍCIO DA CONFERÊNCIA**

1. O que levou você a participar da Conferência Municipal de Saúde/Assistência Social de Corupá?
2. Que entidade você representou na Conferência Municipal de Saúde/Assistência Social de Corupá?
3. Como foi sua participação na Conferência Municipal de Saúde/Assistência Social de Corupá?
4. Como foi o processo de sua eleição para participar da 6ª Conferência Estadual de Saúde/8ª Conferência Estadual de Assistência Social?
5. De que maneira você repassou o que aconteceu na Conferência Municipal de Saúde/Assistência Social para a entidade que representava?
6. Como foi sua preparação para participar da 6ª Conferência Estadual de Saúde/8ª Conferência Estadual de Assistência Social do Estado de Santa Catarina?
7. Você conhece as propostas aprovadas na Conferência Municipal de Saúde/Assistência Social de Corupá?
8. Como você vê sua representação na 6ª Conferência Estadual de Saúde/8ª Conferência Estadual de Assistência Social do Estado de Santa Catarina?

#### **ENTREVISTA NO FINAL DA CONFERÊNCIA**

1. Como você verificou as propostas da Conferência Municipal de Saúde/Assistência Social de Corupá/Massaranduba/São João do Itaperiú/Schroeder serem contempladas na 6ª Conferência Estadual de Saúde/8ª Conferência Estadual de Assistência Social?
2. O que você fez para representar as propostas do município de Corupá/Massaranduba/São João do Itaperiú/Schroeder nesta conferência?
3. Como você avalia a atuação dos delegados dos municípios pequenos nesta conferência?

---

<sup>51</sup> As perguntas das entrevistas foram as mesmas para todos os delegados entrevistados, tanto na 6ª Conferência Estadual de Saúde como na VIII Conferência Estadual de Assistência Social do Estado de Santa Catarina.

4. Qual sua avaliação da atuação dos delegados nesta conferência enquanto representantes de seu município e dos seus respectivos segmentos?
5. Como você repassará o que aconteceu na 6ª Conferência Estadual de Saúde/8ª Conferência Estadual de Assistência Social do Estado de Santa Catarina em Corupá/Massaranduba/São João do Itaperiú/Schroeder?
6. Como será sua preparação para participar da 14ª Conferência Nacional de Saúde/8ª Conferência Nacional de Assistência Social?

**APÊNDICE 4: Entrevista realizada com os delegados dos municípios objeto desta pesquisa e de outros municípios de Pequeno Porte 1 do Estado de Santa Catarina no início da 14ª Conferência Nacional de Saúde.**

1. O que levou você a participar da Conferência Estadual de Saúde de Santa Catarina?
2. Como foi sua participação na Conferência Estadual de Saúde de Santa Catarina?
3. Como foi o processo de sua eleição para participar da 14ª Conferência Nacional de Saúde?
4. De que maneira você repassou o que aconteceu na Conferência Estadual de Saúde de Santa Catarina em seu município?
5. Como foi sua preparação para participar da 14ª Conferência Nacional de Saúde?
6. Você conhece as propostas aprovadas na 6ª Conferência Estadual de Saúde de Santa Catarina?
7. Como você vê sua representação na 14ª Conferência Nacional de Saúde?
8. Você conhece os municípios de Corupá, Massaranduba, São João do Itaperíu e Schroeder? Sabe quais propostas vieram deste município?
9. Como pretende representar os municípios de pequeno porte nesta Conferência?
10. Qual sua avaliação ao considerar que 79% dos municípios de Santa Catarina são de pequeno porte e que apenas 30% dos delegados de Santa Catarina na 14ª Conferência Nacional de Saúde são de municípios de pequeno porte?

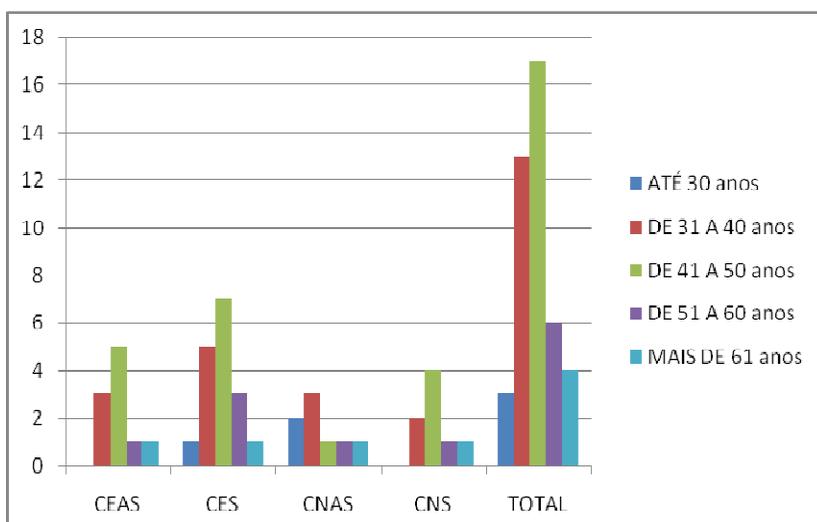
**APÊNDICE 5: Entrevista realizada com os delegados dos municípios objeto desta pesquisa e de outros municípios de Pequeno Porte 1 do Estado de Santa Catarina no início da VIII Conferência Nacional de Assistência Social.**

1. O que levou você a participar da Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina?
2. Como foi sua participação na Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina?
3. Como foi o processo de sua eleição para participar da 8ª Conferência Nacional de Assistência Social?
4. De que maneira você repassou o que aconteceu na Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina em seu município?
5. Como foi sua preparação para participar da 8ª Conferência Nacional de Assistência Social?
6. Você conhece as propostas aprovadas na 8ª Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina?
7. Como você verificou as propostas da 8ª Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina serem contempladas na 8ª Conferência Nacional de Assistência Social?
8. Como você vê sua representação na 8ª Conferência Nacional de Assistência Social?
9. Você conhece os municípios de Corupá, Massaranduba, São João do Itaperiú e Schroeder? Sabe quais propostas vieram deste município?
10. Como pretende representar os municípios de pequeno porte nesta Conferência?
11. Como você avalia a atuação dos delegados dos municípios pequenos nesta conferência?
12. Qual sua avaliação da atuação dos delegados nesta conferência enquanto representantes de seu município e dos seus respectivos segmentos?
13. Qual sua avaliação ao considerar que 79% dos municípios de Santa Catarina são de pequeno porte e que apenas 29,6% dos delegados de Santa Catarina na 8ª Conferência Nacional de Assistência Social são de municípios de pequeno porte?
14. Como você repassará o que aconteceu na 8ª Conferência Nacional Assistência Social de para os municípios de pequeno porte do Estado de Santa Catarina?

## APÊNDICE 6: Perfil dos delegados entrevistados

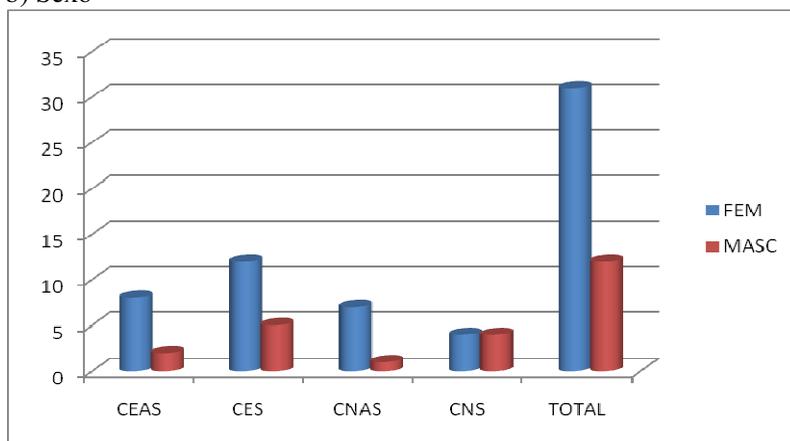
Foram entrevistados 43 delegados: 17 na 6ª Conferência Estadual de Saúde, 10 na VIII Conferência Estadual de Assistência Social, 8 na 14ª Conferência Nacional de Saúde e 8 na VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Portanto, os dados apresentados nos gráficos são em número.<sup>52</sup>

### a) Idade:

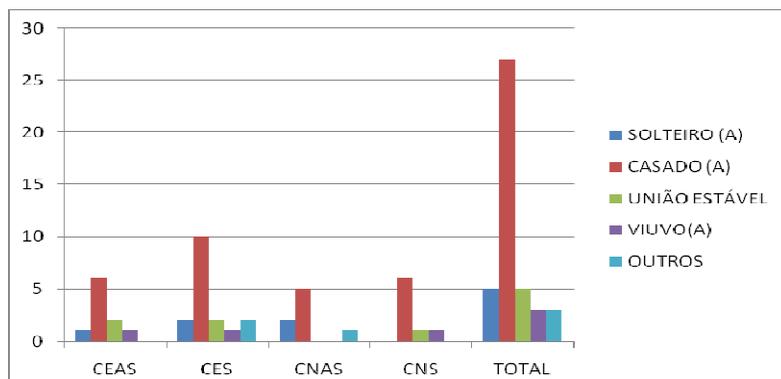


<sup>52</sup> Todos os gráficos foram elaborados pelo autor com base nos questionários aplicados.

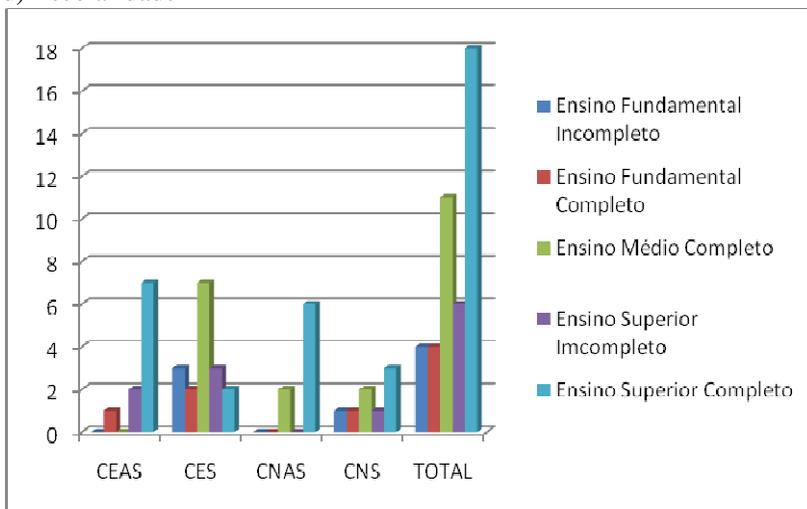
## b) Sexo



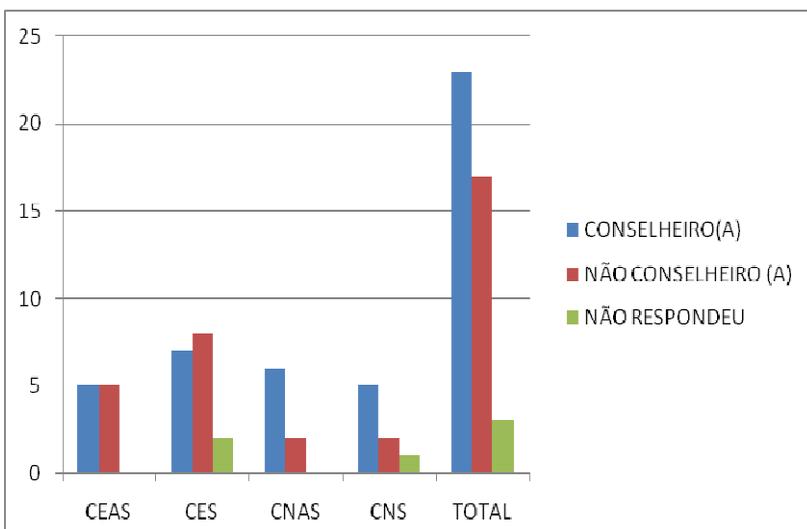
## c) Estado Civil



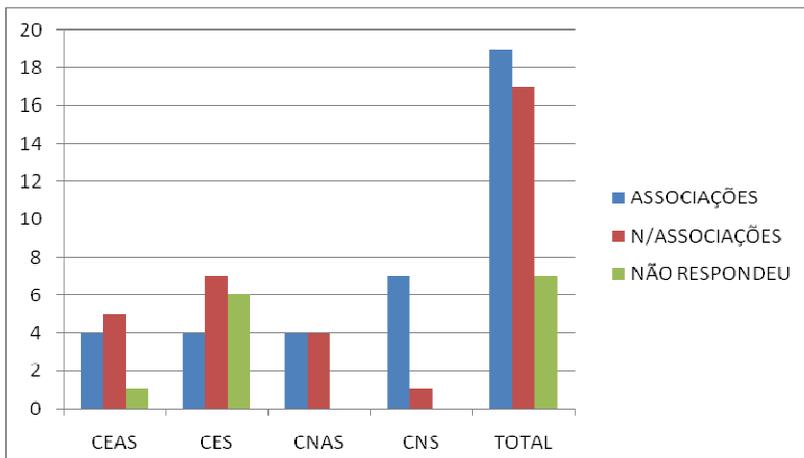
## d) Escolaridade



## e) Delegados que participam de algum Conselho Gestor Municipal



f) Delegados que participam de alguma Associação, Organização ou Sindicato.



g) Delegados que estão filiados a algum Partido Político.

